

**As associações na dinamização cultural local
(Estudo de caso – associações culturais e
recreativas covilhanenses)**

Versão final após defesa

Ana Patrícia Barata Miguel

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Estudos de Cultura

(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro

Novembro, 2021

“Da miséria cultural/espiritual advêm as outras misérias humanas, pois sem cultura a sociedade simplesmente desumaniza-se”.

José Franco,
in Metamorfoses da Cultura

Agradecimentos

Este trabalho é o culminar de um longo percurso onde se misturam momentos de avanços e recuos. Um trabalho que nasce do contributo de todas as pessoas e instituições que estiveram sempre comigo e que me ajudaram a chegar aqui.

Agradeço à minha família e ao meu namorado que me apoiaram e sempre me deram a força necessária.

A todos os que me ouviram nas horas de maior cansaço, o meu agradecimento.

Ao Professor Alcides Monteiro pela orientação, pela paciência, pela disponibilidade que sempre demonstrou e sobretudo pelo reforço positivo que me foi dando ao longo de todo o trabalho.

A todos,

Bem-haja!

Resumo

O desenvolvimento local não ocorre apenas a nível político, económico e social, depende também em grande parte do fator cultural. Âmbito que tem sido cada vez mais discutido ao longo do tempo, devido a todas as implicações que a cultura tem na sociedade.

Esta investigação pretende justamente abordar de que modo a cultura é fundamental no desenvolvimento local de uma região, tendo como base a atividade associativa. Desta forma, o objeto de estudo deste trabalho é a ação associativa sobre o desenvolvimento cultural regional. Procurando entender como a ação associativa, através das associações culturais e recreativas pode ser importante na dinamização e desenvolvimento cultural local, nomeadamente na cidade da Covilhã.

Este é um estudo de caso de natureza qualitativa que pretende compreender questões relacionadas com o impacto das associações na cidade e para tal, foram selecionadas quatro associações covilhanenses. E analisada do mesmo modo, a perspetiva da autarquia local. Todo o contorno metodológico é composto pela análise bibliográfica e documental através de pesquisa informativa e levantamento bibliográfico. De entrevistas que permitiram caracterizar a relação e a importância que as associações culturais e recreativas têm com a autarquia. E, por último, da caracterização da sua intervenção e os contributos que cada uma oferece a nível cultural para o desenvolvimento local da cidade.

Palavras-chave:

Cultura; desenvolvimento local; associativismo; associativismo cultural e recreativo; dinamização cultural.

Abstract

Local development does not only occur at the political, economic and social level, it also depends to a large extent on the cultural factor. Scope that has been increasingly discussed over time, due to all the implications that culture has on society.

This investigation intends to approach how culture is fundamental in the local development of a region, based on associative activity. In this way, the object of study of this work is the associative action on the regional cultural development. Seeking to understand how associative action, through cultural and recreational associations, can be important in boosting and developing local culture, namely in the city of Covilhã.

This is a qualitative case study that aims to understand issues related to the impact of associations in the city and for that, four covilhanenses associations were selected. And the perspective of the local authority is analyzed in the same way. The entire methodological outline is composed of bibliographic and documentar analysis through informative research and bibliographic survey. From interviews that made it possible to characterize the relationship and the importance that cultural and recreational associations have with the municipality. And, finally, the characterization of its intervention and the contributions that each one offers at a cultural level for the local development of the city.

Keywords

Culture, local development, associativism, cultural and recreational associations, cultural dynamism.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice	xi
Lista de Figuras	xiii
Lista de Gráficos	Erro! Marcador não definido.
Lista de Tabelas	xv
Lista de Acrónimos	xvii
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	4
1.1 O Conceito de Cultura	4
1.1.1 Importância da Cultura para o Desenvolvimento Local	11
1.2 O Associativismo	16
1.2.1 O associativismo em Portugal	21
1.2.2 Associações culturais e recreativas	26
1.3 Dinamização cultural e Participação	33
Capítulo II – OBJETIVOS E METODOLOGIA	39
2.1 Questão inicial e questões orientadoras	39
2.2 Objetivos	40
2.3 Metodologia	40
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO, ASSOCIATIVISMO NA COVILHÃ	45
3.1 O Município da Covilhã – Caraterização histórica e sociodemográfica 45	
3.2 Associativismo no Concelho da Covilhã	49
3.3 Entidades entrevistadas	53
3.3.1 Centro Cultural da Banda da Covilhã (CCBC)	53
3.3.2 Associação Jovem do Tortosendo (AJT)	53
3.3.3 Associação Cultural Desertuna – Tuna Académica da Universidade da Beira Interior (Desertuna- TAUBI)	54
3.3.4 TeatrUBI – Grupo de Teatro da Universidade da Beira Interior	55
3.4 Análise das entrevistas realizadas	55

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO	63
Conclusão.....	77
Referências Bibliográficas.....	80
Anexos	86

Lista de Figuras

Figura 1 – Tabela relativa ao movimento das coletividades de cultura e recreio federadas (1924-62).....	25
Figura 2 – Quadro correspondente ao número de associações em que o sujeito está envolvido, por país (percentagem).....	27
Figura 3 – Quadro demonstrativo da percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações.....	28
Figura 4 – Quadro correspondente à percentagem de sujeitos com envolvimento ativo nos diversos tipos de associações.....	29
Figura 5 – Distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector (2016).....	30
Figura 6 – Gráfico correspondente à distribuição das unidades, segundo os dados do ano de 2016 publicados pela Conta Satélite da Economia Social.....	31
Figura 7 – Gráfico demonstrativo da evolução da distribuição das unidades por grupo de entidades, nas edições de 2010, 2013 e 2016.....	31
Figura 8 – Gráfico relativo ao género dos inquiridos.....	64
Figura 9 – Gráfico relativo às faixas etárias dos inquiridos.....	65
Figura 10 – Gráfico relativo à questão “Considera que a cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma região?”.....	65
Figura 11 – Gráfico relativo à questão “O associativismo é importante no desenvolvimento e sentido de cooperação quer para o indivíduo, quer para o lugar que este habita. Considera que existem associações culturais e recreativas que atuem neste sentido na cidade da Covilhã?”.....	67
Figura 12 – Gráfico referente à questão “Faz parte de alguma associação?”.....	68
Figura 13 – Gráfico referente à questão “Costuma participar em atividades elaboradas por estas instituições?”.....	68

Figura 14 – Gráfico referente à questão “Considera que essa associação contribui para uma maior participação da comunidade local nas atividades que são realizadas na região?”	70
Figura 15 – Gráfico referente à questão “Na sua opinião, é importante as associações estabelecerem uma relação com a autarquia?”	70
Figura 16 – Gráfico referente à questão “Considera que as associações culturais e recreativas locais podem levar ao desenvolvimento cultural de uma região, nomeadamente da cidade da Covilhã?”	72
Figura 17 – Gráfico referente à questão “Quais considera serem as contribuições das associações para a comunidade?”	73
Figura 18 – Gráfico referente à questão “O associativismo local é fomentado pelo poder político local?”	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 – “Se "sim", quais as medidas que considera importantes para o desenvolvimento cultural da região da Covilhã?”	66
Tabela 2 - "Principais atividades desenvolvidas pela associação da qual faz parte."	69
Tabela 3 – “Qual a sua opinião sobre o movimento associativo?”	74
Tabela 4 – “Qual é o seu ponto de vista quanto às associações culturais e recreativas e ao que conhece do seu trabalho?”	75

Lista de Acrónimos

EC – Economia Social

CSES – Conta Satélite Economia Social

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

GEMAP – Grupo de Estudos do Movimento Associativo Popular

CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

OE – Orçamento de Estado

UBI – Universidade da Beira Interior

CCBC – Centro Cultural Banda da Covilhã

ONG – Organizações Não Governamentais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

FDSPER – Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio.

Introdução

A cultura traz para a sociedade um vasto conhecimento e benefício, pois tem-se revelado um campo fundamental para as mais diversas áreas.

“As associações na dinamização cultural local” é o tema deste estudo e tem o intuito de compreender melhor como o associativismo funciona no âmbito cultural. As associações são responsáveis por colocar no espaço público os problemas pessoais dos indivíduos, com o propósito de os reformular em problemas sociais que serão discutidos por todos publicamente. Tendo o objetivo de melhorar um determinado aspeto. Este processo é fundamental na sociedade civil, quer para a cidadania, quer para o local em causa, pois permite o desenvolvimento de ambos.

Neste sentido, as associações são feitas da intervenção dos indivíduos e, para tal, a participação dos mesmos nesta atividade é fundamental, para que haja uma adesão dos indivíduos na organização da sociedade, fomentando, por sua vez, a coesão social.

A dimensão cultural é essencial ao indivíduo, não só para que exista um verdadeiro desenvolvimento do mesmo, mas também para que haja uma melhoria da qualidade de vida, sendo assim essencial haver desenvolvimento cultural.

O presente trabalho pretende contribuir para uma maior compreensão associativa. Quer isto dizer, que é importante investigar se as associações são ou não essenciais no desenvolvimento local a nível cultural, ou seja, se as associações existentes numa determinada comunidade podem ou não ser responsáveis pela atividade cultural desse mesmo local. O papel da cultura é o de motivar o cidadão a desenvolver a sua cidadania e a sua participação de forma ativa na dinâmica da sua cidade, pois o Homem deve ter interesse em todos os níveis de uma sociedade, não só social ou político, mas também cultural.

A cidade da Covilhã apresenta um grande número de associações e todas elas são importantes no desenvolvimento da cidade, quer a nível cultural, quer a nível económico, desportivo, recreativo e social.

Sendo esta cidade acolhedora de uma grande diversidade de associações, torna-se oportuno tentar perceber a importância que estas associações podem ter na dinamização cultural da mesma. Isto porque estas associações podem ser essenciais na região, no sentido de proporcionar uma grande diversidade de atividades que envolvam ativamente a população e ajudar a criar a programação cultural local.

De forma a contextualizar esta temática, será importante perceber o conceito de associação como sendo uma reunião de pessoas com o objetivo de encontrar um fim comum e que o associativismo é, deste modo, fundamental na vida do homem como ser social que ele é.

Na atualidade, a sociedade tem levado a cabo grandes debates quanto à questão cultural e o quão importante é a sua presença numa comunidade. Hoje luta-se pela imposição de mais cultura e de considerabilidade para com esta área, para que lhe seja reconhecido igual ou mais valor que outras áreas e que tenha o mesmo direito quanto aos apoios por várias entidades. Isto para que a cultura tenha um maior desenvolvimento.

Em Portugal, a cultura ainda é escassa na maioria das cidades. Para além de Lisboa e Porto que, por serem grandes centros, têm variadas oportunidades a nível cultural, já encontramos outras cidades portuguesas que têm vindo a apostar na cultura ao longo do tempo. A cidade de Viseu olha para a cultura “como um dos pilares centrais da governação do Município de Viseu, através de uma política integrada de valorização e comunicação do património histórico, edificado e simbólico, da oferta museológica, dos centros de formação artística, dos eventos culturais e do desenvolvimento do setor das “indústrias criativas”” (Município de Viseu, 2018). Guimarães, cidade conhecida como berço de Portugal recebeu, no ano de 2012, a distinção de Capital Europeia da Cultura com uma vasta atividade cultural. A Guarda como candidata a Capital Europeia da Cultura 2027, tem divulgado a cidade a vários níveis. Estes são exemplos de cidades portuguesas que se têm desenvolvido gradualmente a nível cultural.

Este trabalho prende-se precisamente com a cultura e o modo como o desenvolvimento cultural de uma cidade pode passar pelas associações que a mesma acolhe. Tendo a cidade da Covilhã mais de cem associações, é fundamental perceber de que forma cada uma destas instituições funciona e trabalha para a comunidade e para o município.

Torna-se fundamental levar a cultura às pessoas através de atividades que reúnam a população e permita a estas e à sua região um acesso a diferentes experiências.

A cultura é um tema cada vez mais em voga na sociedade, devido ao facto de cada vez mais se salientar a sua importância nos mais variados domínios. Daí ser importante fazer um estudo sobre a cultura numa cidade do interior e com maior atividade associativa do país.

Sendo a cidade da Covilhã o meu local de residência faz todo o sentido que fosse a minha escolha para este estudo e para caracterizar o seu movimento associativo. Juntando a nível cultural as associações e o desenvolvimento local surge assim esta intenção de investigar o movimento associativo no desenvolvimento cultural local.

As pessoas reúnem-se com o objetivo de estabelecer através das associações relações que promovem valores de amizade, solidariedade, entreajuda e companheirismo. A pertinência deste assunto centra-se na relevância científica da sua análise a nível cultural, mas também social. No sentido de que as associações são importantes por se

caracterizarem como uma forma de sociabilidade que expressa os diferentes interesses e necessidades dos indivíduos. Indivíduos que pertencem a uma comunidade que se encontra em constante mudança e, por esse motivo, é fundamental entender como é que a comunidade olha para a cultura na região.

É de acordo com o problema que se delimita toda a estrutura deste estudo, procurando obter novos conhecimentos, quer a nível bibliográfico, quer a nível exploratório para que se resolva esta questão que é assim o objeto de toda a investigação.

Seguindo todo este quadro teórico adotou-se a metodologia de estudo de caso com base qualitativa. Pretendendo estabelecer qual a perspetiva da autarquia local e dos dirigentes associativos foram selecionadas várias entidades, entre elas a Sra. Vereadora da Cultura da Câmara Municipal da Covilhã, o Dirigente do Gabinete do Associativismo e quatro Presidentes de Associações Culturais e Recreativas covilhanenses.

Ao longo deste estudo são abordados três capítulos. O primeiro capítulo diz respeito a uma contextualização teórica, onde serão abordados os principais conceitos referentes a este trabalho. Este referencial teórico apresentará todas as leituras e fundamentos teóricos que permitam apoiar toda a pesquisa. Este capítulo é composto pelo conceito de cultura e a sua importância no desenvolvimento de uma região, a noção de associativismo e de como este se caracteriza em Portugal, bem como a definição das associações culturais e recreativas e a forma como se distinguem de todas as outras. Ainda neste capítulo é abordado o conceito de dinamização cultural e de participação, ou seja, compreender o nível de participação nas atividades culturais. O Município da Covilhã insere-se neste trabalho por ser a região em estudo, fazendo todo o sentido uma breve caracterização do mesmo. Por último, é também referenciado o associativismo no concelho da Covilhã.

O segundo capítulo é referente aos objetivos e à metodologia, onde se descrevem os caminhos metodológicos seguidos para a investigação, bem como as técnicas utilizadas e a amostragem, ou seja, o espaço e grupo populacional selecionado.

O terceiro capítulo diz respeito aos resultados e à sua discussão sobre as entrevistas realizadas, bem como a descrição e apresentação das associações selecionadas de forma a compreender como estes projetos funcionam, as atividades que desenvolvem e a sua relação com a cultura e com a cidade.

Posteriormente, a conclusão, ponto relativo à apresentação de todas as conclusões retiradas da investigação.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1.1 O Conceito de Cultura

Desde tempos remotos que o termo “cultura” tem sido estudado por antropólogos, historiadores, entre muitos outros autores que, no seu geral, têm transformado a definição deste conceito com o objetivo de encontrar uma única definição que englobe todas as suas aceções. No entanto, é um vocábulo extremamente abrangente que dificulta essa ação.

O conceito de cultura nunca foi unânime entre a sociedade e, por esse motivo, a sua definição perante um leigo será uma referência ao conceito mais erudito sobre as artes e as manifestações culturais que são conhecidas na comunidade, como dança, teatro, música, entre outras. E, até mesmo, sobre os factos históricos e geográficos caraterísticos e importantes da sociedade.

No entanto, para a presente investigação torna-se fundamental compreender este conceito e, para tal, seguem-se os autores e respetivas teorias que se revelam as mais oportunas sobre o tema em estudo.

Na Antiguidade, Confúcio¹, anunciava que a natureza humana era a mesma para todos os Homens, aquilo que permitia distingui-los era a sua cultura, ou seja, as crenças, os hábitos e os costumes que cada povo tinha (Laraia, 1986).

A Antiga Grécia e Roma são os berços do conceito de cultura. Na Antiga Grécia, este termo apresentava dois significados. Havia uma dimensão humanística implícita nesta noção, em que a cultura era vista como sinónimo de formação ou educação, cuja noção em grego é a de *paideia* e remetia para a aristocracia grega. Era um conhecimento associado ao homem culto, em que o homem era valorizado através do saber que provinha da educação, da aquisição de conhecimentos e valores transmitidos socialmente. Esta primeira aceção refere-se aos valores morais, em que há uma dimensão normativa, um ideal de Homem e uma finalidade que se pretende atingir através da cultura, ou seja, atingir a perfeição moral mediante a virtude (*areté*).

Para os romanos, existia uma conexão da cultura com a natureza, era algo natural, tornando-se numa atividade pacífica e nobre, isto porque, era da agricultura que se recolhiam os alimentos para a subsistência. Etimologicamente, a raiz latina da palavra cultura é *colere*, que “pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e

¹ Confúcio (551 a.C.- 479 a.C.), filósofo chinês, responsável pelo confucionismo, um conjunto de ensinamentos sobre moral e ideologia política. Uma das suas obras mais conhecidas é “Analectos de Confúcio”.

proteger” (in Eagleton, 2000, p.12). Relaciona-se essencialmente com a agricultura no sentido de cuidar, tratar e preservar a própria natureza até que esta se torne habitável. A cultura aplica-se a variados domínios como os campos (compromisso com o cultivo dos campos, com a agricultura), as letras (relativa ao saber e à formação) e a amizade (relativamente ao cultivo das relações com o próximo).

Posteriormente, a cultura, segundo Cícero, aplicava-se ao cultivo do espírito e da alma. Cícero² defendia que a cultura seria “todos os saberes, as técnicas produtivas e as atividades do espírito, a *cultura animi*” (Cícero, citado em Pereira, 2008, p.39). A cultura do espírito não abrangia apenas o desenvolvimento espiritual, mas também a língua, as artes, as letras e as ciências. A cultura passa assim a definir-se como “acção que o homem realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo visando uma transformação para melhor” (in Padre Manuel Antunes)³.

Todas estas conceções foram mais tarde questionadas e postas em causa pelos antropólogos. Passando a privilegiar-se uma noção que valorizasse os costumes e tradições dos povos, ou seja, de diversidade cultural.

Surge por volta do ano de 1850 os termos *Kultur*, em alemão, que dizia respeito aos aspetos espirituais de uma comunidade e *Civilization*, em francês, que significava as realizações materiais de um povo. Estes termos fixaram-se em determinados campos, mas, só mais tarde, em 1871, é que o significado de cultura se universaliza com a obra *Primitive Culture* de Edward Tylor⁴. Este autor sintetiza os termos anteriores no termo inglês *Culture*. Tylor apresenta deste modo a primeira definição etnográfica de cultura através de uma sistematização de todas as suas particularidades numa única definição. A cultura, para Tylor, era entendida como o “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (in Laraia, 1986, p.25). Constitui-se quando se partilha uma herança, uma linguagem e um sistema de valores por parte da comunidade. Portanto, corresponde à forma como um povo se organiza, aos costumes e tradições que são transmitidas de geração em geração e passam a identificar esse mesmo povo.

Esta definição foi criticada por vários autores, por exemplo, Geertz afirmava que existiam particularidades que foram colocadas de lado e que esta sistematização era demasiado confusa devido à sua abrangência.

² Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) filósofo, orador, escritor, advogado e político romano.

³ Citação retirada do livro Volume IV: História da Cultura, Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2007. Excerto dado em aula.

⁴ Edward Burnett Tylor (1832 – 1917), antropólogo inglês, ficou célebre pela abrangente noção de cultura.

O antropólogo Alfred Kroeber tentou mostrar como a cultura atua sobre o ser humano, uma vez que, o Homem depende do seu equipamento biológico para viver e, por isso, há necessidades vitais que têm de ser satisfeitas. Independentemente do meio cultural em que se encontra inserido, o Homem depende destas necessidades para viver, no entanto, é a forma como ele as satisfaz que muda de cultura para cultura. Pois são comportamentos determinados pela herança cultural que se recebe, daí o autor considerar que o Homem é resultado do meio cultural em que foi inserido, em que os seus atos refletem o conhecimento e a experiência que recebeu das gerações anteriores.

O Homem é considerado produto e produtor de cultura, significa isto que “não vivemos apenas da cultura. Também vivemos para a cultura”, segundo Geertz (Eagleton, 2000, p.167). Na visão de Leslie White há um sistema cultural que ele descreve como sendo “uma organização de fenómenos tão inter-relacionados que a relação de uma parte com outra é determinada com o todo”, ou seja, onde o homem se relaciona com os grupos a que se identifica, mas ao mesmo tempo, ao relacionar-se com outras realidades recria os seus referentes culturais. Felix Keesing defende também que o comportamento dos indivíduos depende de processos de socialização, em que as pessoas têm comportamentos diferentes não em função da transmissão genética ou do ambiente em que vivem, mas devido à sua educação ser diferente. Daí a diversidade cultural.

Percebemos que há uma relação inevitável entre a cultura e o Homem. Max Weber entendia que o homem era um animal que vive preso a uma teia de significados que ele próprio criou. Recorrendo deste pensamento, Clifford Geertz diz que “o conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989, p. 4). O que o autor pretende dizer é que as formas simbólicas mostram que diferentes povos se manifestam de diferentes formas, pois as regras de interação são interpretadas de acordo com o contexto de uma dada sociedade pelos protagonistas dessa mesma sociedade. Poderá haver sempre reinterpretações, mas será o contexto dessa sociedade que irá determinar o modo de agir do ser humano, precisamente porque o Homem é fruto do seu contexto, da sua cultura e ele interpreta de acordo com o contexto em que foi inserido.

Outro sentido de cultura, surge do Padre Manuel Antunes, que expõe a cultura relativamente ao seu sentido antropológico como sendo um conjunto de ideias, crenças, valores, normas, regras de conduta, significados, instituições, artefactos e dispositivos técnicos que permitem ao homem adaptar-se ao meio ambiente. Quanto ao seu sentido

humanístico aponta para um certo ideal de ser humano no sentido da potenciação das suas faculdades intelectuais e físicas e na melhoria da sua relação com o outro.

Para além de todas as aceções de autor, a internet concede várias outras definições. Nesse sentido o dicionário infopédia da Língua Portuguesa designa este vocábulo como sendo uma “1- ação de cultivar a terra; 2- produto do cultivo da terra; 3- conjunto das técnicas necessárias para obter do solo produtos vegetais para consumo; agricultura; 4- desenvolvimento de certas faculdades através da aquisição de conhecimentos; educação; 5- conjunto dos conhecimentos adquiridos que contribuem para a formação do indivíduo enquanto ser social; saber; 6- conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades; 7- sistema complexo de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou grupo social e que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições que fazem parte da vida individual e coletiva dessa sociedade ou grupo” (in infopédia).

Esta é uma definição que abrange as várias conceções descritas anteriormente, desde o cultivo do solo e de se associar à agricultura até ao saber que se herda e que se adquire na sociedade e de todas as instituições e símbolos de partilha com quem o Homem se cruza ao longo de toda a sua vida.

Como foi referido anteriormente, a cultura apresenta uma grande abrangência, uma vez que, se relaciona com vários setores. A cultura está relacionada com o Homem através de um conjunto de preceitos e normas que são partilhados por uma determinada sociedade.

Seguindo o intuito de relacionar o conceito de cultura com o estudo em causa encontramos o pensamento de Eliot nesse sentido, em que defende que “toda a população deveria ter parte activa nas actividades culturais, embora nem sempre nas mesmas actividades ou ao mesmo nível” (Eagleton, 2000). Os indivíduos devem encontrar uma atividade cultural que lhes seja interessante e de que os mesmos usufruam. Existindo uma grande diversidade de atividades culturais, estas devem ser exercidas pelas populações por todos os benefícios que trazem, quer a nível profissional, quer pessoal. De acordo com Freud (1930), a cultura tem a finalidade de durar, pretendendo estabelecer a ligação entre todos os indivíduos do mundo inteiro e afirma ainda que devemos sempre respeitar as diferenças de todos. Ou seja, mostra que a cultura tem o propósito de unir toda a sociedade e que o respeito pelo outro deve ser exercido no dia-a-dia por cada um de nós⁵.

⁵ Ideia de Freud retirada da aula de Pensamento Contemporâneo.

Sendo a cultura uma área tão ampla, cabe assim ao Homem desenvolver a sociedade em que está inserido através das potencialidades que a cultura tem, de modo a trabalhar em diversos contextos e objetivos, mas sempre no âmbito cultural.

Segundo a visão do autor António dos Santos Pereira, a cultura tem três níveis de ingredientes que lhes são fundamentais. O primeiro diz respeito ao que é natural, aos meios necessários de satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, a habitação e o vestuário; o segundo nível é o social ou meios complementares à adaptação ao mundo e à vida, isto é, os divertimentos, a arte, a justiça e a moral; o designado de espiritual ou de meios de desenvolvimento prático e teórico e de transformação, como as ideias, mitos e crenças é o terceiro nível (Pereira, 2008, p.43).

A cultura é assim um processo que nasce da interação entre vários agentes, dos quais os sujeitos, as condições materiais e os valores (Franco, 2017, p.118), estando por isso, presente em toda a sociedade e à qual o indivíduo tem acesso constante. O campo cultural abrange diversas áreas de atividade e, de acordo com a UNESCO, estas áreas são: património, imprensa e literatura, música, artes de palco, artes plásticas, cinema e fotografia, radiodifusão e televisão, atividades socioculturais, desportos e jogos, natureza e meio ambiente, administração geral da cultura e outras atividades (Marques, 2017, p.100).

A cultura é vista por vários autores como um complexo de qualidades e hábitos que o homem vai adquirindo ao longo da sua vida enquanto membro da sociedade. Franz Boas propõe uma cultura como modo de vida. Segundo Boas, a cultura encontra-se formada por traços que são produto das condições ambientais, dos fatores psicológicos e ainda das ligações históricas existentes. A cultura é pensada assim como a causa da coesão social. Os elementos de uma cultura surgem devido aos elementos das culturas vizinhas. Este processo de difusão é visto como uma transformação cultural, precisamente porque há elementos que se difundem de uma área para outra. O autor defende ainda que os comportamentos individuais dos indivíduos se devem à cultura em que foram inseridos, ou seja, “os hábitos sociais de um determinado grupo refletem os traços culturais constitutivos da cultura do referido grupo” (Gonçalves, 2010, p.64). Também Kroeber defende, como visto anteriormente que, a evolução cultural não é determinada pelos fatores hereditários, pois o homem responde às condições ambientais através dos termos culturais.

Durkheim vê a cultura como uma dimensão da personalidade social dos indivíduos que se forma através da interiorização, modelos e valores que mantém a ordem social. Assim sendo, considera “os indivíduos como um produto da vida comum do que das

forças da determinação da vida, isto é, tudo é devido, sobremaneira, a ação da sociedade” (Porto, 2011, p. 94).

Também Malinowski apresenta a sua definição de cultura no sentido em que está a ser analisada, afirmando que é “um conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos” (Porto, 2011, p. 95). Para o autor, a cultura tem uma parte espiritual e outra parte material que possibilita ao homem resolver os problemas.

A cultura associativa permite determinar a identidade do coletivo, na medida em que são determinadas regras de convivência, conduta e disciplina que deve haver para com o outro de forma a possibilitar um bom ambiente coletivo. O associativismo estabelece “normas de convivência que surgem a partir de experiências em comum que dão sentido à moral associativa” (Almeida, 2011, p.14). Ou seja, explica que é a convivência entre os indivíduos que proporciona códigos de valor que podem ser absorvidos ou eliminados por esses indivíduos criando a identidade coletiva, com o objetivo de criar “parâmetros definidos de conduta”, onde não se permitem abusos sobre o ente filiado para que não haja corrupção sobre os interesses individuais.

É em função da vivência que o homem tem na sociedade, que incorpora saberes que não são possíveis de serem mensurados.

Segundo a Agenda 21 da Cultura, a cultura tornou-se um elemento essencial para a mundialização. Esta mudança deve-se a uma necessidade das políticas locais que se regiam segundo um triângulo sustentável, constituído pelo crescimento económico, pela inclusão social e pelo equilíbrio ambiental e ao qual juntaram a cultura como um dos pontos principais para o desenvolvimento sustentável global. A Agenda 21 da Cultura tem assim o objetivo de “promover o papel da cultura como uma dimensão central das políticas locais, fomentar a relação estreita da cultura com o desenvolvimento sustentável, assim como os processos de diálogo intercultural” (CGLU, 2008).

A autora Maria de Lourdes dos Santos, sobre a cultura, afirma que Portugal, no que se refere ao seu posicionamento internacional, encontra-se num contexto pouco favorável e, por isso mesmo, deve ter em especial atenção as suas políticas culturais. O que a autora exprime é que “as políticas culturais neste país têm de se empenhar (...) na promoção de um setor cultural e artístico qualificado e dinâmico que possa, enquanto tal, responder às atuais necessidades de competitividade, sem perder de vista os imperativos de cidadania/participação cultural” (Santos, 2007). A autora fala de níveis de qualificação essenciais para as políticas culturais em Portugal. Começa por mencionar que o nível de formação quer para os artistas, técnicos e todos os outros profissionais da

cultura, quer para a população em geral que pretende aceder à cultura de forma ativa tem sido um obstáculo que ainda não se conseguiu superar. Bem como a formação de públicos, ou seja, a sensibilização da população para as artes é essencial pois “uma população culturalmente atenta e participativa pode alimentar procuras culturais mais exigentes e propiciar a emergência de mais carreiras artísticas” (Santos, 2007). Um segundo nível diz respeito à profissionalização, entre o ano de 1991 e 2001, apesar do sector cultural se ter encontrado em expansão em Portugal, em comparação com a União Europeia tem valores baixos. A falta de normas que regulem a profissão no sector cultural, de estratégias de internacionalização dos agentes culturais e das suas produções são dificuldades a destacar. A qualificação dos equipamentos culturais diz respeito ao terceiro nível, importantes na oferta de infraestruturas e de iniciativas. Por último, a qualificação a nível dos territórios, em que as políticas culturais não podem deixar de dar atenção à dinamização das cidades e da revitalização rural.

No entanto, é uma área que nem sempre recebeu o reconhecimento devido. O autor José Franco fala acerca deste parâmetro afirmando que “no tempo de tecnicização crescente do cosmos, do homem, da vida social, num tempo de sujeição crescente dos povos à economia, a cultura parece cada vez mais ser a última preocupação das políticas dos governos e sempre o parente mais pobre de todos os orçamentos do Estado” (Franco, 2017, p.119). O autor acredita que todas as atividades referentes à cultura, desde a arte, literatura, música, desporto e religião são fundamentais para a sobrevivência do Homem e na sua procura de sentido. Sem a cultura, a sociedade humana não se manteria coesa.

José Franco fala da crise na cultura que hoje encontramos, e para corroborar a sua visão cita Edgar Morin, que indica que as crises existentes nos dias de hoje dizem respeito ao conhecimento, ou seja, à nossa ignorância perante certos fatores. Isto acontece precisamente porque o “nosso modo de conhecimento subdesenvolveu a nossa capacidade de contextualizar a informação e de a integrar num conjunto que lhe dê sentido” (Franco (2017), apud Edgar Morin (2011), p. 120). O que ambos os autores pretendem transmitir é a minimização cada vez maior do nosso conhecimento, em que a educação social atual limita a aprendizagem de toda a realidade, dos factos e dos objetos de formas mais complexas. Em que Morin conclui, que uma reforma da cultura origina uma reforma do pensamento.

Recorrendo ao pensamento do Padre Manuel Antunes, José Franco recorda que a crise da cultura também se verifica no rompimento que esta está a ter com os pequenos meios, isto porque, é nos meios urbanos que se encontram os instrumentos necessários para criar e difundir as atividades culturais. É aí que se “erguem os polos de atração para os produtores e consumidores de cultura. (...) Que se levantam os cúmulos de objetos e de projetos que se pensa decidirão dos destinos do Mundo” (Franco, 2017, p.122). Por

isso, se diz que a cultura “de hoje está em crise de rompimento com o passado, com os pequenos meios, com as fortes personalidades individuais” (Franco, 2017, p.122).

No entanto, a cultura é uma das áreas essenciais para a vida, pois ela é fundamental para a formação de uma comunidade, para a constituição de um povo enquanto tal e para que este tenha uma identidade.

Observamos assim que são infinitas as definições de cultura e como os autores olham para este conceito tão amplo, que pode ser abordado de diversas maneiras e em diversos contextos, consoante o que se pretenda analisar.

Acabamos assim por entender que a cultura está presente na vida e na sociedade de todos, que se manifesta das mais variadas formas e que é essencial ao ser humano. Tal como Boas expõe, a cultura compreende todas as manifestações dos hábitos sociais dos indivíduos no seio da comunidade, as reações que os mesmos possam ter perante os hábitos do grupo em que se inserem, bem como o produto das atividades humanas que são determinadas por esses hábitos. Na sociedade contemporânea, as tecnologias de informação apresentam um grande impacto, o que implica que a cultura se posicione consoante o meio, acabando por surgir uma nova forma de pensar e fazer cultura. As políticas culturais estão perante uma digitalização da cultura, da grande expansão que ocorre nas redes e em todo o mundo digital. De acordo com Rubim, na atualidade, as políticas culturais deparam-se com um grande desafio, o de acompanhar o mundo digital (Porto, p. 100).

1.1.1 Importância da Cultura para o Desenvolvimento Local

Depois da exposição sobre a noção de cultura nos vários autores e da relação da cultura com o ser humano como produto e produtor de cultura é fundamental abordar a cultura em relação com o desenvolvimento local. Torna-se essencial estabelecer esta relação, uma vez que, no contexto desta investigação as associações são o foco principal. Isto é, perceber qual é o papel da cultura no desenvolvimento das comunidades para que depois se consiga perceber o papel e função das associações para o desenvolvimento cultural de uma sociedade.

Cada autor apresenta a sua noção de desenvolvimento local e isto acontece, uma vez que, o desenvolvimento é diferente de região para região. O desenvolvimento das comunidades encontra-se dependente de diversos fatores, isto é, das relações de conflitos, de cooperação, de planeamento e da visão estratégica que se estabelece entre os atores desse determinado território na procura de um objetivo comum. O

desenvolvimento local de uma região não se baseia apenas no seu crescimento económico, existem outras dimensões, nomeadamente ao nível social, ambiental e cultural do ser humano que se mostram cada vez mais essenciais no desenvolvimento das comunidades.

A cultura pode ser vista como o produto de uma comunidade. A comunidade que é tida como uma associação de indivíduos, que estabelecem relações dinâmicas dentro do grupo. Nesta perspetiva, a cultura pertence a todos os membros do grupo, sendo uma prática que está subjacente ao comportamento desse mesmo grupo. Quer isto dizer que, a cultura “é herdada socialmente dentro de cada grupo passando de geração em geração, solidificando-se nas tradições e renovando-se em determinadas situações” (Lemos, 2013, p.16).

O desenvolvimento de uma sociedade acontece em prol do progresso da própria sociedade, mas também para o bem-estar da população melhorando a sua qualidade de vida. Segundo Amaro, o desenvolvimento local pode descrever-se como um “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004, citado por Lemos, 2013).

Centrando-se assim numa determinada região, o desenvolvimento local torna-se um processo que cumpre a função de criação, desenvolvimento e apoio de novas propostas de melhoria e satisfação da qualidade de vida e das necessidades básicas de toda a comunidade em questão.

Segundo Nichollas Alem (2017) a relação entre a cultura e o desenvolvimento pode ser explicada através de dez relações⁶:

-Identidade e diversidade cultural: atendendo ao desenvolvimento como um fenómeno cultural, cada sociedade constrói o seu projeto de desenvolvimento e de modo a respeitar a sua própria identidade de acordo com as suas necessidades, objetivos e com os meios disponíveis.

-Eixo de crescimento económico: os setores culturais e criativos apresentam cada vez mais um grande desempenho económico, bem como um forte impacto na arrecadação tributária, geração de emprego e renda (no caso do Brasil, o autor fala que há salários superiores à média nacional), efeito multiplicador (capacidade de gerar reinvestimentos) e fortalecimento do turismo.

- Matriz de valores: o desenvolvimento ocorre segundo valores estabelecidos na sociedade. Valores que orientam aspetos básicos e estruturantes, burocracias ou os

⁶ Fonte: <http://institutodea.com/artigo/as-relacoes-entre-cultura-e-desenvolvimento/>

comportamentos dos indivíduos. A cultura assume-se como “uma importante fonte de manutenção, transmissão e transformação de valores da sociedade”.

- Formação intelectual dos indivíduos: o consumo e a fruição cultural são fundamentais para desenvolver as capacidades cognitivas, criatividade, pensamento crítico, entre outros domínios dos indivíduos.

- Arranjos institucionais: “a cultura é um elemento estruturante e conformador das instituições, sejam elas formais ou informais”.

- Eixo de desenvolvimento sustentável: o setor cultural por norma tem baixo impacto ambiental, por exemplo, a escrita de um livro não causa grandes quantidades de resíduos, “a sustentabilidade é o fator de geração de valor de produtos e serviços (caso da moda, artesanato, design, etc.)”.

- Os laços de confiança: o bom funcionamento das instituições e do mercado em geral deve-se em parte aos laços de confiança, tolerância e empatia entre os indivíduos. “A cultura, enquanto complexo de fatores que ajuda a moldar os hábitos, os indivíduos e comunidades, tem direta influência no capital social”.

- Transversalidade com outras políticas: a cultura relaciona-se com diversas políticas públicas, seja de saúde, educacionais ou outras. A cultura ajuda em programas de transformação social das comunidades que se encontram vulneráveis.

- Denominação e dependência cultural: existem processos de desenvolvimento que apenas se tornam possíveis com a relação de várias estruturas, entre elas, a económica, política, social e cultural. O autor afirma que “a cultura desempenha um importante papel de emancipação e construção de um projeto nacional”.

- Cultura como objetivo do desenvolvimento: “todos os pontos anteriores têm em comum o tratamento da cultura como um meio, um instrumento para a promoção do desenvolvimento”. O desenvolvimento pretende melhorar as condições de vida de uma comunidade, “a cultura pode ser um dos fins dessa ação, por exemplo, garantindo-se o pleno exercício dos direitos culturais”.

São os símbolos e significados de uma cultura que criam a identidade cultural de um povo e nos permitem diferenciar as comunidades. A cultura é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, ao nível da sua identidade, mas também no seu envolvimento na própria comunidade. Segundo a autora Maria Carranca (2004) podemos olhar para a cultura como a chave para o desenvolvimento local através de medidas que devem ser levadas a cabo consoante a região em causa. Medidas essas que levam à coesão social, à troca de experiências e execução de projetos e investigações de modo a partilhar os valores culturais.

As práticas culturais apresentam uma relação com o desenvolvimento das comunidades e a autora afirma isso mesmo dizendo que essa relação poderá diminuir a exclusão social, criar parcerias público-privadas, promover o turismo, entre outros aspetos. Defende a importância de a cultura ser um elemento fundamental na coesão social. Partilha da opinião que o acesso às atividades culturais por parte dos indivíduos ajuda não só a promover as suas capacidades intelectuais, como permite que os mesmos adquiram sentimentos de pertença na comunidade. A exclusão social pode acontecer na esfera económica e política, mas também na esfera cultural. A integração destes cidadãos nas sociedades pode ser feita através de projetos culturais que se baseiem na coesão social. Pela sua dificuldade em aceder aos bens e serviços culturais, o desenvolvimento cultural deve acompanhar toda a sociedade, em que os valores praticados e a programação deva corresponder às necessidades de toda a sociedade. A coesão social pode ser feita principalmente pelas associações e coletividades locais. Através da relação com a política local as instituições culturais podem ser implicadas na criação, difusão e transmissão de ações culturais. As marchas populares são um exemplo, de uma prática cultural que pode ser mantida na sociedade. Por esse mesmo motivo, as ações culturais podem ser fundamentais no desenvolvimento local em termos de coesão social, mas também importante no sector do turismo, políticas urbanas e políticas sociais.

O desenvolvimento local deve decorrer consoante as necessidades do mesmo, pois cada território tem a sua identidade que o distingue dos demais. A cultura é “parte intrínseca da reabilitação social e económica de uma cidade e o seu papel devia ser considerado quando se tenta melhorar as condições e a qualidade de vida dos cidadãos” (Carranca, 2004, p. 90).

A cultura pode ainda promover uma região a nível nacional e internacional. Através de grandes atividades culturais, a mediatização pode permitir que a mesma seja mais valorizada no exterior pelos investidores, turistas e até mesmo os próprios habitantes. O turismo tem cada vez mais um impacto significativo a nível económico e social. Por exemplo, o Brasil é um dos países mais reconhecidos do mundo pelas suas diversas expressões culturais. Desde as músicas regionais, às danças típicas e às festas populares são exemplos da cultura brasileira. O carnaval do Rio de Janeiro é dos mais conhecidos no mundo, existe uma coesão social enorme em que as pessoas se unem para um fim, é um traço da sua identidade que já faz parte dessa região e é mantida de geração em geração. É um traço cultural característico que permite que esta região seja conhecida mundialmente.

O homem é um ser que consome e que cria cultura. Cria cultura nas ruas e espaços públicos, mas também consome cultura através das propostas dos agentes culturais e associações. Para o desenvolvimento urbano, a nível económico, a cultura pode ser

produzida de modo a gerar receitas para a sociedade, mas também a nível do conhecimento e sustentabilidade. O papel da cultura não se rege apenas à arte ou património e às indústrias culturais, mas também às “universidades, aos departamentos de investigação e desenvolvimento das empresas, aos sectores económicos emergentes ligados ao conhecimento e às tecnologias, à esfera das associações e ONG, e, naturalmente, ao conjunto das instituições públicas e suas áreas culturais” (Carranca, 2004, p.93). Devem privilegiar-se as atividades de cultura das coletividades e das associações, pois a partir delas surgem novas culturas, uma vez que, são promovidas as diversas práticas culturais dos habitantes dessa mesma região.

As associações e as coletividades locais têm um grande impacto na coesão social de uma comunidade, o trabalho destas instituições deve ser mais apoiado pois “tem-se revelado fundamental na manutenção de uma cultura de raiz local que é igualmente um elemento de coesão e de integração social (bandas filarmónicas, jogos tradicionais, grupos de teatro, etc...)” (Carranca, 2004, p.98).

“Os atores sociais movidos pela busca de mais qualidade de vida, imbuídos de um sentido de participação ativa e movidos pela responsabilidade social organizam-se em associações, cujos interesses partilhados se dirigem para um interesse comum, fazendo dessa estrutura organizativa a força motriz para a mudança. As associações são neste sentido, um meio privilegiado para criar sinergias e responder eficazmente às necessidades da sua comunidade, criando para tal, processos dinâmicos que contribuem para o desenvolvimento do território” (Lemos, 2013, p. 4).

As associações são importantes no desenvolvimento local e Lemos destaca as relações de vizinhança, pois a partilha de identidades facilita a organização popular e a constituição de uma unidade territorial. As associações permitem a proximidade entre os cidadãos e representam os interesses da população. Para Vilaça, um dos fatores para a criação de uma associação é a afirmação da identidade (Vilaça, 1994 citado por Lemos, 2013, p.38).

É através da cultura que surgem os estilos de vida, a forma de reproduzir, de consumir, de conviver e são todas as representações simbólicas e a vida que a comunidade tem que determina a sua identidade (Sachs, 2005 citado por Lemos, 2013, p.45).

Se é a cultura que permite distinguir cada região, então devemos partir da cultura para desenvolver essa mesma região.

1.2 O Associativismo

De acordo com o tema desta dissertação é importante perceber o conceito de associativismo, desde as noções mais relevantes apresentadas pelos autores até aos benefícios e aspetos negativos deste movimento.

O código civil português expõe, no artigo 167^o que o “acto de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado”⁷. As associações nascem de grupos de cidadãos que procuram combater o individualismo e visam o bem comum. Surgem para um desenvolvimento das comunidades, para que estas se tornem mais participativas, participadas, interventivas, responsáveis e promotoras de valores éticos e de cidadania.

O associativismo é deste modo uma forma de organização da sociedade, em que os cidadãos, voluntariamente, se reúnem em torno de interesses em comum e com o objetivo de cooperação, sem visar um fim lucrativo.

O estudo acerca do associativismo não é recente, existem diversas percepções relativamente à definição deste conceito, mas também quanto à sua finalidade e aos efeitos, positivos ou negativos, que possa ter nas sociedades. Devido às múltiplas tipologias que este movimento assume, a sua definição não deve ser minuciosa, pretende-se sim, o que não se revela uma tarefa fácil para os teóricos, encontrar uma definição simples e que ao mesmo tempo consiga abarcar todas as suas tipologias.

O sociólogo Albert Meister considera a associação como um “grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (Meister, citado por Viegas, 2004, p.34). É esta cooperação que nos permite distinguir as associações das sociedades comerciais com fins lucrativos que, por sua vez, têm como objetivo os mercados.

Os problemas privados dos indivíduos são assim transferidos para o espaço público, onde são vistos como problemas sociais para que possam ser solucionados publicamente (Viegas, 2004).

Tendo sido objeto de análise por diversos autores, o associativismo foi estudado por Tocqueville e Durkheim. Para Tocqueville⁸, o associativismo tem um papel importante e decisivo na organização das sociedades democráticas, pretendendo aliar dois

⁷ Fonte: Diário da República, <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/106487514/201903120234/73407236/diploma/indice>

⁸ Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), pensador político, historiador e escritor francês, destacou-se pelos seus importantes trabalhos sobre a Revolução Francesa e a Democracia Norte Americana.

importantes conceitos, a liberdade e a igualdade, ou seja, os cidadãos devem defender a liberdade para que seja possível uma igualdade unânime. Defende que o “associativismo vem criar novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas em substituição das antigas formas de sociabilidade nas sociedades tradicionais assentes em valores que já não são predominantes” (Viegas, 1986, p. 109). Isto porque, nas sociedades tradicionais, os indivíduos integram-se socialmente através das referências que recebem logo a partir do seu nascimento. Enquanto nas sociedades modernas, o indivíduo é visto isoladamente, de acordo com os seus direitos individuais, na igualdade, quer perante a lei e o estado, quer perante todos os outros cidadãos.

Durkheim propõem “as corporações ou agrupamentos de indivíduos pelo mesmo ofício” (Viegas, 1986 p.110) no sentido de que se forme uma organização social, pois esta é fundamental na sociedade. O autor defende ainda que a solidariedade social se obtém através de uma “consciência” e “poder moral” que, por sua vez, só se obtém através das corporações.

Também Dumazedier afirma que o associativismo é “uma dinâmica que se desenvolve de forma exterior às classes sociais, mas que tem efeitos niveladores sobre a hierarquia” (Varanda, p.49).

A importância das associações tem crescido de forma gradual, verificando-se através da relação que estabelecem com o Estado “nomeadamente no campo da solidariedade social, da saúde e da educação; apoios concedidos, particularmente pelas autarquias, às associações de solidariedade social, culturais e desportivas; bem como a presença constante nos media de dirigentes e militantes associativos pronunciando-se sobre os direitos dos trabalhadores, a solidariedade social, a paz e os direitos humanos, o património, o ambiente, a defesa dos grupos minoritários, o racismo, o aborto, entre muitos outros problemas sociais.” (Viegas, 2004, p.34).

O associativismo popular surgiu no século XVIII tornando-se um grande pilar da sociedade civil. A sua evolução permitiu, tempos mais tarde, o aparecimento de inúmeras coletividades, como as de cultura, recreio e desporto, e movimentos como o cooperativismo, o mutualismo, as organizações de moradores/associações de moradores, o sindicalismo e a ação política, entre tantas outras que se torna impossível de nomear todas elas (Fonseca, 2014, p.75).

A ação de colocar no espaço público os problemas privados com o objetivo de os reformular em problemas sociais, para que sejam discutidos publicamente torna-se um processo enriquecedor da deliberação democrática, da consciência social e política dos cidadãos demonstrando assim que as associações são um núcleo fundamental da sociedade civil. Por este motivo, o associativismo promove a cidadania, ao incutir virtudes e valores cívicos que contribuem para um bom funcionamento da vida

democrática, como o respeito pelo bem público, hábitos de cooperação, respeito pela lei e pelos outros, predisposição para participar na vida pública, confiança e sentimento de autoeficácia. Permite ainda desenvolver competências e capacidades do âmbito social nos cidadãos permitindo uma fácil aquisição de técnicas de organização, de condução de reuniões, de comunicação pública e de argumentação, habilitam assim à ação pública e política (Ferreira, 2008, p.110).

O que não se pode nem deve generalizar, uma vez que, estas contribuições dependem do tipo de organização, valores e atividades das próprias associações. Pois a socialização de um indivíduo ao nível cívico, político e cultural torna-se mais ativo quanto mais ativa for a associação em causa. Entre os jovens, por exemplo, Ferreira afirma que, os jovens que fazem parte das associações voluntárias ou atividades não desportivas encontram-se regularmente no espaço público e revelam-se mais responsáveis e com obrigações de cidadania, do que os outros jovens que não fazem parte de nenhuma atividade. Respondendo à questão “o associativismo faz alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?” os estudos realizados e descritos anteriormente pelo autor mostram que há uma diferença nas atitudes cívicas e políticas entres jovens associados e não associados (Ferreira, 2008).

Warren considera que as associações têm efeitos democráticos em três níveis: “efeitos a nível individual: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral; efeitos ao nível da esfera pública: representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política; efeitos institucionais: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.” (Warren, citado por Viegas, 2004, p.37)

Robert Putnam destacava os efeitos positivos das associações afirmando que uma sociedade civil ativa, plena de capacidade da democracia e expressa na constituição de associações voluntárias era essencial para um sistema democrático estável. A um nível interno, as associações permitiam que os indivíduos criassem hábitos de solidariedade e de cooperação, o que acabaria por influenciar de forma positiva o comportamento social entre os mesmos. A nível externo traria uma pacificação social, ou seja, o conflito social dentro das comunidades seria reduzido (Rodrigues, 2013, p.35).

As associações permitem que o cidadão se interesse pela comunidade, mas também permitem a participação social, permitem a criação de uma consciência coletiva. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos de um determinado local, as pessoas agem de forma coletiva, de modo a implementar ações que permitam concretizar

os interesses que têm em comum, pois a troca de experiências e a convivência social permitem uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Por esse motivo, o associativismo é visto como sendo uma organização social sem fins lucrativos e onde as pessoas trabalham para um mesmo objetivo de forma democrática. Sendo, que a sua participação nesta organização é livre e sem qualquer obrigação de se associar à mesma, ou seja, de se registarem como sócios da associação em questão.

A liberdade de associação vem exposta na Constituição da República Portuguesa, o artigo 46º descreve que “os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal”⁹. No âmbito internacional também observamos o direito de associação na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 20º n.º1 e 2) e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Lei n.º 65/78 de 13/10) em que:

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.
2. O exercício deste direito só pode ser objeto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros. O presente artigo não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado.

A vida associativa permite uma recreação dos espaços públicos, permitindo assim “maior liberdade e fazem com que cada vez mais surjam novos tipos de associativismo, que possibilitam uma maior participação por parte dos cidadãos” (Varanda, p.50). Existem vários tipos de associativismo, cada um com objetivos muito específicos, o que permite aos indivíduos optarem pela causa com que mais se identificam para que possam representá-la publicamente.

Segundo a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), as várias tipologias de associações que integram a economia social são as “associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, Associações Políticas, Juvenis, de Estudantes, de Pais, de Defesa do Consumidor, de Defesa do Ambiente, Religiosas, de Solidariedade Social, Mutualistas, de Mulheres, de Educação Popular, Sindicais, de Empregadores, Desportivas, Organizações Não

⁹ Fonte: <https://www.cases.pt/direito-de-associacao/>

Governamentais para o Desenvolvimento, Casas do Povo, de Família, de Bombeiros, de Agricultores, de Caçadores, de Centros de Cultura e de Desporto, Representativas de Municípios e Freguesias, de Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes, de Pessoas Portadoras de Deficiências, de Imigrantes, de Desenvolvimento Regional, de Câmaras de Comércio e Indústria, de Defesa do Património, de Profissionais de Militares, Empresariais, de Defesa dos Utentes de Saúde, Internacionais, de Polícias, de Trabalhadores, de Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, de Regantes e Beneficiários, Florestais e de Defesa dos Investidores em valores imobiliários”¹⁰.

Wessel apresenta a sua tipologia associativa. Refere que dentro do setor associativo existem vários tipos de associações que se podem agrupar segundo os seus objetivos. Wessel defende assim que existem “três tipos de associações: as associações políticas (associações socioprofissionais), as associações que expressam os novos movimentos sociais e as associações de carácter social” (Wessel, 1997 citado por Lopes, 2018, p.32).

Os autores Van Deth e Kreuter dividem as associações em três grupos: “associações que expressam a nova agenda política, as associações de carácter social (as associações religiosas e de solidariedade social) e as associações que expressam os interesses tradicionais políticos e organizações socioprofissionais). (Lopes, 2018, p.32).

Também Viegas (2009) apresenta a sua tipologia associativista, em que existem as associações de “integração social” (associações de solidariedade social e religiosas, as associações desportivas, culturais e recreativas e as associações de pais e moradores), as associações de defesa de interesses de grupo (sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas, as associações empresariais ou financeiras, não incluindo partidos políticos) e, por ultimo, as associações que expressam os “novos movimentos sociais” (associações de defesa dos direitos de cidadania, as associações de consumidores, as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa de animais). (Viegas, 2009 citado por Lopes, 2018, p.33)

Há várias implicações cívicas e democráticas. Para Tocqueville, as associações permitem ao indivíduo interiorizar valores cívicos de cooperação e reciprocidade, desenvolver atitudes de confiança e ainda capacitar a uma participação mais interventiva na esfera pública e política (Tocqueville, citado por Viegas, 2014, p.39). As associações tornam os indivíduos mais participativos, com valores e normas de cidadania, auxiliando assim no seu desenvolvimento a nível pessoal. Também a nível nacional são criadas condições para a investigação das instituições e dos agentes políticos. Para Putman, o envolvimento nas associações permite um desenvolvimento da cooperação social e estimula a confiança entre as pessoas, ou seja, define o capital social dessa comunidade,

¹⁰ Fonte: <https://www.cases.pt/identidade-associativa/>

uma vez que, este se aplica “a um país, região ou qualquer outra comunidade e permite avaliar o nível de cooperação e confiança nesse todo social, com implicações diversas: o desenvolvimento da consciência física e política, a integração social, bem como a aquisição de competências com efeitos positivos no campo económico e institucional” (Putman, citado por Viegas, 2014, p.40).

As implicações democráticas das associações não podem ser generalizadas, pois estes efeitos dependem dos objetivos que cada associação pretende alcançar. Do mesmo modo, que nem todos os autores estudam os seus pontos positivos, uma vez que, há sempre um lado menos favorável. Para além de pontos positivos e dos benefícios das associações existem pontos menos favoráveis havendo autores, no caso Leite Viegas, que defendem que estas instituições apresentam implicações cívicas e políticas, sendo que as virtudes cívicas ainda não foram confirmadas pelas investigações empíricas realizadas até agora. Há um fecho social que provoca a inibição da solidariedade entre as pessoas e acaba por levar à desconfiança e à reduzida participação ativa por parte das populações, que se tem verificado. (Viegas, A. Associativa, 2014, p.39).

Viegas descreve, segundo alguns autores, que existe “falta de democracia interna nas associações, prejuízo para o interesse geral devido ao efeito de facção, reservas quanto à legitimidade de representação democrática das associações” (Viegas, 2004, p.34). Também Rosenblum e Galston acreditam na “ingovernabilidade ou bloqueamento de decisões políticas devido ao “diálogo social”, passividade política e conformismo social como resultantes da integração associativa” (Viegas, 2004, p.34).

1.2.1 O associativismo em Portugal

Para compreender o associativismo tal como ele se apresenta nos dias de hoje precisamos de conhecer a sua história e o modo como se instaurou e modificou ao longo da sua existência.

O associativismo em Portugal tem uma história bastante antiga que nos remete para a época medieval com a existência de organizações solidárias que se encontravam ligadas à Igreja e aos valores da religião cristã. Segundo Raquel Franco, a caridade cristã era a principal iniciativa para criar estas instituições.

De todas as instituições desta época é às confrarias que se dá um maior destaque por serem as responsáveis pela “criação de hospitais, asilos e albergarias” (Franco, 2015, p.15). Ou seja, já desde o século XIV que se observam manifestações associativistas em Portugal.

Mais tarde, na Idade Média, com o crescimento das cidades e o aparecimento de novos ofícios surgem as corporações de mesteres¹¹ (manifestação do associativismo laical).

Fundadas em 1498, as misericórdias adquirem protagonismo na época moderna e são “inseridas num movimento maior de reorganização da assistência no contexto europeu” (Franco, 2015, p.15) em termos de auxílio e da prestação de cuidados, para além das misericórdias havia também as confrarias e corporações.

Mais tarde, com a emergência das sociedades surgem as associações e clubes com diversas finalidades. A primeira associação é criada em 1839, depois da abolição das corporações em 1834, com a revolução liberal.

O movimento associativista ligado ao movimento operário surge no século XIX, pois tinha o objetivo de estabelecer, através de associações populares, condições de trabalho dignas à classe operária. Deste modo, percebemos a razão de no início a maioria das associações apresentarem uma natureza sindicalista. As mutualistas surgem como resposta às condições adversas de trabalho e de vida da classe operária (Franco, 2015, p.15). Nem sempre houve um quadro legal adequado, a existência formal das associações, nomeadamente as que se dedicavam a finalidades públicas a nível cultural e recreativo, dependiam da publicação de Decretos e Portarias (Moreira, 2014, p.97).

Em Portugal, este movimento ganhou visibilidade com a implantação do Regime Liberal. O cidadão adquiria direitos e liberdades, como o direito e a liberdade de associação. Algumas associações, principalmente as que tinham como objetivo a utilidade pública “estavam dependentes da publicação de decretos e portarias que aprovavam ou não os seus estatutos” (Varanda, p.53). Com a publicação do Código Civil há uma uniformização dos direitos e deveres do associativismo permitindo o aparecimento de novas associações. Apesar das adversidades que deixavam Portugal com um número de associações bastante reduzido, a instauração da República, em 1910 vem proporcionar um outro impulso a este movimento. (Varanda, p.53)

No período do Estado Novo, a maior parte das iniciativas populares eram proibidas assim como aqueles que lhes davam início seriam punidos. Daniel Melo fala da dura perseguição que o associativismo popular sofreu por parte deste regime. Este movimento sofre outros contornos com o aparecimento das Casas do Povo, que serviam fundamentalmente para controlar a população e a adesão às mesmas era obrigatória

¹¹ Registos encontrados na Torre do Tombo sobre as Cortes de D. João IV de 1645-1646 permitiram à autora Maria Ângela Beirante acrescentar conhecimentos à obra “Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)” sobre corporações de mesteres existentes também na cidade da Covilhã no ano de 1535. Trata-se do regimento dos Vinte e Quatro dos Mesteres da vila da Covilhã sobre os privilégios alcançados pelos homens dos ofícios covilhanenses.

(Moreira, 2014, p.97). Com importância significativa neste período foi a proliferação das “bibliotecas das Casas do Povo e de outras instituições: «Casas dos Pescadores, Centros de Recreio Popular, Centros de Mocidade Portuguesa, escolas primárias e liceus, clubes, etc.»” (Luís Reis Torgal, 1989, citado por Santos Pereira, 2008). Bibliotecas estas que apenas detinham determinados livros, isto é, aqueles que o Estado pretendia que as pessoas lessem, que iam de acordo com o regime da altura. A repressão à cultura, ao conhecimento e à liberdade de intervenção das classes oprimidas foi contornada através de bandas de música, teatro amador, entre muitas outras atividades.

Com o 25 de abril de 1974, o movimento associativo floresce, deixa de haver esta obrigatoriedade de se estar ligado a determinadas associações e surgem outras com diferentes fins. Verifica-se a partir desta época um aumento relativamente à participação dos cidadãos nas associações, uma vez que, a pressão social e política tinha diminuído e a liberdade e os direitos de cidadania eram reconhecidos. Mas também houve uma maior diversificação de atividades realizadas pelas associações e emergiram vários tipos de associativismo. Na sua maioria surgiam as associações culturais, desportivas e recreativas. Dão-se os primeiros passos na democratização cultural. Passa ainda a haver a Secretaria de Estado da Cultura, o FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis), a Direção-Geral de Desportos, poder local democrático, direitos à cultura, educação, desporto e uma vida mais criativa (Navarro, 2014, p.25)

Os indivíduos associam-se a estas instituições com o objetivo de resolver problemas e necessidades sentidas a nível social, ou seja, aquilo que pretendiam levar a cabo era uma melhoria das condições de vida da sua comunidade. As pessoas associavam-se para que fosse mais fácil resolver problemas de carácter social e melhorar as condições de vida da comunidade, uma vez que, tinham consciência de que atuando de forma isolada seriam pouco influenciáveis. Daí o conceito de interesse comum em que “nomeia-se como tal todo o tipo de bem que, uma vez criado, se torna acessível a todos os membros do grupo que dele podem usufruir independentemente de terem ou não participado da sua produção ou de terem ou não pago o seu preço.” (Monteiro, 2004).

O associativismo começa assim a adquirir maior importância a partir da década de 70 do século XX devido aos grupos voluntários que lutavam por ideias em comum.

O associativismo surge devido às condições sociais e, por esse motivo, caracteriza-se por: ter como fim prestar um serviço, resolver problemas sociais, desenvolver potencialidades, valorizar os seus associados, reinvestir socialmente eventuais receitas e proveitos realizados em prol de todos os associados e da população; cada associado tem um voto; é uma emanção da vontade popular que traz benefícios sociais aos seus associados, vive e renasce permanentemente pela vontade de sucessivas gerações de associados anónimos, cuja força motora é a resposta a problemas locais, melhoria da

qualidade de vida, participação popular, exercício profundo da democracia; tem acesso ao estatuto de utilidade pública que assegura um conjunto de benefícios fiscais às associações (Pinho, 2007).

O trabalho das associações como tendo grande valor para a sociedade tem vindo a ser cada vez mais reconhecido. Em 2006, o Comité Económico e Social Europeu afirmou que “nos últimos 10 a 15 anos, o interesse das instituições europeias por um diálogo com a sociedade civil, em particular a sociedade civil organizada europeia, não parou de aumentar. De facto, as instituições reconheceram que não pode haver boas decisões políticas sem que os cidadãos sejam ouvidos e sem que as pessoas a quem as decisões comunitárias dizem respeito participem no processo e deem o seu aval.” (Varanda, p.57)

Do associativismo saíram e saem “grandes dirigentes sindicais e políticos, grandes músicos e atores; há gente que aprende coisas que nunca aprenderia e faria de outro modo, porque não teria posses para isso. Mas faz esses percursos das maneiras mais bonitas e transfiguradoras, crescendo e humanizando-se no convívio, na amizade, no encontro com os outros companheiros e companheiras da descoberta e da conquista do saber e da cultura” (Navarro, 2014, p.25).

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio representou um espaço de vivência, participação e influência democrática na cultura portuguesa. A sua importância está na defesa que prestou a outras coletividades independentes, mas também no enquadramento e na difusão das mesmas no seio da sociedade.

É no associativismo popular cultural, educativo e recreativo que se encontra um refúgio para a opressão que o regime de Salazar exercia na sociedade, “pode dizer-se que o associativismo cultural foi não só uma bandeira da resistência ao regime autoritário como um palco privilegiado da metamorfose da influência política das oposições” (Melo, p.97).

Erguida em 1924 como Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio (FDSPER), os seus fundadores pretendiam que esta federação aproximasse as coletividades, uma vez que, juntas tinham uma maior capacidade reivindicativa e de influência em vários aspetos. O seu objetivo centrava-se na defesa dos interesses materiais, sociais e morais das coletividades federadas, na promoção cultural da população associativa e da solidariedade inter-federadas, salvaguardar a autonomia no meio e ainda a fiscalização jurídica. Depois de vários anos conturbados, em 1941 é realizada uma “Parada Recreativa” com o intuito de pressionar o regime de Salazar a reconhecer oficialmente a importância do movimento associativo de cariz cultural-recreativo. Segundo Daniel Melo, neste evento participaram cerca de mil coletividades e 50 filarmónicas, representando um terço do total nacional. “Segundo estimativas federais, baseadas em dados oficiais, existiam, em 1940, aproximadamente 3000

coletividades em Portugal. Por esta altura, a Federação superava as 400 adesões, 2 anos depois o registo seria reforçado por mais de uma centena de inscrições. Os dirigentes federativos contabilizavam 300 mil famílias associadas para 1942 e 2 milhões de associados para 1948, em ambos os casos um universo global demonstrativo do profundo enraizamento do associativismo na população portuguesa um forte espaço de manobra” (Melo, p.101). A tabela seguinte demonstra estes dados:

Tabela 1.
Movimento das colectividades de cultura e recreio federadas (1924-62).

Ano	Entradas			N.º de ordem de inscrição	Saídas					Outros indicadores		Total geral acumulado	Total de activas (estimativa)
	Admissões	Re-admissões	Total		Não pagamento	A pedido	Extinções	Para FNAT	Diversos	Total	Suspenções		
1924													
1925	47		47	[01-47]								47	30
1926												47	47
1927	2		2	48-49					2	2	1	47	47
1928	13		13	50-62			1		1	1	[1]	59	59
1929													110
1930													
1931	5		5				6		4	10		162	167
1932	21	1	22	225-245			3		4	7			162
1933	[28		[28	[246]-273						13	4		177
1934	26		26	274-299						29	3		192
1935	[22		[22	[300]-321						6			189
1936	18	4	22	[322]-[339					1	15			205
1937	12		12	340-351						12			212
1938	15		15	[352]-[366						13	5		212
1939	16			[367]-[382					2				214
													215
1940	30			[383]-[412									
1941	78			[413]-[490								162	
1942	31		31	491-521						13	15	245	245
1943	11		11	[522]-532						5	6		323
1944	114			[533]-546						2			341
													347
													358
1945	10	1	11	547-556						6	5		363
1946	20			[557]-[576						2	1	1	379
1947	5		5	577-581			3			5		[348	379
1948	8		8	582-589						6	11	[358	381
1949	19		19	590-608			3		[6]	3	4	[372	382
1950	[19	1	[20	[609]-[627	5			1	[4]	6	4	392	392
1951	19		19	628-646	3	2		6	[1]	11		400	400
1952	19		19	647-655				1		7	8	412	412
1953	25	2	27	666-690						4		435	435
1954	17						3			4			448
1955													455
1956	29	4	33		6					19			462
1957	13				9	1	2			[12	1		463
1958	12	1	13		29	8	7			[44			432
1959	16	2	18		7		1			[8]			442
1960	12		12		8		1			[9]			445
1961	24				11					[11			458
1962	18				4					[4]			472

Fonte: relatórios da FDSPER/PSER/FPCCR (1925/26-62).

Fig.1 – Tabela relativa ao movimento das colectividades de cultura e recreio federadas (1924-62).

Vista como uma representação dos “valores expoentes do meio recreativo” (Melo, p.99), viu os seus estatutos e nome serem alterados ao longo dos anos, acabando por resistir a anos conturbados que foi sofrendo ao longo da sua história. Esta federação é um exemplo de que foi no associativismo popular de cariz cultural, educativo e recreativo que se viu uma escapatória para todos aqueles que se opunham ao regime e lutavam para continuar a defender os seus ideais.

1.2.2 Associações culturais e recreativas

No contexto mundial, o associativismo cultural passou a estar incluído no que se chamou de tempos livres. Segundo Marie Françoise Lanfant (1972, citada por Viegas, 1986), teve origem nos Estados Unidos da América no período de 1925-1940 e define-se como o acesso que as classes médias tinham ao vasto conjunto de consumos culturais que lhes eram disponibilizados, ou seja, eram “uma forma de compensação” para o trabalhador. Já na Europa e seguindo esta linha de pensamento, o autor Dumazedier fala dos tempos livres como “desenvolvimento cultural” pois a cultura deveria ser acessível ao maior número de pessoas que por ela tivessem interesse, sem se restringir a um determinado grupo ou classe social.

Em Portugal, o associativismo cultural começa com a Revolução Industrial. As associações culturais tiveram a sua origem na década de 40 do século XIX, depois do aparecimento da Associação dos Artistas Lisbonenses, que foi a primeira instituição a ser considerada como associação não corporativa e que surgiu no ano de 1839. Só mais tarde, no ano de 1848 surgem outras coletividades, como as Bandas Filarmónicas (Viegas, 1986). Sendo que a primeira coletividade surgiu na primeira metade do século XVIII e era uma banda filarmónica.

O associativismo cultural e recreativo tem início com o movimento filarmónico, que foi também a origem do movimento associativo português. Ao mesmo tempo surgem os montepios e as associações de socorros mútuos. A constituição de 1838 veio dar liberdade de associação e, na década de 1830 surgem em Lisboa o Clube Lisbonense (1834), a Assembleia Lisbonense (1836), a Academia Filarmónica (1838) e a Assembleia Filarmónica (1839). (Sousa, 2016, p.68).

As associações culturais apresentam uma importante intervenção nas comunidades, pois contribuem para a democratização das estruturas sociais e são significativas para a criação de espaços de comunicação e de um desenvolvimento a nível social e cultural. Permitem ainda uma dinâmica a nível social, uma vez que, criam laços comunicativos entre os indivíduos e as instituições de uma sociedade.

Hoje dá-se maior privilégio às associações culturais nas suas diversas significações para resolver as questões sociais e fazer a ligação do indivíduo com o Estado. Quanto às suas áreas de intervenção podemos mencionar o teatro, dança, música, artes plásticas, literatura e preservação do património.

Também as associações recreativas são fundamentais na sociedade, para além de promoverem certas atividades, permitem às pessoas uma integração mais facilitada na comunidade. Neste sentido, Viegas afirma que “as associações agregam indivíduos originários de uma dada região, cidade ou vila interior que se deslocam para um grande

centro urbano. Para além das funções de integração dos recém-chegados que encontram aí um lugar de sociabilidade, são espaços privilegiados de manifestações de redes de influência e poder” (Viegas, 1986, p.106). Independentemente de onde a sociedade recreativa seja criada permite sempre às pessoas que se associam e participam desta associação uma integração e socialização no meio ambiente em que estão inseridos.

A partilha de ideias, de informações e de recursos pode ser estabelecida pelas associações devido aos grupos que se reúnem nestes espaços para realizar um determinado projeto. Isto porque, estas estruturas valorizam os desejos, necessidades ou problemas coletivos e individuais e criam projetos para resolver essas mesmas necessidades.

A música, através das filarmónicas, também teve um papel importante na criação de associações recreativas na segunda metade do século XIX. Ainda que tenham mudado a sua atividade, muitas destas associações permanecem até aos dias de hoje e continuam a apostar na cultura (Viegas, 1986).

No ano de 2001 realizou-se um estudo que incidia sobre as atitudes e o comportamento social e político dos portugueses. Nesta investigação consta um inquérito sobre o envolvimento que os portugueses têm nas associações. A intenção desta pesquisa seria comparar o caso de Portugal com outros países europeus. Segundo Viegas, pretendia-se saber sobre a atividade associativa dos indivíduos nos últimos doze meses, ou seja, considerava-se que havia envolvimento numa determinada associação se o indivíduo doasse dinheiro, participasse numa atividade planeada, fizesse um trabalho voluntário ou apenas se fosse membro da associação.

O que se depreende dos resultados apresentados nos quadros é que Portugal tem valores aproximados aos de Espanha e, sendo superior aos dos países de leste é inferior a todos os outros que foram selecionados, principalmente os países nórdicos, como está representado na figura 2.

Quadro 1 Número de associações em que o sujeito está envolvido, por país (percentagem)

Número de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Três ou mais	21,7	57,4	12,8	62,0	2,5	72,8	11,0	2,1
Duas	21,0	19,8	11,6	15,6	2,8	13,1	12,7	4,0
Uma	27,1	14,9	23,9	11,5	14,4	9,5	29,7	13,6
Nenhuma	30,2	7,9	51,6	10,9	80,2	4,6	46,6	80,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fig.2 – Quadro correspondente ao número de associações em que o sujeito está envolvido, por país (percentagem).

Na figura 3 verifica-se o envolvimento dos indivíduos nos diferentes tipos de associações. “Espanha, como país do sul da Europa com características culturais próximas de Portugal; a Holanda e a Alemanha, como países desenvolvidos do centro europeu; a Dinamarca e a Noruega, como países nórdicos, com reconhecida cultura cívica e participativa; e, finalmente, a Moldávia e a Roménia, como países de leste com passado recente no quadro democrático e liberal” (Viegas, 2004, p.42).

Quadro 2 Percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações

Tipos de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Consumidores	0,5	3,4	1,0	13,2	0,8	13,8	1,9	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	10,5	26,0	10,9	42,6	2,5	61,6	4,5	1,3
Interesses empresariais ou financeiros	3,5	11,9	3,2	9,5	3,9	11,3	2,4	1,6
Pais e moradores	4,9	41,6	10,1	27,9	3,2	39,1	4,8	5,2
Pensionistas e ex-combatentes	4,1	18,3	6,1	11,0	1,7	10,0	1,6	1,9
Solidariedade social e religiosas	20,6	35,6	19,5	46,2	4,0	46,7	25,6	3,6
Desportivas, culturais e recreativas	49,3	59,0	21,7	59,4	5,2	73,9	28,0	2,9
Sindicais e socioprofissionais	11,4	60,0	7,7	28,7	5,6	53,0	7,6	6,4
Partidos políticos	3,9	8,2	2,8	8,4	2,5	12,8	2,8	4,1
Em pelo menos uma associação*	69,8	92,1	48,4	89,2	19,8	95,4	53,4	19,6

Nota: *Este valor considera alguns tipos de associações que não foram contemplados em qualquer das categorias anteriores.

Fig.3 – Quadro demonstrativo da percentagem de sujeitos com envolvimento nos diversos tipos de associações.

Em Portugal, o tipo de associações com maior percentagem de envolvimento são as “associações desportivas, culturais e recreativas” e, em seguida, as “associações de solidariedade social e religiosas”. Quanto à figura número 4, apesar de ser o inverso, os resultados são semelhantes, isto porque, “estamos perante associações com alto grau de voluntariado, que se movem no campo da “comunicação, cultura e normas sociais” e com objetivos direcionados para os seus membros, com exceção das associações de solidariedade social” (Viegas, 2004, p.42).

Quadro 3 Percentagem de sujeitos com envolvimento *activo* nos diversos tipos de associações

Tipos de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Consumidores	0,0	0,5	0,4	0,7	0,2	1,0	0,3	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	6,1	6,8	5,4	7,8	1,6	10,3	1,8	1,0
Interesses empresariais ou financeiros	2,0	4,9	1,9	3,9	2,9	4,5	1,4	1,2
Pais e moradores	4,4	21,9	6,2	10,8	2,0	17,5	2,8	3,5
Pensionistas e ex-combatentes	3,3	8,8	4,3	4,3	0,8	3,4	1,1	0,9
Solidariedade social e religiosas	15,6	10,6	8,6	19,0	3,2	13,3	20,6	3,2
Desportivas, culturais e recreativas	45,0	50,5	15,7	39,2	3,5	50,2	19,0	2,7
Sindicais e socioprofissionais	5,8	17,9	3,8	6,0	3,6	15,5	3,3	4,8
Partidos políticos	3,0	5,2	2,2	3,0	1,6	5,0	2,2	2,7

Fig.4 – Quadro correspondente à percentagem de sujeitos com envolvimento ativo nos diversos tipos de associações.

Segundo Augusto Flor, as coletividades permitiram formar músicos, atores, cantores e desportistas prestigiados. Para além disso, os cargos ocupados pelos associados tornaram as pessoas mais justas, cultas, solidárias, fraternas, qualificadas e reconhecidas pelos valores que difundiam e praticavam (Flor, 2014, p.5).

Os Jogos Tradicionais são um dos grandes exemplos e uma atividade privilegiada na animação cultural e na recreação. Isto acontece porque, para além da sua tradição e de serem praticados em todo o mundo desde há séculos, os jogos tradicionais são práticas conhecidas que as pessoas realizam de forma descontraída, sendo consideradas atividades inclusivas. As suas regras passaram de geração em geração, fazendo parte de todos os tempos. Fundamentalmente promovem as ações intergeracionais entre os idosos e as crianças e muitos destes jogos podem ser confeccionados por quem participa neles. Segundo, Mário Serra e Nuno Serra, estes exercícios lúdicos apresentam um grande interesse cultural, pelo que deveriam ser objeto de estudos rigorosos e deveriam fazer parte do acervo dos museus (Mário Serra & Nuno Serra, 2017, p.83). No entanto, estes jogos podem até ser modificados e adaptados relativamente às condições em que a intervenção sociocultural se processa. São considerados uma das vertentes mais genuínas da cultura popular em que as coletividades de cultura e recreio são “as fiéis depositárias desta faceta da identidade cultural de muitos locais” (Martins, 2017, p.38), uma vez que, dão respostas às necessidades das crianças e dos adultos. São considerados por Durkheim como “traços característicos da cultura e organização social das comunidades no seu todo: as relações sociais, as estratégias e opções de vida”, devendo ser vistos como “factos sociais totais” (Durkheim, 1973, citado por Martins, 2017, p.46).

Para Artur Martins “o homem enquanto ser social sempre se associou”, o que esclarece a importância que as associações têm, uma vez que, as pessoas sempre tiveram necessidade de se reunir e de encontrar lugares que respondam às suas necessidades e objetivos, desde o desporto, cultura, recreio, entre outros (Martins, citado por Cardoso, 2014, p.54).

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social relativamente ao ano de 2016¹² existem em Portugal cerca de 71 mil entidades, que se encontram distribuídas por um conjunto diversificado de atividades correspondentes à Economia Social. Em relação aos resultados obtidos na edição anterior, de 2013, o número de entidades da EC aumentou 17,3%.

Neste grupo destaca-se a Cultura, desporto e recreio com quase 47% do total de unidades da CSES (Conta Satélite da Economia Social), ou seja, 33722 unidades de atividade económica. Comparativamente à edição anterior, os valores deste grupo já eram elevados com cerca de 61 mil entidades. No entanto, também observamos no quadro abaixo que o emprego remunerado correspondente a este sector é relativamente baixo representando apenas 5,0%.

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFLTS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)		Emprego		VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ⁶ Euros	
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242	
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671	
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186	
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170	
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10	
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37	
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50	
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3	
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175	
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153	
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303	
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821	
Economia Social	71 885	236 288	234 886	4 819	
Economia Nacional	-	4 419 870	3 839 523	162 226	
Economia Social / Economia Nacional	-	5,3%	6,1%	3,0%	

Fig.5 – Distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector (2016).

As associações com Fins Altruísticos (ACFA) são o grupo com maior número de entidades, com cerca de 72 mil, o que representa 92,9% do valor total. Acabando por corresponder a 60,1% do VAB, 61,9% das remunerações e ainda 64,6% do emprego remunerado do ES. A cultura, comunicação e atividades de recreio ocupam a maior

¹² Os dados das estatísticas de 2016 foram publicados no ano de 2019, pela Conta Satélite da Economia Social.

percentagem deste sector, seguindo-se a religião e os serviços sociais, com 11,9% e 9,7% respetivamente (figura nº6).

Gráfico n.º 1 – Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)

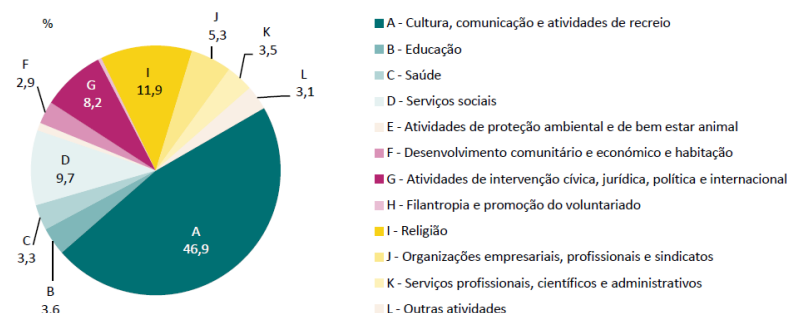


Fig. 6 – Gráfico correspondente à distribuição das unidades, segundo os dados do ano de 2016 publicados pela Conta Satélite da Economia Social.

A “cultura, comunicação e atividades de recreio (A) concentrava 46,9% das unidades da ES, mantendo a preponderância já observada nas anteriores edições da CSES”, como se verifica na figura número 7 (CSES destaque, 2016, p.1).

Gráfico n.º 2 – Distribuição das unidades por grupos de entidades

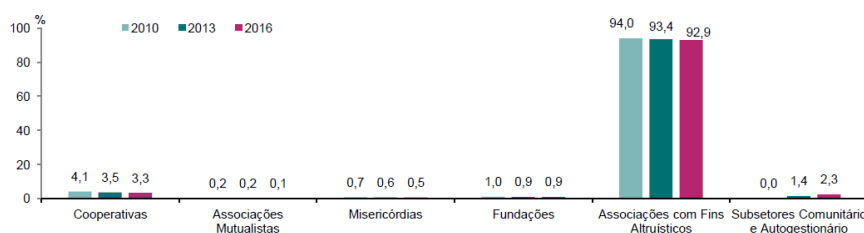


Fig.7 – Gráfico demonstrativo da evolução da distribuição das unidades por grupo de entidades, nas edições de 2010, 2013 e 2016.

Manuel Moreira fala acerca das associações que surgiram, maioritariamente após o 25 de abril de 1974. Para além das associações culturais, recreativas e desportivas que são o maior grupo das organizações de economia social, segundo os dados do INE 2012, surgiram outras tipologias. As de defesa do património, dos consumidores e dos moradores bem como de apoio às vítimas, o associativismo juvenil e de estudantes,

ambiente e ecologia, de pais e familiares e ainda de pessoas com deficiência e as IPSS que surgem na década de 80. “O Movimento Associativo no nosso País, neste novo tempo, ganhou outra força, dinâmica e responsabilidade. Os cidadãos sentiram um impulso natural para se associarem, criando novas instituições e coletividades em Portugal – no plano cultural, social, desportivo, recreativo e humanitário – ou tornando-se sócios das já existentes dando-lhes um novo ímpeto e vitalidade” (Moreira, 2014, p.99).

Estudos recentes demonstram a importância do movimento, ao nível da transformação social, pois reforça a inclusão e a coesão social. Tendo sido criado o Grupo de Estudos do Movimento Associativo Popular (GEMAP), com o objetivo de realizar estudos e orientações estratégicas associativas. Estas coletividades são também consideradas pelos autores como fundamentais no desenvolvimento local, pois ajudam a superar as dificuldades que se vão sentindo nas sociedades e que fazem parte da responsabilidade do poder central e local (Martins, 2016, p.92). O associativismo cultural também contribui nas comunidades locais onde se insere, na medida em que se torna uma opção cultural nas freguesias que têm uma baixa oferta cultural. São locais democráticos e abertos à diversidade cultural e social e a manifestações de arte e cultura (Príncipe, 2018, p.102).

Nem sempre as associações e o próprio movimento associativo, apesar de todo o esforço ao longo do tempo conseguiram os apoios e o reconhecimento pretendidos por parte dos poderes políticos. Sobrevivendo com dificuldades a vários níveis, desde a falta de recursos humanos, técnicos, logísticos até ao financeiro. De acordo com Carlos Anjos, se as Câmaras Municipais não têm capacidade de resposta para organizar todos os domínios da sociedade, bem como os grupos locais que não têm capacidade financeira ou logística como se gostaria, as associações contam desta forma com orçamentos diminutos, acabando por receber ajuda e apoios de terceiros do poder local (Anjos, 2016, p.182).

Sérgio Pratas, vice-presidente da CPCCRD destaca o que para ele são os pontos fracos e as ameaças relativamente ao associativismo. Como pontos fracos destaca a fraca interligação e coordenação entre as associações, o conservadorismo, pois não tendem para a inovação e ainda a falta de apoios técnicos. As ameaças dizem respeito à precariedade laboral, desregulação da organização e tempo de trabalho, o quadro legal existente é demasiado complexo, desajustado, anacrónico e insuficiente. Para além destes pontos destaca ainda a importância relativamente ao futuro, em que existem aspetos que devem ser tidos em conta, cuidados, reforçados e aprofundados. A aposta recai no conhecimento quanto à realidade, em estudos e debates. Apostar na capacitação dos dirigentes, revisão da legislação associativa, melhor apoio técnico e recursos existentes, aprofundamento nas parcerias político-sociais, sociais-sociais e privado-

sociais, ou seja, estado, governos regionais, economia social e empresas (Santos, 2017, p.97).

Percebemos ainda que o tipo de atividade e as modalidades praticadas numa coletividade são um fator de motivação para que o indivíduo se associe e participe ativamente, caso contrário, não irá participar nem sentir motivação para participar e fazer parte de um grupo que não lhe chame a atenção.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que o associativismo é um processo que está sempre em transformação, precisamente porque se altera consoante as alterações que ocorrem na sociedade. As associações culturais e recreativas definem-se como espaços de partilha de conhecimentos, de convívio e de ocupação de tempos livres, mas acima de tudo, assumem-se como espaços de formação de pessoas, em especial de crianças e jovens.

1.3 Dinamização cultural e Participação

As instituições públicas e privadas devem ter em vista novas estratégias na promoção e incentivo da cultura, nas suas várias vertentes, em especial nos contextos em que se desenvolve.

As artes e a cultura devem ser promovidas no sentido de criar novos produtos artísticos, projetos que façam crescer a transversalidade das diferentes expressões artísticas, formação de novos públicos e ainda enriquecimento das regiões ao nível da cultura e das artes.

A dinamização cultural passa pelos agentes culturais, educadores artísticos, animadores socioculturais que podem trabalhar como indivíduos isolados, mas também em equipas especializadas.

Relativamente à dinamização cultural de uma área, esta tem de ser pensada segundo uma estratégia que se mostre eficaz. Há cidades que vão promovendo atividades culturais com uma certa regularidade, mas pode acontecer que nessas atividades não tenham a adesão de públicos como era pretendido. Para que se promova culturalmente um espaço é preciso ter em consideração o tipo de evento, mas também e, sobretudo, o público que se pretende alcançar com esse mesmo evento.

O público é essencial numa intervenção cultural pois pretende-se a satisfação de todos os indivíduos, para que estes tenham uma participação sistemática. Os acontecimentos culturais e a participação ativa dos cidadãos devem acontecer com regularidade de forma a promover o gosto pela cultura e também para que haja uma habituação a estas atividades. Isto porque “é através de uma habituação saudável e

positiva em atividades culturais e recreativas que o indivíduo vai criando o gosto e capacidade crítica relativamente ao que é apresentado. Cria-se um processo formativo, onde o indivíduo vai adquirindo conhecimentos e bases que lhe proporcionarão o desenvolvimento de gostos e de interesses específicos, num leque de áreas que deverá abranger todos os grupos sociais” (Sousa, 2009).

É essencial uma programação cultural que, segundo Ana Gonçalves se define como a “noção de organização da oferta cultural, no espaço e no tempo” a qual se caracteriza pela fruição, produção e prática das atividades artístico-culturais (Gonçalves, 2016, p.165). A autora defende ainda que a programação das indústrias culturais tem aumentado ao longo do tempo, o que provocou a formação de um novo público.

O público-alvo é fundamental na programação cultural, pois este deve ser estudado consoante o que se pretende executar. É preciso definir os públicos-alvo tendo em conta o meio envolvente social, político e económico, uma vez que, é fundamental perceber quais são os públicos com os quais se pretende interagir ao longo das atividades. A sua identificação é essencial, pois numa programação cultural deve ter-se em conta as necessidades, interesses e expectativas e o número a quem se pretende atingir na comunidade em questão.

Quanto à promoção a nível cultural, é preciso ter em conta a dinamização dos monumentos, dos museus e de todos os equipamentos culturais que lhe estão afetos e só depois fomentar a fruição cultural, mas também pedagógica e ao mesmo tempo turística nesses mesmos espaços.

A dinamização cultural de uma cidade passa pela divulgação de diversas áreas artísticas como a arquitetura, as artes visuais, a fotografia, a literatura, a música, o cinema, o teatro, entre outras e visando sempre os vários tipos de público. Uma dinamização que pode ser conseguida com a ajuda de diversas associações culturais.

Segundo o INE, a 31 de dezembro de 2018, Portugal registava um número de 10276617 habitantes. Relativamente à estrutura etária da população verifica-se que o maior grupo é o dos 25 aos 64 anos com 53,8%, sendo que dos 0 aos 14 anos representa 13,7%, o grupo dos 15 aos 24 anos 10,6% e, por fim, o grupo dos idosos (dos 65 ou mais anos) tem um valor de 21,8%. No entanto, o índice de envelhecimento aumentou relativamente ao ano de 2017, uma vez que, se verificou um índice de 159,4 pessoas idosas por cada 100 jovens.

Esta contextualização serve para de seguida se exporem os valores da cultura e desporto que são apresentados no anuário. Estes valores dizem respeito ao nível de participação dos cidadãos nos vários setores culturais em Portugal, havendo uma comparação entre dados do ano de 2017 e 2018.

Segundo o INE, a participação cultural em Portugal aumentou em 2017, “museus com mais 10,6% de visitantes, cinema e espetáculos ao vivo com mais 4,6 % e 3,8% de espetadores, respetivamente” (INE, 2018, p. 1). O mesmo aumento verifica-se no ano de 2018 nos “espetáculos ao vivo com mais 9,5% de espetadores e museus com mais 13,5% de visitantes” (INE, 2019, p.1).

Na área da cultura, começamos por apresentar os dados relativos ao cinema. Segundo o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) verifica-se em 2018 “cerca de 664,3 mil sessões de cinema (-0,2%), com aproximadamente 14,8 milhões de espetadores/as (-5,7%)” (Anuário, p.22). O Norte contabiliza um maior número de recintos de cinema utilizados em relação ao resto do país, sendo que o número de espetadores de cinema é maior na zona de Lisboa. Tanto o número de espetadores, como as receitas de bilheteira de 78,7 milhões de euros diminuíram em relação a 2017 (-5,3% e -3,7%, respetivamente). De ressaltar, quanto ao cinema português, que o número de filmes exibidos, de espectadores e de receitas diminuiu face ao ano anterior.

Os espetáculos ao vivo viram no ano de 2018, um aumento de 9,5% quanto aos seus espetadores, contabilizando assim 16,9 milhões de pessoas, o que reverteu em 109,0 milhões de euros de receitas de bilheteira, ou seja, mais 31,5% face a 2017.

O Teatro regista um maior número de sessões realizadas, no entanto, a modalidade com mais espetadores e receitas de bilheteira é a Música.

As publicações periódicas, jornais e revistas diminuíram “perdendo 9,6% de circulação total” (INE, 2019, p.1)

Quanto aos museus existe um total de 431 em Portugal que receberam 19,5 milhões de visitantes em 2018, onde Lisboa apresenta um maior número de visitantes por museu. Verificando-se um aumento de 2,3 milhões de visitantes face ao ano anterior. Sendo que quase metade, 47,6% são visitantes estrangeiros.

Segundo Sérgio Pratas, a constituição portuguesa apresenta no artigo 73º o direito à cultura, afirmando assim que “o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais” (Pratas, 2015, p.47).

O estado tem assim uma responsabilidade na defesa deste direito, devendo para isso providenciar todos os recursos para que tal se suceda. O que, por vezes, não se verifica, segundo dados publicados na revista, de 2010 até 2015 o apoio às artes perdeu 75% do seu orçamento, provocando a extinção das estruturas públicas que apoiam as atividades culturais. Para o ano de 2015, o OE reservou 1% para as políticas culturais. Sendo assim, “têm sido as autarquias e o movimento associativo os grandes protagonistas das

respostas às necessidades das populações em termos culturais, recreativos e desportivos; quer em matéria de atividades, quer no plano da construção de infraestrutura” (Pratas, 2015, p.48).

As Associações culturais, recreativas e desportivas são o maior grupo existente em Portugal, são essenciais na transformação social, pois a sua proximidade com as pessoas é significativa. Neste sentido são as autarquias e as associações que respondem às necessidades da população para a cultura, recreio e desporto.

As despesas recentes na área da cultura são divulgadas pelo INE. As Câmaras Municipais gastaram um total de 469,8 milhões de euros em atividades culturais e criativas, aumento de 4,4% relativamente ao ano de 2017. Em 2018, foi gasto um valor de 44,9€ em atividades culturais e criativas e em atividades e equipamentos desportivos 27,8€ por habitante. As Atividades Interdisciplinares (27,8%), as Artes do Espetáculo (25,5%), o Património Cultural (20,9%) e as Bibliotecas e Arquivos (15,7%) são as áreas onde houve maior despesa. Com uma percentagem menor de 10,1% inserem-se o artesanato, arquitetura, publicidade, audiovisual e multimédia, livros e publicações e as artes visuais.

Quanto à prática desportiva federada alcançou-se um total de 624001 de atletas federados, um número que tem vindo a aumentar. O futebol é a modalidade com maior número de participantes. O Instituto Português do Desporto e Juventude financiou em 38 milhares de euros as federações desportivas, no ano de 2017.

A cultura é um direito de todos. Estando expresso na Constituição da República Portuguesa de 1976. Sendo Portugal um país democrático deve olhar para a cultura como um direito a que todos devem ter acesso e não só, esta área deve ser beneficiada e vista pelo Estado como um dos pilares principais para o desenvolvimento do país (Gonçalves, 2016, p. 166).

Respeitante ainda ao setor cultural, o INE, disponibiliza dados estatísticos quanto ao emprego a nível cultural. O emprego cultural aumentou face a 2017. Houve mais 14,3 mil trabalhadores, o que reflete num total de 131,4 mil pessoas a trabalhar na área da cultura e que corresponde a uma percentagem de 2,7 da população empregada no país. “O emprego nas atividades culturais e criativas caracteriza-se por ser mais escolarizado do que o emprego no total da economia” (Destaque Estatísticas da Cultura, 2018, p.2).

Também as empresas do sector cultural e criativo aumentaram o seu volume de negócio, contando com o trabalho de quase 62 mil empresas o que gerou um valor de 6,3 mil milhões de euros em 2017. Desde 2014 que se verifica uma tendência crescente, quer no número de empresas, quer no volume de negócios culturais.

Quanto à participação e práticas culturais, podemos referenciar um inquérito realizado em 2016/2017, pelo INE. Deste estudo sobressaem dados importantes para

aferir o nível de participação da população na área cultural. De destacar que o gênero feminino tem um maior grau de participação nas atividades culturais. A exceção verifica-se nas atividades de leitura de jornais e revistas, uma atividade privilegiada pelo sexo masculino. Verifica-se também que o grupo etário que apresenta maior participação neste tipo de atividades vai dos 18 aos 34 anos de idade. O mesmo acontece com a população que tem maior grau de escolaridade, existe uma tendência das pessoas que têm o ensino superior em participar na área cultural com mais frequência do que o resto da população. Ou seja, quanto mais elevada é a qualificação escolar maior é a propensão para assistir a espetáculos.

O inquérito referênciava ainda outros fatores no nível de participação, em que os estudantes apresentam maior predisposição para tais atividades em relação à população empregada. Quer dizer que, os estudantes vão mais vezes ao cinema, assistem a mais espetáculos e visitam locais culturais enquanto a população empregada tem maior participação ao nível da leitura de jornais e revistas. Por último, uma das questões apresentadas era relativa ao rendimento, em que se confirma que quanto maior é o rendimento das pessoas maior será a sua participação em atividades culturais (INE, Destaque - Estatísticas da Cultura 2018, p.14).

As associações locais consideram-se essenciais para promover a participação cívica, sendo assim, “agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa”. Deste modo, devemos olhar para estas associações como fundamentais para o desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais. O movimento associativo é deste modo um elemento essencial para que haja participação, uma vez que, há um incentivo para uma maior participação permitindo um desenvolvimento a nível social dos indivíduos nas suas comunidades (Moreira, 2014, p.100). A participação individual transporta à participação coletiva.

Desde sempre que o homem se associa para que consiga defender os seus interesses. Artur Martins fala da importância das coletividades de cultura, recreio e desporto como sendo importantes no desenvolvimento local, e isto acontece porque, como afirma, muitas destas coletividades são responsáveis pela superação de necessidades que dizem respeito ao poder central e local. (Martins, 2016, p. 92).

Deste modo, e respondendo à questão de ser ou não possível haver desenvolvimento local sem que haja coletividades, a resposta é dada por Artur Martins, afirmando que são as filarmónicas que promovem o gosto e a aprendizagem pela música, os grupos de teatro de amadores proporcionam às populações de lugares mais afastados das cidades o acesso ao teatro, os ranchos folclóricos, os grupos etnográficos, as casas regionais, as associações de jogos tradicionais e todas as outras ajudam a preservar a identidade

cultural da comunidade, entre tantos outros fatores. Assim “é inquestionável o peso das coletividades no desenvolvimento local e nacional” (Martins, 2016, p. 92).

Capítulo II – OBJETIVOS E METODOLOGIA

Depois de apresentado o enquadramento teórico da investigação é importante pensar nas opções metodológicas, ou seja, o caminho a seguir. Deste modo, para que os erros sejam mínimos e que os objetivos sejam alcançados é necessário estudar quais os possíveis caminhos a seguir.

Neste capítulo pretende-se expor as questões iniciais e os objetivos desta investigação. Por fim, serão apresentadas e devidamente fundamentadas as opções metodológicas adotadas para a recolha e análise dos dados do estudo.

2.1 Questão inicial e questões orientadoras

A questão inicial ou pergunta de partida são necessárias na investigação, pois permite orientar a problemática que se pretende investigar, ou seja, torna mais fácil a reflexão do problema, em que já foram realizadas as questões pertinentes à compreensão do tema.

Com o intuito de dar resposta aos objetivos da presente investigação foram formuladas as seguintes questões iniciais.

A pergunta de partida orienta todo o trabalho, pois ajuda a criar uma delimitação perante o tema e o objeto de estudo.

As questões orientadoras auxiliam a encontrar a resposta à questão inicial, ou seja, ajudam a construir o caminho até à resposta que se pretende alcançar.

Questão inicial:

Qual o papel que as associações culturais e recreativas desempenham no desenvolvimento local, nomeadamente na dinamização cultural do concelho da Covilhã?

Questões orientadoras:

1. Como se autodefinem estas associações relativamente à sua atividade e missão?
2. De que modo entendem o seu papel e contributo para o desenvolvimento cultural local?
3. Como se organizam?
4. Qual a sua articulação com outros intervenientes, nomeadamente o poder autárquico?
5. Serão estas associações iguais ou apresentam diferenças quanto à sua utilidade para o campo cultural e importância para a comunidade?

6. Qual o acolhimento que recebem da comunidade local?
7. Qual a articulação com outras instituições associativas?

2.2 Objetivos

Numa investigação há propósitos que se pretendem atingir. Os objetivos são assim delimitados para que haja uma investigação estruturada.

Deste modo, os objetivos podem ser distinguidos em dois tipos, geral onde se demonstra de uma forma mais ampla o que se pretende com a pesquisa e específicos que têm o intuito de apresentar detalhadamente as ações que se pretendem atingir de forma a alcançar o objetivo geral.

Objetivo geral:

Conhecer de que modo as associações culturais e recreativas contribuem para o desenvolvimento cultural local.

Objetivos específicos:

1. Identificar de que forma a ação das associações contribuem para o desenvolvimento cultural local;
2. Caraterizar a intervenção das associações covilhanenses;
3. Identificar a relação entre as associações e a comunidade;
4. Caraterizar a relação entre o poder local e as associações;
5. Perceber de que forma a autarquia considera a componente cultural importante no desenvolvimento local;
6. Perceber a visão da autarquia em relação ao trabalho associativo e a sua importância a nível cultural;
7. Perceber a visão associativa em relação ao trabalho e apoio da autarquia a estas instituições.

2.3 Metodologia

A metodologia de um trabalho é justamente um método, um caminho utilizado para alcançar um determinado objetivo, implicando assim a conceção da realidade ou do fragmento da realidade escolhida como sendo o objeto de estudo. Isto é, a metodologia

tem o intuito de descrever de modo aprofundado a forma como se pretende chegar ao objetivo proposto.

Na presente investigação estamos perante um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, pois é a que melhor se adequa para a compreensão dos objetivos propostos.

A investigação qualitativa apresenta uma abordagem interpretativa, os dados são representados verbalmente o que lhes confere uma maior riqueza nos seus detalhes. É, por assim dizer, um estudo exploratório que analisa casos específicos. Esta é uma investigação onde frequentemente, o pesquisador procura entender os fenómenos de acordo com as perspetivas dos participantes. Caracteriza-se por ser um ambiente de carácter descritivo, com um enfoque indutivo, uma investigação que procura descrever e compreender uma determinada situação e não explicar ou fazer qualquer tipo de previsão da mesma.

É deste modo uma abordagem que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em que o seu foco principal é o próprio processo. Segundo Erickson (1986) procura estudar os significados das ações humanas e da vida social (Ernesto, 1996, p.4). Tendo o objetivo de “descrever e compreender o comportamento humano na sua complexidade, explicando o processo mediante o qual os actores sociais constroem os significados atribuídos ao social e, a partir daí, elaborar conceitos heurísticos que traduzem essa realidade” (Bogdan & Biklen, 1994 citados por Silva, 2013).

Bogdan e Biklen (1994) descrevem a investigação qualitativa como o método que tem o seu foco centrado na perspetiva do sujeito, quer isto dizer que, é através do sujeito da própria investigação que se procura compreender o problema em estudo. Defendem que este método possibilita através da apreensão de significados descrever um fenómeno em profundidade. Assim sendo, permite-nos compreender com um certo pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos, neste caso das associações e autarquia sobre um determinado assunto, ou seja, sobre o associativismo e o desenvolvimento cultural local.

A teoria na investigação qualitativa surge da recolha, análise, descrição e interpretação dos dados.

Para a formulação de todo o referencial teórico foi utilizada a análise documental de fontes bibliográficas. Uma técnica relevante, precisamente porque permite o acesso a informações que possibilitam perceber acontecimentos temporais importantes na história do associativismo e corroborar informações recolhidas. Isto porque, a flexibilidade dos métodos e técnicas utilizados e a articulação entre a recolha e reflexão permite gerar todo o referencial teórico à medida que a investigação foi progredindo (Silva, 2013).

Este estudo incidiu sobre quatro associações culturais e recreativas. Portanto, este é um estudo qualitativo, mais precisamente um estudo de caso. Um estudo de caso é uma análise profunda de uma unidade de estudo, ou seja, de uma dada situação em particular. Caracteriza-se por ser um estudo que aprofunda um objetivo com o intuito de obter resultados sobre o funcionamento geral de uma situação.

Ernesto Martins cita diversos autores na definição de estudo de caso afirmando que é “particular, descritivo, heurístico e indutivo” (Martins, 1996, p.15). Segundo o autor Yin, o estudo de caso implica várias técnicas de recolha de material empírico, no entanto, nem todas são relevantes para todos os estudos de caso que se pretenda realizar. O material a utilizar “pode vir de seis fontes: documentos, registos arquivados, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos” (Cardoso, 2014, p.55).

Numa abordagem inicial selecionaram-se como participantes associações que estivessem registadas como “Associações Culturais e Recreativas” e intervenientes por parte da autarquia, como o Gabinete de Apoio ao Associativismo e a Sra. Vereadora da Cultura do Município da Covilhã, por parte do setor cultural. Seguidamente essas associações foram contactadas sobre a sua disponibilidade em responder a uma entrevista para o estudo em questão, tendo-se obtido questões afirmativas e negativas por parte de uma e outras associações. Ultrapassado esse ponto e de acordo com os diferentes entrevistados iniciou-se a construção dos guiões de entrevistas como instrumento para a recolha de dados.

Por fim, todo o material recolhido foi analisado culminando assim na redação e discussão dos resultados que vão ao encontro de todo o referencial teórico.

De acordo com o assunto em questão selecionaram-se as técnicas de recolha e tratamento de dados.

A metodologia qualitativa é essencial para aferir o pensamento das pessoas, neste caso das pessoas responsáveis pelas associações, face à dinâmica cultural existente no município da Covilhã. Uma metodologia qualitativa diz respeito a um processo indutivo, em que ao ser estudado um caso particular e consoante o tratamento desses dados, será possível generalizar a informação e adequá-la a casos semelhantes.

Esta abordagem pode apresentar algumas desvantagens como a difícil compreensão dos resultados e o reconhecimento dos mesmos, pois por vezes, a interpretação não é clara e imediata. A formulação de generalizações a partir de uma realidade singular é um dos inconvenientes deste estudo.

Técnica de recolha de dados:

- Entrevistas estruturadas:

Foram adotadas as entrevistas estruturadas, com um guião pré-estabelecido e que foi redigido de acordo com os objetivos da investigação, com o intuito de obter a informação pretendida sobre as associações, a sua atividade e modo de atuar no desenvolvimento local.

A entrevista estruturada define-se assim como um tipo de entrevista em que o guião com todas as questões a formular face ao entrevistado é previamente escrito pelo entrevistador. Todas as entrevistas apresentam a mesma sequência, sendo um questionário de questões abertas de administração direta. A entrevista estruturada apresenta vantagens como uma maior facilidade na análise dos dados devido à sua elevada estruturação, o que posteriormente permite a replicação do estudo em causa. No entanto, não permite a espontaneidade das respostas, nem que se crie uma aproximação relacional entre o entrevistado e o entrevistador.

As entrevistas servirão como um instrumento de análise para avaliar qual o trabalho que estas associações levam a cabo na dinamização cultural do concelho. Pretende-se através destas entrevistas particularizar e não chegar a uma generalização do assunto, mas tentar compreender e descrever concretamente as experiências e as representações do sujeito, procurando assim uma compreensão do tema.

O trabalho de campo desenvolveu-se assim com recurso a entrevistas que foram enviadas à direção das associações. No caso da Câmara Municipal da Covilhã a entrevista foi realizada à Sra. Vereadora da Cultura e ao Sr. Vereador José Miguel Oliveira, que tem o pelouro do associativismo da câmara.

Foram construídos três guiões diferentes, de acordo com a entidade a ser entrevistada, nomeadamente o Guião A, B e C. O guião A direcionado às associações, o guião B, à Vereadora da Cultura e o guião C ao Gabinete de Apoio ao Associativismo.

A escolha desta técnica de entrevista prendeu-se com o estado de confinamento face à pandemia que surgiu pela doença da COVID-19. Este método originou uma recolha de todo o material um pouco mais difícil por serem questões que não foram colocadas de forma presencial originando a falta de resposta em certos casos e as respostas não serem tão espontâneas e diretas e tornando-se mais pré-concebidas.

Esta técnica privilegia a compreensão e interpretação sobre o modo como os factos se manifestam e menos sobre como o mesmo ocorreu, a causa para os mesmos.

É uma técnica vantajosa porque permite uma observação cuidada e mais aprofundada, bem como conhecer o processo de pensamento e a avaliação dos

desempenhos e atitudes que se tornam mais difíceis de avaliar recorrendo a outras técnicas. No entanto, implica desvantagens como a exigência das questões colocadas que deve ser cuidada, a difícil comparação entre os entrevistados e pode haver um certo grau de reducionismo e enviesamento nas respostas dos mesmos (Martins, 1996, p.29).

Técnica de tratamento de dados:

- Análise bibliográfica e documental:

A leitura de livros, artigos de revistas das áreas científicas em estudo, dissertações de mestrado e documentos *online*, ou bases de dados e toda a pesquisa documental originaram o enquadramento teórico deste estudo.

- Análise compreensiva dos discursos:

Serão analisados os discursos dos entrevistados.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO, ASSOCIATIVISMO NA COVILHÃ

3.1 O Município da Covilhã – Caracterização histórica e sociodemográfica



Ilustração – Vista parcial da Cidade da Covilhã¹³

A Covilhã é a região sobre a qual se debruça esta investigação, tornando-se assim fulcral que se conheça a sua história.

Covilhã, *Cidade Neve*, assim conhecida por muitos. “Situada em plena Serra da Estrela, a Covilhã é um exemplo bastante original de uma “cidade montanha”, rara no urbanismo Português, com a expressão de uma vasta tradição industrial com base nos tempos modernos e contemporâneos” (Turismo de Portugal).

A Covilhã pertence ao distrito de Castelo Branco, sub-região da Cova da Beira. Situa-se na encosta da Serra da Estrela e está rodeada por duas ribeiras (a Degoldra e a Carpinteira) e ainda o rio Zêzere. Atualmente, a cidade é formada por cinco freguesias, quanto ao município este encontra-se subdividido em 21 freguesias.

A Covilhã tem uma área total de aproximadamente 555,6 km², uma altitude de 700 metros e, segundo os Censos de 2011¹⁴, a sua população residente é de 51 797 habitantes. Como a maior parte das cidades do interior do país caracteriza-se pela população cada vez

¹³ Fonte da Imagem: <https://www.premiumtours.pt/pt/locais/covilha/>

¹⁴ INE, CENSOS 2011

mais envelhecida, em que são muitos os que procuram, nas grandes cidades, melhores condições de vida.

Conhecida como a terra da indústria da lã, de cariz operário e com grande importância nos descobrimentos portugueses. “Chegar à Covilhã traduz-se em, pelo menos, seis vantagens: conhecer a indústria dos lanifícios e o património judaico de grande valor deixado na região, vestir um casaco de lã fabricado aqui mesmo, respirar fundo o bom ar da Serra, aproveitar as águas termais e praticar atividades ao ar livre, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela” (Turismo Centro de Portugal).

O Município da Covilhã possui uma história bastante antiga, uma vez que, remonta aos tempos da romanização da Península Ibérica. Numa primeira fase, os habitantes encontravam-se na zona baixa da cidade, junto ao rio, pois as terras eram mais férteis e possibilitava o cultivo das mesmas. Com o passar do tempo, a população viu-se obrigada a fixar-se nas encostas mais íngremes.

As investigações possibilitaram recuperar “achados” que mostram que os primeiros habitantes desta região eram dos mais variados lugares, consequência das pessoas que vinham comercializar os seus produtos através do rio Zêzere. São os castros, as sentinelas e os postos de defesa que comprovam a existência de “povos da pré-história que se foram instalando devido às boas condições de subsistência” (Covilhã na Antiguidade).

Deste breve relato da história da cidade depreendemos que já desde o seu início a cultura está enraizada nesta região. Como visto inicialmente, o conceito de cultura remetia para a agricultura, para o cultivo dos campos e, tal acontece, de igual modo com a cidade da Covilhã. A sua história começa por referenciar a importância das terras férteis e do cultivo para a sobrevivência dos que cá habitaram.

Considerada, na Idade Média, como uma das principais “vilas do reino”, a Covilhã tornou-se um importante posto fronteiriço e em setembro de 1186, D. Sancho I, concedeu o estatuto de vila à Covilhã com a carta de Foral. Chegou a ser capital do reino durante a Reconquista, ou seja, da luta contra os mouros.

A indústria dos lanifícios foi ganhando forma, devido aos almocreves que vinham de Espanha para o transporte das lãs. Após a Reconquista várias pessoas instalaram-se na região, como os judeus, que possibilitaram um maior leque de contactos comerciais que permitiu o artesanato e a indústria dos lanifícios, no século XVI.

No início do Renascimento, a Covilhã depara-se com um grande crescimento populacional e o setor económico tem bastante relevo na agricultura, pastorícia, fruticultura e floresta. Enquanto o comércio e a indústria não demonstravam crescimento.

Como referido anteriormente, a Covilhã teve ainda grande importância na história dos Descobrimentos contribuindo com valor dos impostos e com o potencial humano. Grandes figuras como Pêro da Covilhã contribuíram para grandes conquistas. O nome da Covilhã chegou a vários locais do mundo através da fé de missionários covilhanenses, havendo ainda cosmógrafos e renascentista que defenderam publicamente, a identidade portuguesa.

A ribeira da Carpinteira e da Degoldra foram fundamentais no desenvolvimento industrial, precisamente porque forneciam “energia hidráulica que permitia a labora das fábricas” (Memória Portuguesa). Hoje composto por edifícios em ruínas, em tempos junto da Ribeira da Carpinteira foi fundada a fábrica-escola, pelo Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, em 1681. Aqui chegaram a trabalhar 400 oficiais e 17 teares. No ano de 1763, o Marquês de Pombal instala junto à Ribeira da Degoldra a Real Fábrica de Panos, “tornando-se o maior centro de produção de lanifícios de todo o país” (Câmara Municipal). O que permitiu tornar esta então vila numa zona idónea para a indústria dos lanifícios, apelidada por muitos como a “Manchester Portuguesa”, devido ao trabalho dos seus teares, tintureiras e tecedeiras que trabalhavam horas a fio. Lugar onde hoje está a Universidade da Beira Interior, fundada em 1986 e que contou com a licenciatura na área dos têxteis como um dos seus primeiros cursos.

Com grande relevância na industrialização a nível nacional e internacional, a Covilhã inicialmente mais virada para a manufatura e depois para a indústria dos lanifícios é ainda hoje um dos principais centros de lanifícios da Europa, com uma forte cultura operária. O MUSLAN é o Museu da Lã que faz parte da Universidade da Beira Interior e que permite conhecer todo o passado de uma indústria que nasce como “escape e complemento às fontes de rendimentos habituais (agricultura, pesca nos ribeiros, lenhas), mas gradualmente aumentando a sua qualidade e expressão além-cidade” (Turismo Centro de Portugal).

A 20 de outubro de 1870, o rei D. Luís I eleva a vila da Covilhã a cidade, pois considerava-a como “uma das vilas mais importantes do reino pela sua população e riqueza” (Câmara Municipal).

No que diz respeito à sua geografia, a cidade encontra-se na parte sudeste da Serra da Estrela, possuindo uma altitude que varia entre os 450 e os 800 metros. No verão, o clima é de temperaturas altas e no inverno há variações, pois com quedas de neve as temperaturas baixas podem ir a negativas nas zonas mais altas.

O concelho da Covilhã está dividido por 21 freguesias: Aldeia de São Francisco de Assis, Barco e Coutada, Boidobra, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, Cortes do Meio, Covilhã e Canhoso, Dominguiço, Erada, Ferro, Orjais, Paul, Peraboa,

Peso e Vales do Rio, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Teixoso e Sarzedo, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso e Aldeia do Souto e por fim, Verdelhos.

A Covilhã, ao longo da sua história conta com algumas personalidades ilustres, como Raimundo Pais de Riba de Vizela, que foi Governador da Covilhã entre 1196 e 1199, Mateus Fernandes, um dos arquitetos do Mosteiro da Batalha, Francisco Alçada Baptista, advogado e romancista português, Ernesto Manuel de Melo e Castro, poeta, crítico, ensaísta e professor na Universidade de São Paulo, no Brasil, entre muitos outros.

Muitos são os pontos de interesse, desde os jardins, as igrejas, os museus e todo o património que pode ser visitado nesta zona. Para além da Praça do Município, existe o Jardim Público, o Jardim do Lago, o Jardim das Artes, Jardim Monumento à Nossa Senhora da Conceição, Jardim Botânico de Montanha, Jardim Mártir-in-colo e o Parque da Goldra que convidam a passeios pela cidade. Relativamente às igrejas mais significativas podemos encontrar a Igreja de Santa Maria Maior, Igreja de São Francisco, Igreja da Misericórdia da Covilhã, Capela de São João de Malta, Capela Românica de S. Martinho, Capela do Calvário. Quanto ao património da Covilhã fazem parte a Torre de S. Tiago, a Real Fábrica de Panos, as Muralhas da Covilhã, o Monumento a Nossa Senhora da Boa Estrela e o Teatro Municipal. Os museus encontram-se dispersos por todo o concelho, são eles: o Museu de Arte Sacra, o Museu de Lanifícios, Museu de Arte e Cultura da Covilhã, Museu do Queijo, o Centro Interpretativo da Cereja, a Casa-museu do Paúl, o Museu Mineiro – “O Maior Gasómetro do Mundo” e a Tinturaria – Galeria de Exposições.

A nível cultural, a Covilhã beneficia de diversos equipamentos culturais como o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal, o cinema, para além dos espaços museológicos, do teatro e da Tinturaria, referidos anteriormente e que se revelam fundamentais na dinâmica do próprio concelho.

Para além da Serra da Estrela, a Covilhã oferece outras atrações. Segundo o Observador¹⁵ há várias razões para visitar a cidade sem ser para ver a neve. Um desses motivos é a antiga fábrica de lanifícios António Estrela que foi transformada em “polo criativo”, o New Hand Lab. Ao jornal *online*, Francisco Afonso, familiar que herdou a fábrica conta que este é “um projeto colaborativo de diferentes artistas que procuram manter vivo o imaginário em volta da lã”. Aqui os artistas vêm a convite sem pagar aluguer, precisamente porque como afirmam os donos, o importante é preservar as memórias e o património.

¹⁵ O “Observador” é um jornal diário *online*, independente e livre. Foi eleito o melhor jornal generalista em 2018.

A arte urbana no centro histórico tem vindo a crescer cada vez mais tornando-se uma das principais atrações da cidade. Esta arte nasceu para “dar vida às paredes abandonadas” e o nome resulta disso mesmo, pois “Wool, que à letra significa lã mas também pode funcionar como um homófono de *wall* (parede)” (Observador). O Wool é assim o festival de arte urbana que já tem seis anos e as pinturas dos artistas nacionais e internacionais contam a história e o património da cidade, havendo referências à lã, ao fado, à lenda da Serra da Estrela ou aos andorinhões que voam em bandos ruidosos, segundo descreve o jornal *online*. Também o hotel Pura Lã Wool Valley remete para a indústria dos lanifícios, a decoração vai desde os novelos que estão expostos, às mantas tricotadas, à parede de picar o ponto, à fachada em forma de tear gigante até à loja com produtos de artesãos locais, ao restaurante e ao bar. Existe ainda no centro da cidade uma loja de produtos que funciona como espaço de *cowork* e que no interior tem um pequeno museu de objetos antigos. De seu nome “A Tentadora”, é uma loja que funciona também para *workshops* pontuais e sessões do clube de leitura.

É inegável que a cidade da Covilhã apresenta desde o seu início uma história culturalmente rica e diversificada. Tornou-se numa das cidades com maior importância ao nível dos lanifícios e que ainda hoje através dos seus museus tenta manter viva toda a história referente a este aspeto cultural. Hoje em dia, conhecida pela Universidade da Beira Interior – UBI, tornou-se um dos locais que mais aposta na formação dos jovens, o que conseqüentemente lhe dá um valor cultural relativamente às tradições académicas e que ajuda na promoção da cidade. Tal como referido, também os variados espaços culturais e as instituições e associações da região promovem eventos de cariz cultural, fundamentais no desenvolvimento local da região.

3.2 Associativismo no Concelho da Covilhã

Com a emergência da nova sociedade liberal, o associativismo, nomeadamente ao nível cultural, ganha um novo ímpeto. Verificou-se que novas instituições retomaram a denominação das antigas academias, como o aparecimento em 1822 da “Sociedade Literária Patriótica de Lisboa com imitações nos núcleos urbanos do interior do país, designadamente na Covilhã” (Pereira, 2008, p.74). Esta sociedade veio publicar estatutos públicos, permitindo fazer uma distinção entre o público e o privado.

Nos meados do século XX, a Covilhã cresceu com o aumento do número de empresas, ainda que com uma dimensão reduzida, na área da tecelagem. No entanto, é a partir desta altura que aparece uma expressiva sociabilidade covilhanense. Deste modo,

associações, clubes e organizações diversas vieram cimentar uma identidade associativa e também coletiva na cidade, ou seja, a população trabalhava em torno de um mesmo produto, a lã. Este espírito coletivo fez com que a cidade adquirisse uma característica não tão urbana, mas sim de uma comunidade, de cidade comunitária.

Destas relações interinstitucionais que visam concretizar um objetivo mútuo em favor de um indivíduo ou de uma comunidade surge o capital social. Rober Putman define o capital social como “traços da organização social, tais como redes, normas, e confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo” (Putman citado por Monteiro, 2004, p. 38). É o resultado das relações que as pessoas estabelecem umas com as outras. As associações são sítios onde as pessoas se encontram, mobilizam, trocam ideias para que se possam discutir novas ideias e determinadas estratégias.

O capital social é a “expressão da capacidade de uma sociedade em criar e sustentar um associativismo voluntário, por sua vez garantia de um empenhamento cívico e incremento das relações tanto formais como informais entre indivíduos” (Monteiro, 2004, p.38).

O capital social é determinado pela confiança, que segundo Giddens é entendida como a “segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou conhecimentos” (Giddens, 1992 citado por Domingos Vaz, 2011). É esta confiança que permite quer os indivíduos quer as instituições estabelecerem relações de associação em torno de um objetivo ou realização mútua.

A cidade da Covilhã é conhecida pelo número de associações que abarca. Marca do passado e construtor do futuro, as associações são vistas como um membro da cidade, pois a sua área de atuação sucede em várias direções, mas todas com o mesmo propósito. Isto é, trabalham para um desenvolvimento cultural, desportivo, económico, recreativo e também no âmbito social quer da cidade, quer das freguesias pertencentes ao concelho. Em atividade, são cerca de duas centenas de associações.

O “Movimento Associativo desempenha um papel fundamental no Concelho da Covilhã, com manifestações históricas, culturais, desportivas, de cidadania e de desenvolvimento” (Câmara Municipal da Covilhã), isto porque, a cidade apresenta um grande leque de áreas no que diz respeito ao associativismo.

É no âmbito cultural/recreativo, desportivo e juvenil que as associações da região se destacam, uma vez que, promovem o desenvolvimento local, em que “assegura importantes atividades comunitárias nas mais diversas áreas, envolvendo boa parte da população num trabalho cívico e de exercício da democracia” (Câmara Municipal da Covilhã).

Acreditando que este é um pilar essencial na sociedade, a Câmara Municipal da Covilhã criou o Gabinete de Apoio ao Associativismo, com o intuito de fortalecer e permitir um trabalho ativo entre a autarquia e o movimento associativo. A recolha de informação é essencial para que o Registo Municipal Associativo se mantenha em funcionamento a nível das políticas associativas comuns, como é o caso das candidaturas aos apoios municipais.

A Câmara Municipal aprovou o Regulamento de Apoio ao Associativismo. De acordo com o Diário da República n. º168/2018, Série II de 31 de agosto de 2018, este regulamento destina-se a estabelecer um conjunto de critérios que visam a cooperação entre o poder local e as coletividades, um relacionamento que “se pautar por princípios fundamentais da gestão pública, nomeadamente os da prossecução do interesse público, da igualdade e da proporcionalidade, da imparcialidade, da boa-fé e da participação” (Diário da República).

O apoio por parte da autarquia às associações surge no sentido de “a) promover uma cooperação regular entre a Autarquia e o Movimento Associativo, em todos os domínios de interesse para o desenvolvimento do Concelho, privilegiando a celebração de protocolos de cooperação; b) regulamentar e quantificar os apoios autárquicos ao associativismo; c) contribuir para melhorar a qualificação do associativismo, por forma a dar resposta adequada às novas exigências do nosso tempo, reforçando assim o seu papel na vida ativa da comunidade; d) dinamizar a atividade do movimento associativo, tendo em conta uma melhor utilização das infra estruturas existentes, quer sejam municipais ou das próprias entidades” (Diário da República).

Com o propósito de apoiar estas entidades, de estimular a capacidade criativa das mesmas de modo a incentivar uma maior atividade dinamizadora e de desenvolvimento local para o concelho da Covilhã.

A aplicação destes apoios é efetuado a instituições sem fins lucrativos, que se encontrem devidamente organizadas e estruturadas, que tenham sede e desenvolvam as suas atividades no concelho, que estejam registadas no Registo Municipal Associativo e que apresentem as situações tributárias e contributivas regularizadas, devem ainda manter atividade no mesmo ano do processamento dos subsídios e, por último, devem entregar o plano anual de atividades, orçamento e relatório de contas relativo ao ano anterior.

Os apoios são de natureza financeira, material ou logística com cedência de espaços, bens ou equipamentos e ainda apoio técnico para as atividades de interesse ao município com a colaboração de técnicos da autarquia. No entanto, estes apoios são destinados a apoiar a atividade regular, investimento e aquisição de equipamentos, às atividades pontuais e de carácter supraconcelhio e ainda logístico.

As áreas de atividade a que estes apoios se destinam são a cultural/recreativa, desportiva, artística/performativa e ambiental e educação para a cidadania. No que diz respeito à área cultural e recreativa o regulamento define que estes apoios se destinem às associações que desenvolvam projetos lúdicos e recreativos, como festivais, arraiais, congressos, seminários, encontros, feiras, exposições e outros, que promovam a defesa, conservação, valorização, divulgação e estudo do património cultural e da identidade local associativa e, desenvolvam projetos e ações com o intuito de valorizar a arte, cultura e a própria identidade local.

Para todas as áreas de atividade é definido o âmbito, as medidas de apoio e é avaliada a participação.

Sendo que todas estas instituições iram estar sob uma avaliação criteriosa relativamente a determinados parâmetros que se encontram discriminados ao longo de todo o regulamento que se encontra disponibilizado quer pela Câmara Municipal da Covilhã, quer pelo Diário da República.

Como referido anteriormente, a Cidade da Covilhã é dos municípios de Portugal com maior número de associações em atividade e cada uma destas entidades assume um papel em diversos domínios. De acordo com o *website* da Câmara Municipal da Covilhã, as associações do concelho distribuem-se por diversos tipos de atividades em que todas trabalham em prol de um objetivo comum, de desenvolvimento da área de atividade a que cada uma se propôs. De cariz cultural e recreativo fazem parte um enorme leque de associações, entre elas o CCBC (Centro Cultural da Banda da Covilhã), a AJT (Associação Jovem do Tortosendo), a Desertuna - TAUBI (Tuna Académica da Universidade da Beira Interior e o TeatrUBI (Grupo de Teatro da Universidade da Beira Interior).

Todas as coletividades existentes têm um objetivo em comum, trabalhar em prol do desenvolvimento da região da Covilhã, com o intuito de levar a população à participação social, de se associarem a uma associação ou simplesmente apoiarem e ajudarem a desenvolver estas instituições. São entidades que mesmo não se caracterizando como culturais transmitem cultura através das mais variadas formas, promovendo assim a cultura e a criar proximidade e laços com as pessoas, desde os mais jovens aos mais idosos. Preocupando-se assim em formar as pessoas, tornando-as mais cultas.

3.3 Entidades entrevistadas

3.3.1 Centro Cultural da Banda da Covilhã (CCBC)

Fundada no ano de 1870, a Banda da Covilhã é uma associação sem fins lucrativos e com uma utilidade pública através de um projeto a nível musical e social. Com alguns altos e baixos, foi depois de 1944 é que a instituição passou a apresentar uma atividade contínua.

Anualmente fazia um percurso por toda a cidade em comemoração do seu aniversário com um movimento musical de tal forma engrandecedor que o número de associados que a acompanhava era bem significativo. Depois do incêndio de 1992 que destruiu todo o património, foi com a ajuda de “músicos e amigos da associação, entidades oficiais, sócios, população e muitas outras associações” (Bandas Filarmónicas, 2012) que a instituição renasceu.

A associação aposta na formação musical através da Academia de Música da Banda da Covilhã com cerca de oitenta alunos. A Banda é formada por 50 músicos que já vêm da sua formação.

A Banda foi “pioneira e mentora de dezenas de projetos culturais, recreativos e gastronómicos” com especial atenção para “Até os Santos Dançam, Festival da Cherovia, Brincolândia, Música para Bebés, Concertos Temáticos, Masterclasses, Banda Sinfónica da Covilhã, Orquestra de Sopros da Covilhã, Orquestra Municipal da Covilhã, Orquestra do Lixo e Jovem Orquestra da Covilhã” (Facebook Banda da Covilhã).

Atualmente a cargo do presidente José Eduardo Cavaco tem a missão de contribuir para o desenvolvimento a nível cultural, social, psíquico e motor das crianças e jovens desfavorecidos de forma a estimular valores como a amizade e o companheirismo. O seu principal objetivo centra-se na música, ensinar esta arte e através dela contribuir para a inclusão social, combater o insucesso escolar, melhorar as relações familiares, promover o voluntariado e estabelecer relações associativas de maneira a que se promovam atividades conjuntas.

É uma associação com atividade no âmbito cultural e recreativo e que se caracteriza por ser um grande marco na cidade.

3.3.2 Associação Jovem do Tortosendo (AJT)

A Associação Jovem do Tortosendo apresenta uma atividade correspondente ao sector de “Outras atividades de diversão e recreativas”. Uma instituição ainda jovem,

formada há três anos, no ano de 2017 na vila do Tortosendo, mas que já conta com um grande movimento na região.

A iniciativa “#Mais Por Alguém” consistia na recolha de alimentos doados com o propósito de ajudar 700 famílias referenciadas pela plataforma social do município da Covilhã. Esta foi uma iniciativa à qual várias entidades se associaram.

A pandemia de 2020 que veio obrigar todos a uma nova vivência também levou a AJT a ajudar quem mais precisava através da disponibilização de alguns membros para fazerem as compras da população que não pudesse sair de casa. E ainda através de chamadas telefónicas fazer companhia a quem se sente mais só.

Para além destas atividades mais recentes, a associação tem promovido magustos, criou o “Tortosendo Rock 2019”, o “Natal em Movimento”, “Noite de Fados”, “Salão Automóvel” e muitas outras atividades em parceria com diversas entidades locais.

3.3.3 Associação Cultural Desertuna – Tuna Académica da Universidade da Beira Interior (Desertuna- TAUBI)

A Desertuna surgiu no ano de 2002 através de um grupo de amigos que tinham o objetivo de acabar “com a monotonia das noites”¹⁶ da Covilhã, mas ao mesmo tempo teria de ser um projeto que honrasse a UBI. Nada mais adequado que uma Tuna Académica, que representasse a universidade da cidade, através do talento dos seus alunos.

Associação com enfoque em cantar e dançar temas musicais respeitantes à vida universitária, a Desertuna, prima pelos valores de humildade, honestidade, simplicidade, dedicação, união e amizade onde cada membro tem o seu próprio instrumento. No presente, o seu objetivo é levar a cultura da Cova da Beira por Portugal, mas também pelo estrangeiro.

Este projeto crescia a cada ensaio, ao qual gente nova se juntava com regularidade acabando por ter a primeira atuação na cidade de Salamanca, pouco tempo depois do seu começo.

Inicialmente o repertório de músicas tradicionais passou a englobar vários originais e a tuna acabou por ganhar o primeiro prémio um ano após a sua fundação.

Uma das suas iniciativas é o Festubi – Festival de Tunas da Universidade da Beira Interior que leva o melhor do mundo “tunante” à Serra da Estrela e que conta já com dez edições. A Desertuna tem ainda participação e organização “em arraiais, festas populares, certames tunantes, eventos de cariz solidário/de beneficência, entre outros”¹⁷.

¹⁶ Fonte: <https://www.desertuna.com/historial.html>

¹⁷ Fonte: <https://pt-pt.facebook.com/Desertuna/>

3.3.4 TeatrUBI – Grupo de Teatro da Universidade da Beira Interior

O TeatrUBI é uma associação cultural que se dedica a produções de teatro. Tem como missão promover o teatro e a cultura e fomentar nos jovens o gosto pelas artes performativas.

Criado no ano de 1989, o Grupo de Teatro da UBI, surge com o objetivo de dinamização da cidade ao nível da formação, criação e programação cultural. Hoje em dia, com um currículo internacional, a companhia mantém os mesmos princípios, mas com uma perspetiva mais contemporânea ao nível da criação e da programação.

Recupera o festival internacional de teatro universitário mais antigo de Portugal, que já se realiza há 24 anos, o Ciclo de Teatro Universitário da Beira Interior. Teatro universitário que a associação organiza com bastante prestígio e por onde já passaram a maioria dos grupos das universidades portuguesas, espanholas e grupos do Brasil, Costa Rica, Porto Rico, Venezuela e México.

Considerado o grupo português que tem maior representação internacional, o TeatrUBI faz digressão pelo país e pelo estrangeiro, em países como Espanha, França, Turquia, Marrocos, Brasil, Venezuela e Costa Rica após a apresentação do seu espetáculo anual que tem lugar no mês de março.

Galardoado com vastas premiações, em Portugal e no estrangeiro, é a dedicação e empenho de todos os seus elementos que faz com que seja um dos mais premiados grupos portugueses de teatro universitário.

3.4 Análise das entrevistas realizadas

No que diz respeito às entrevistas efetuadas às associações, todas elas foram realizadas aos representantes das mesmas, sendo associações pertencentes a todo o concelho da Covilhã.

O objetivo é comparar as posições dos diferentes entrevistados sobre os temas em comum que foram selecionados. Quer isto dizer que, de acordo com o objetivo geral deste trabalho pretende-se aferir a opinião/visão sobre o associativismo cultural local, o papel das associações na dinamização cultural local, a relação com a autarquia e com as demais associações, entre outros aspetos.

A Banda da Covilhã e a Associação Jovem do Tortosendo corresponderam da melhor maneira a este critério, mas também com as associações que têm ganho e alcançado cada vez mais impacto na sociedade, como o Grupo de Teatro da Universidade da Beira Interior e a Associação Cultural Desertuna.

Cada associação constrói-se e desenvolve-se da história que vai criando ao longo do seu tempo de existência e, uma das características em comum é ambas as instituições trabalharem com jovens.

É precisamente através da cultura que uma região se desenvolve, segundo o Professor Cavaco, a cultura é o motor que faz crescer e desenvolver uma comunidade a todos os níveis, considerando que uma região sem cultura é como uma árvore sem folhas. Chega a fazer esta comparação quanto à questão da importância da cultura para o desenvolvimento local de modo a demonstrar, na sua ótica, que a cultura é importante no desenvolvimento de uma região.

Também Pedro Pombo (presidente da Associação Jovem do Tortosendo) esclarece que a AJT tem vindo a desenvolver projetos bem recebidos pela comunidade a nível cultural, pois considera que a cultura, independentemente do tipo ou forma que apresente é benéfica para o desenvolvimento local, juntando as comunidades no desenvolvimento de determinadas atividades culturais.

A comunidade é parte fundamental para o associativismo e toda a associação precisa de criar ligação com a comunidade para que se estabeleça uma relação entre ambas, de modo a que possam trabalhar em conjunto e haja um bom acolhimento de parte a parte.

Por este motivo, quando questionado sobre o acolhimento que cada associação recebe por parte da população, o professor Cavaco afirma que a Banda é uma associação muito bem aceite e acarinhada pela comunidade covilhanense. Sendo que as atividades que levaram a cabo nos últimos anos traduzem esse espírito, onde participam e assistem frequentemente a essas mesmas atividades.

Direcionada para as faixas etárias mais jovens, as atividades da AJT destinam-se a todos acreditando que há um jovem dentro de cada pessoa, afirma Pedro Pombo. Mesmo não agradando a toda a comunidade, o acolhimento por parte da população é muito bom, segundo o presidente, em que as suas atividades tem tido grande aderência por parte das gentes da vila.

Também Rui Pires, presidente do TeatrUBI, refere que a comunidade aceita e tem acolhido muito bem a atividade que este grupo proporciona à sociedade.

Com enfoque nos estudantes universitários, o TeatrUBI pretende chegar a todos os públicos com as suas atuações. Rui Pires, presidente do TeatrUBI define que existe uma dimensão formativa que se dirige em específico aos alunos da UBI, no entanto, apresenta um outro lado que pretende colmatar a lacuna existente nos planos curriculares em Portugal ao nível da área artística. Pretende potenciar o gosto pelo teatro e pelas artes,

procurando novos atores, criadores e públicos. Tendo, por isso, dois públicos distintos a que pretende chegar.

A Desertuna destina-se a todos os tipos de público que os queira ver atuar, mas principalmente aos estudantes e à população covilhanense. Os seus repertórios adequam-se a todas as idades, tendo ritmos populares para as pessoas mais idosas e ritmos mais épicos para os mais novos, sendo que hoje é uma distinção já pouco relevante. Pois há sempre quem adore e se enquadre para todos os tipos de música.

A autarquia é um fator importante no estudo das associações, nem sempre estas conseguem resistir sem ajudas e torna-se necessário que a autarquia local apoie através de determinados recursos. Quanto à Banda da Covilhã, o presidente assevera que a relação com o poder autárquico é excelente. Existindo o Gabinete de Apoio ao Associativismo e o Regulamento de Apoio ao Associativismo¹⁸ que auxilia sempre que necessário.

Para além da comunidade, a relação com a autarquia, quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia têm-se revelado pilares fundamentais ao associativismo covilhanense, segundo Pedro Pombo.

A relação que se estabelece com o poder autárquico local é boa, refere Emanuel Formiga refere a boa relação que o grupo mantém com a autarquia local e cita, igualmente o gabinete criado para apoio ao associativismo afirmando que “apoia e está sempre ao nosso dispor para esclarecimentos”.

Em contrário, nesta questão Rui Pires revela uma outra opinião em que, com a autarquia, a relação mostra-se mais tímida.

Importa instituir uma relação com outras instituições. Deste modo, o professor Cavaco refere que das quase 40 parcerias que a banda tem com outras associações resulta uma forte entreajuda que permite mais e melhor para ambas as partes. Esta relação

¹⁸ Regulamento de Apoio ao Associativismo – regulamento criado pela Câmara Municipal da Covilhã no “âmbito da sua política para as áreas socioculturais e desportivas. Foi necessário estabelecer um conjunto de critérios que permitam que a cooperação entre a autarquia e as diferentes coletividades se pautem por princípios fundamentais da gestão pública. (...) Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elabora-se o “Regulamento de Apoio ao Associativismo”, que tem como objetivos gerais: a) Promover uma cooperação regular entre a Autarquia e o Movimento Associativo, em todos os domínios de interesse para o desenvolvimento do Concelho, privilegiando a celebração de protocolos de cooperação; b) Regulamentar e quantificar os apoios autárquicos ao associativismo; c) Contribuir para melhorar a qualificação do associativismo, por forma a dar resposta adequada às novas exigências do nosso tempo, reforçando assim o seu papel na vida ativa da comunidade; d) Dinamizar a atividade do movimento associativo, tendo em conta uma melhor utilização das infra estruturas existentes, quer sejam municipais ou das próprias entidades.” Diário da República, 2ª série – N.º168 – 31 de agosto de 2018.

mostra-se significativa não apenas em termos económicos, mas também através de donativos, empréstimo de equipamentos, troca de serviços, entre outros.

Contrariamente Pedro Pombo fala das parcerias que se vão estabelecendo que podem ser ou não benéficas como esclareceu durante a entrevista. Na sua opinião, quando se é novo no ambiente associativo tenta-se estabelecer parcerias para se dar a conhecer o trabalho e aprender com quem tem mais experiência. No entanto, afirma que “há parcerias que só olham para ti como mão de obra”, não sendo uma parceria proveitosa. “A meu ver uma parceria tem de ser a união de esforços para atingir um fim. É colaborar uns com os outros, fazer partilhas do conhecimento e estratégias de cada um. Se assim for, uma parceria pode ir muito mais além. Caso contrário, se apenas uma das partes sair beneficiada, não vale a pena qualquer tipo de protocolo” esclareceu o presidente.

Rui Pires acredita que as parcerias são importantes e contribuem para uma melhor intervenção na comunidade, pois sendo “os apoios às artes e à cultura escassos, pelo que todas as formas de relação e entreaajuda são essenciais para se poder sobreviver nesta área”, afirma. Mantém uma boa relação com as instituições com quem trabalham e têm projetos parceiros.

Ao mesmo tempo, a relação com outras instituições é considerada fundamental para atingir um bem comum em prol da comunidade, na opinião de Emanuel Formiga. Têm parcerias com a Banda da Covilhã, na organização de eventos como o “Festival da Cherovia” e “Até os Santos Dançam” e com outras instituições que disponibilizam equipamentos que não têm e vice-versa.

Quando questionados sobre a associação recuperar a identidade cultural da região afirmam que não só a recupera como a mantém. Na sua ótica, Cavaco refere que as bandas filarmónicas são essenciais no ensino musical gratuito e contribuem para descobrir e formar jovens talentosos contribuindo para o seu bom crescimento pedagógico e cultural.

Através de atividades como as noites de fado, a AJT recupera tradição, revivendo o passado ao ir buscar origens antigas e partilhá-las com outras pessoas. Recupera cultura e cria algo novo em cada evento que realizam.

A banda é uma associação deveras importante para a cultura e para a comunidade, uma vez que, os projetos vão desde a música para bebés até aos mais crescidos, envolve as famílias, as diferentes comunidades e faixas etárias, o que impulsiona a banda a ser uma associação mais eclética e que ajuda na promoção da cultura na comunidade local. A banda da Covilhã caracteriza-se pelos projetos inovadores e criativos. É igualmente importante na sociedade pela criação de novos jovens músicos e novos públicos.

As associações culturais e recreativas são essenciais no desenvolvimento local e sobretudo na dinamização cultural, Pedro Pombo considera que é através delas que surge a dinamização nas regiões, sendo que o movimento associativo é bastante rico em cultura.

Com uma intervenção positiva na sociedade, o TeatrUBI tem o seu foco virado para o campo universitário. Considera que as associações culturais e recreativas são importantes na dinamização cultural da Covilhã e também para o seu desenvolvimento local.

Por outro lado, a Desertuna caracteriza-se pela ajuda que presta ao enriquecimento da cultura musical da região da Covilhã. Cria, representa e atua. Quando questionado sobre a importância associativa cultural e recreativa para o desenvolvimento local afirma que, no caso da Desertuna, “a dinamização é feita pela música e pelos pontuais eventos que nos comprometemos a fazer anualmente. Mas temos muitas mais associações culturais e recreativas dispersas pelo nosso concelho que fazem essa dinamização que é essencial, por outros modos, temos ranchos, temos outras tunas, temos grupos de teatro, associações de estudantes e académica, filarmónicas, confrarias, escuteiros, etc. todas com o seu modo de dinamizar a cidade e se fazer mostrar a toda a população”, afirma Emanuel Formiga.

José Miguel Oliveira atual vereador da Câmara Municipal da Covilhã é também o responsável pelo Gabinete de Apoio ao Associativismo.

A sua entrevista revela-se importante para perceber qual a sua visão sobre o movimento associativo e como o mesmo funciona na região.

Na sua opinião, o movimento associativo covilhanense é bastante rico, reunindo um grande número de pessoas e com uma oferta de atividades diversificada.

Questionado sobre a relação institucional com o município afirma que se pauta pela cordialidade institucional e trabalho conjunto. Sendo estabelecidas parcerias em diversas atividades que enriquecem a agenda cultural, recreativa e desportiva da cidade. A Câmara da Covilhã presta apoios diretos, a nível financeiro e logístico, disponibiliza infraestruturas municipais que possam contribuir para a realização de atividades e também um importante apoio técnico, nomeadamente em processos de licenciamento de sedes sociais. Daí a Câmara Municipal se assumir, tal como o vereador diz, como sendo um importante parceiro estratégico no desenvolvimento das atividades programadas.

As associações são consideradas “autênticos núcleos identitários da Covilhã”. O Gabinete tem o objetivo de reforçar a ligação entre a autarquia e as associações

pretendendo recolher e informatizar todos os elementos identificativos das associações, com o intuito de “criar e manter ativo o Registo Municipal Associativo – instrumento fundamental para a prossecução das políticas associativas comuns, nomeadamente nas candidaturas aos apoios municipais”. É através do Gabinete que se estabelece a ligação das associações covilhanenses e o Município.

Apresentando não só na região, mas também no resto do país todo o seu trabalho, o Dirigente Miguel afirma que estas associações intervêm como verdadeiras embaixadoras da cidade e de todo o concelho.

O trabalho associativo é descrito como uma “escola de cidadania” por desenvolver um fundamental trabalho formativo em diversas áreas, por envolver a comunidade e por contribuir para o desenvolvimento pessoal, social, desportivo e cultural.

São diversas as manifestações culturais das associações culturais e recreativas e daí as suas manifestações históricas, culturais, desportivas, de cidadania e de desenvolvimento que marcam o passado e que constroem o futuro da comunidade da região da Covilhã ser essencial na promoção cultural da mesma.

Será o movimento associativo importante para o desenvolvimento cultural local? Miguel Oliveira afirma que o movimento associativo “afigura-se como um dos agentes locais mais importantes para o desenvolvimento, não só da cultura, como também do desporto local, através da execução dos seus planos de atividades e da forte mobilização de recursos humanos”.

Com formação académica e percurso profissional na área da Educação e da Comunicação, Regina Gouveia é atualmente a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal da Covilhã.

A antiga docente considera que a cultura, enquanto identidade e expressão coletiva tem a capacidade de conferir coerência, continuidade, diferenciação e sustentabilidade à comunidade através da integração dos vários setores sociais e gerações à medida que as pessoas e os grupos se realizam e expandem as suas potencialidades. Gerando assim, desenvolvimento local. Afirma que a identidade das pessoas é moldada pela cultura e que o desenvolvimento sustentável inclui necessariamente cultura. Por outro lado, fala da cultura, enquanto criação e realização. Neste sentido, a cultura contribui para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade existentes através da valorização dos diferentes tipos de talentos e promovendo a igualdade no acesso aos conteúdos artísticos e culturais. O que permitirá um desenvolvimento centrado no ser humano, equitativo e inclusivo.

É deste modo que a vereadora acredita que a cultura se manifesta como um fator importante para o desenvolvimento local.

Questionada sobre a governação do município sobre a área da cultura, Regina Gouveia definiu que a estratégia cultural estabelecida assenta em vários princípios. Deles a ancoragem histórica, em que refere que a identidade da região está ligada à montanha e à indústria dos lanifícios pelo que estes são dois pontos sobre os quais os conteúdos culturais são desenvolvidos. Com o objetivo de “enaltecer a determinação, resiliência e criatividade das nossas gentes e, por outro lado, a lã e o tecido, o operariado e as fábricas, os percursos de arte urbana e as estórias ligadas ao trabalho, enfim, o património material e imaterial”. Um segundo ponto assenta na integração artística e multidisciplinar para promover as diferentes artes e os diferentes artistas num mesmo conteúdo cultural. A inclusão social é outro princípio a destacar, através dos diálogos intergeracionais, projeto de arte inclusiva e uma oferta cultural que se centre para todos os tipos de público. E, por último, a valorização dos talentos da região através da criação, realização e apoiando projetos das entidades artísticas e culturais do concelho nas mais diversas áreas.

A política cultural local defende as infraestruturas culturais como pontos de convergência, mas ao mesmo tempo de irradiação. Significa isto que “associamos aos vários espaços realizações da iniciativa do Município, desafiando criadores e artistas, como apoiamos e acolhemos propostas que nos são apresentadas”. Onde ouvir os agentes culturais da região e não só se revela uma estratégia de extrema importância.

A Sra. vereadora afirma que estão a ser reabilitados edifícios que serão essenciais na criação artística, no desenvolvimento de redes de programação e de projetos com agentes artísticos e culturais locais e a própria comunidade. Refere precisamente o futuro Centro de Inovação Cultural e o novo Teatro Municipal que irão permitir uma oferta cultural mais diversificada e ambiciosa e ainda o Centro de Incubação e Empreendedorismo com o intuito de acolher jovens empreendedores que tenham os seus projetos centrados na área das indústrias culturais e criativas. São estes os objetivos a que o município se propôs na evolução da sua política cultural.

O município da Covilhã assenta no pressuposto de que a Cultura é fundamental para preservar a sua identidade local, para a integração artística e multidisciplinar, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Nem todas as atividades são realizadas com a sucessividade que se gostaria, no entanto, quando questionada sobre a agenda cultural local, Regina Gouveia fala de alguns eventos que ocorrem anualmente como “Verão no Centro Histórico”, atividade realizada nos meses de agosto e setembro pelo município na zona histórica da cidade e que pretende aliar o conhecimento da história, o património local e a fruição artística, através de concertos musicais. “Natal com Arte” relaciona a cultura, a educação e a ação social em diferentes espaços onde envolve as escolas, artistas e entidades locais e a

própria comunidade destinando-se aos diferentes públicos, mas sobretudo às crianças. “Carnaval na Neve” é já considerada uma marca local que apresenta um “programa identitário do Concelho e das suas gentes”. “Páscoa Branca” que diz respeito as tradições e eventos artísticos e “Marchas Populares” com a participação das associações locais são outros eventos levados a cabo pelo município. Em tempo de pandemia foi criado um formato educativo e cultural/artístico que se destina às famílias nos meses de verão, intitula-se “Jardins de Verão”.

Por outro lado, atividades como concertos, espetáculos, exposições, apresentações e cafés literários, encontros e conferências, tempos de partilha de experiências, de ideias e de projetos são mais irregulares.

Como já referido anteriormente e muito vincado ao longo da entrevista as instituições e os atores locais são priorizados sem que com isso reduza a oferta cultural a criações e propostas externas.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo centra-se na averiguação de quatro associações culturais e recreativas covilhanenses sobre o seu ponto de vista, atividade e contribuição para a cultura na região.

Para além do olhar destas associações sobre a sua história, a cultura e a importância dos seus projetos é, igualmente relevante, o olhar do poder autárquico em relação á tão importante atividade que abordamos desde o início deste trabalho, a cultura.

Num primeiro momento tentou-se perceber de entre as duas centenas de associações registadas quais as inscritas como associações culturais e recreativas. Através do site “Empresite Portugal”¹⁹ fez-se uma seleção das associações com atividade cultural e recreativa. De entre as vinte e seis associações registadas selecionaram-se quatro desses projetos, tal como foi descrito anteriormente.

Os resultados de campo são obtidos através de entrevistas e inquéritos ao seio das associações. Tal ação tem o objetivo de averiguar qual o ponto de vista dos dirigentes associativos, dos sócios e dos voluntários sobre os projetos em questão e a sua relevância face ao associativismo covilhanense e importância a nível regional e cultural. Assim, o inquérito esteve aberto durante dez semanas e apenas podia ser respondido por via digital. Isto devido à situação de pandemia existente, bem como, todas as entrevistas a realizar que foram enviadas via e-mail para cada representante.

Deste modo, todos os resultados foram obtidos a partir da avaliação de uma amostra composta por 52 questionário.

¹⁹ <https://empresite.jornaldenegocios.pt/About.html>

Empresite Portugal é um site que fornece informação sobre a atividade empresarial do país. Caracteriza-se por ser o maior diretório de empresas de Portugal, onde se pode obter dados de contato e atividade das empresas.

Tratamento de dados:

De um total de 52 amostras obtidas, este questionário foi maioritariamente respondido pelo sexo masculino. Com uma percentagem de 51,9%, correspondente a 27 indivíduos que responderam ao inquérito. Ao sexo feminino corresponde 48,1% das respostas obtidas, ou seja, 25 mulheres.

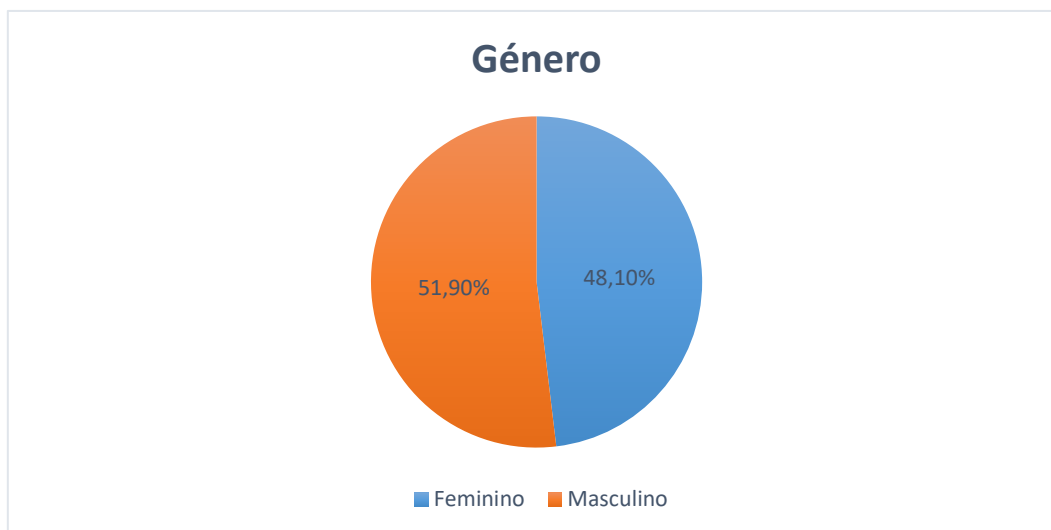


Fig.8 – Gráfico relativo ao género dos inquiridos.

O inquérito sendo dirigido às quatro associações escolhidas para o estudo não apresenta uma amostra de resultados elevada. Isto acontece, pois muitas das pessoas que fazem parte das associações são menores de idade e não têm uma grande perceção relativamente a alguns pontos questionados. Sendo que outra parte dos participantes são idosos e muitos deles não estão ligados às novas tecnologias. Na situação pandémica que o mundo atravessa não são aconselháveis troca de materiais e intercalando toda as normas que devem ser tidas em conta para a segurança de todos e os períodos de confinamento tornou-se mais difícil de chegar a todas as pessoas envolvidas nas instituições escolhidas.

As faixas etárias dos inquiridos vão desde os menores de 20 anos, havendo três participantes com 19 anos, até entre os 41 e os 50 anos. De seguida é apresentado um gráfico com as faixas etárias representadas e onde se observa que é entre o grupo dos 20 aos 30 anos que se verifica um elevado número de inquiridos. Devendo-se ao facto de todas elas serem associações jovens e ligadas aos jovens.

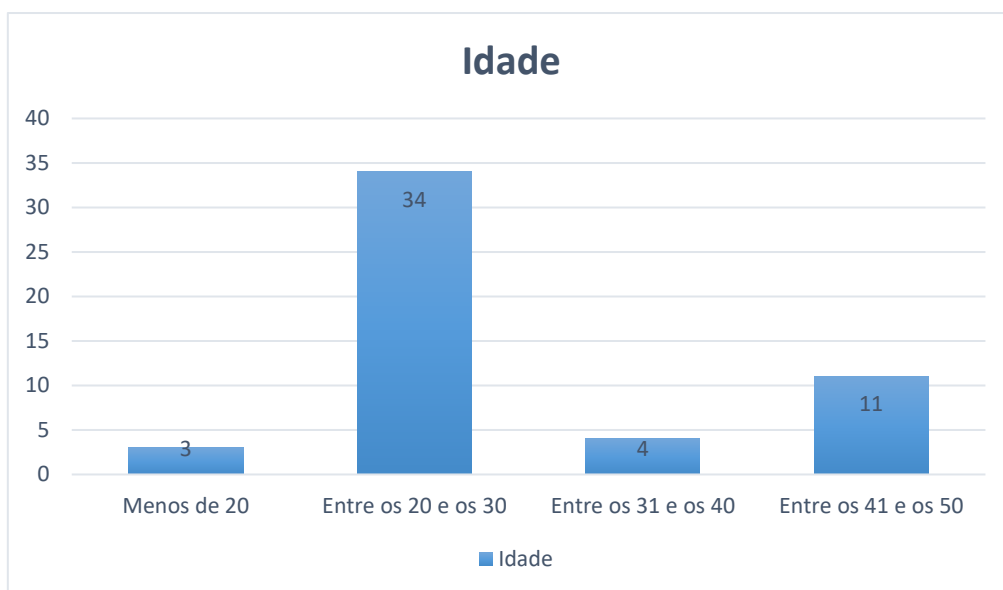


Fig.9 – Gráfico relativo às faixas etárias dos inquiridos.

O inquérito iniciou-se com o objetivo deste estudo, perceber se a cultura é ou não fundamental para o desenvolvimento da cidade da Covilhã. Face a esta questão verificou-se que 100% dos resultados, ou seja, todos os 52 inquiridos responderam positivamente. O mesmo verifica-se no gráfico seguinte:

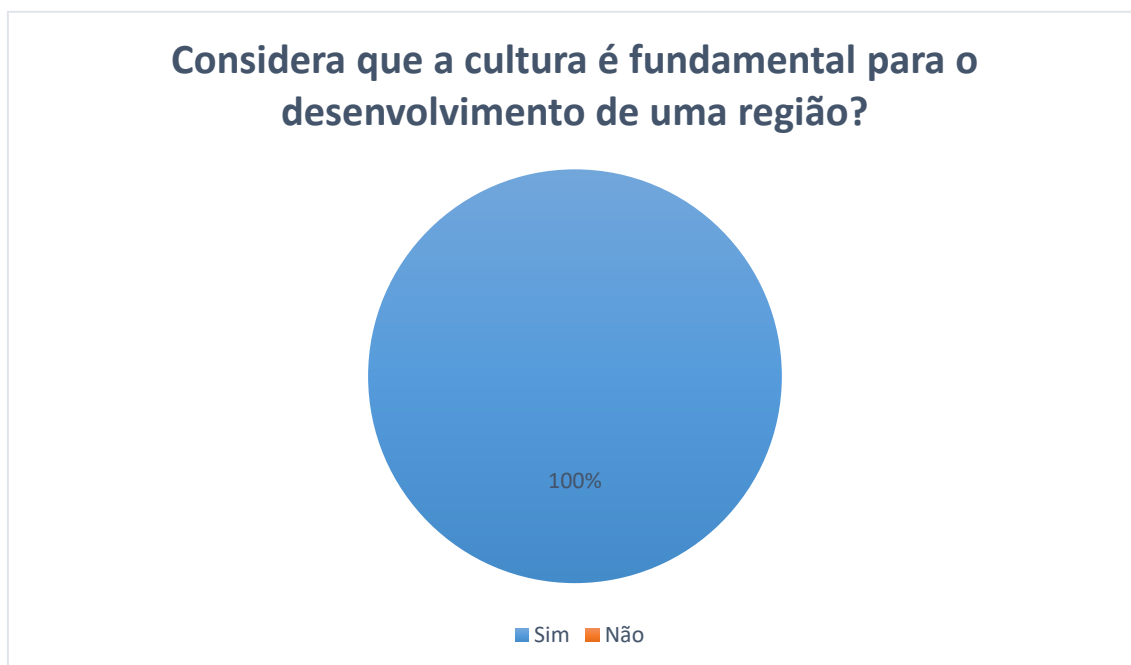


Fig.10 – Gráfico relativo à questão “Considera que a cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma região?”

Aliado à questão anterior, procurou saber-se quais seriam as principais medidas que deveriam ser implementadas na cidade para um melhor desenvolvimento cultural, caso

a resposta anterior fosse afirmativa. Deste modo, todos os inquiridos procuraram, no seu entender, descrever as principais medidas que julgam serem benéficas ao nível cultural na região.

Ao analisar todas as respostas percebe-se que existem medidas que são constantemente assinaladas por alguns dos inquiridos. O quadro seguinte expõe as medidas referidas nesta questão:

Conselho Municipal da Cultura na cidade
Plataforma de artes on-line
Agenda cultural com programação contínua abrangente a todas as faixas etárias
Promoção de espaços físicos para o desenvolvimento de atividades culturais
Mais e novos apoios à produção cultural local, às estruturas existentes e de cedências de espaços por parte de entidades públicas e privadas da região.
Programa específico que promova e envolva a comunidade jovem para dinamizar e realizar atividades de cariz cultural.
Criação de novos eventos culturais (mostras, feiras, festivais, debates)
Valorização dos artistas locais.
Novas políticas culturais.
Melhor divulgação e dinamismo das artes proporcionadas.
Mais incentivos à criação de núcleos artísticos e culturais associativos e profissionais.
Melhorar o diálogo cultural com o resto do país e também com o estrangeiro.
Divulgação dos costumes, tradições e do património cultural de modo a dar a conhecer o município e todas as aldeias ao redor.
Apostar nas associações locais para a realização de espetáculos.
Melhores estratégias de publicidade dos eventos.
Consciencializar a população para a sua importância nas atividades culturais.

Tabela 1 - Se "sim", quais as medidas que considera importantes para o desenvolvimento cultural da região da Covilhã?

Procurou perceber-se ao longo de todo o questionário qual o conhecimento dos inquiridos sobre o movimento associativo e a sua importância. Assim, a seguinte questão “o associativismo é importante no desenvolvimento e sentido de cooperação quer para o indivíduo, quer para o lugar que este habita. Considera que existem associações culturais e recreativas que atuem neste sentido na cidade da Covilhã?” pretende aferir o conhecimento dos inquiridos face às associações culturais e recreativas da cidade e se no seu entender ajudam no desenvolvimento do indivíduo e da região. Desenvolvendo entre

a comunidade um espírito de entreatajuda e de cooperação para a superação de objetivos comuns.

Assim, no gráfico que se segue observamos que 47 dos inquiridos (90,4%) afirmou que as associações culturais e recreativas covilhanenses atuam nesse sentido. Cinco dos inquiridos, que perfaz 9,6% selecionou a opção “Não sei”.

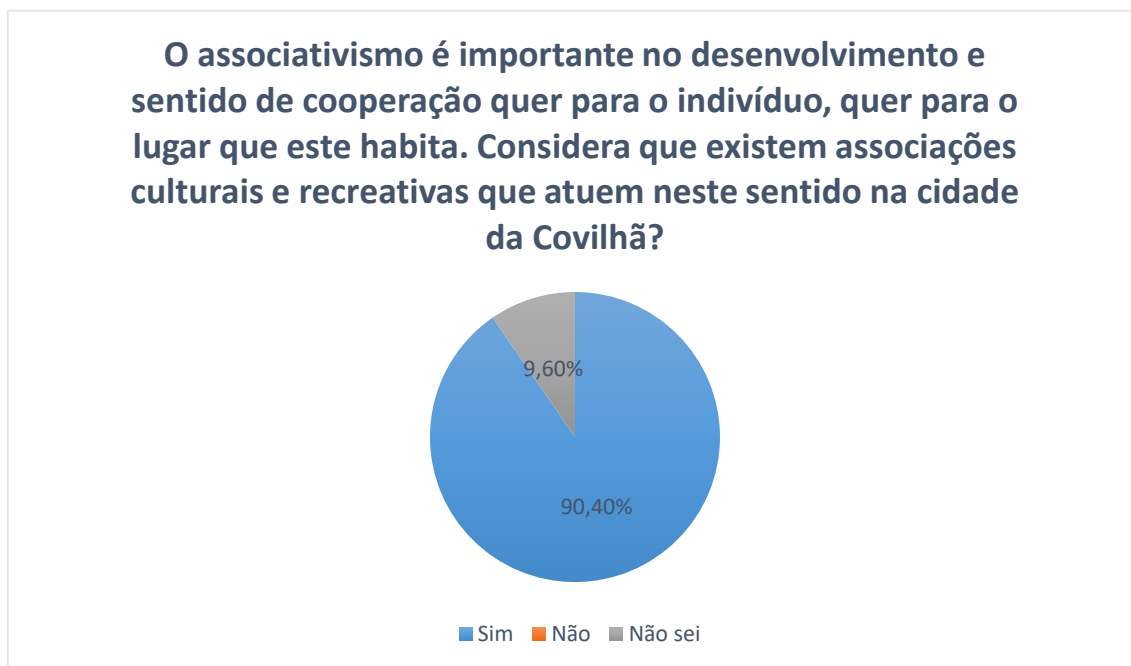


Fig.11 – Gráfico relativo à questão “O associativismo é importante no desenvolvimento e sentido de cooperação quer para o indivíduo, quer para o lugar que este habita. Considera que existem associações culturais e recreativas que atuem neste sentido na cidade da Covilhã?”.

Os questionários foram enviados para quatro associações culturais e recreativas e sendo respondidos pelos membros das associações, desde sócios, voluntários, todas as pessoas que constituem e trabalham nestas instituições era de esperar que a questão seguinte fosse respondida por todos de forma afirmativamente. Como se verifica de seguida, no gráfico, a opção “Sim” foi escolhida por todos os que responderam aos inquéritos quando questionados sobre pertencerem a uma associação.

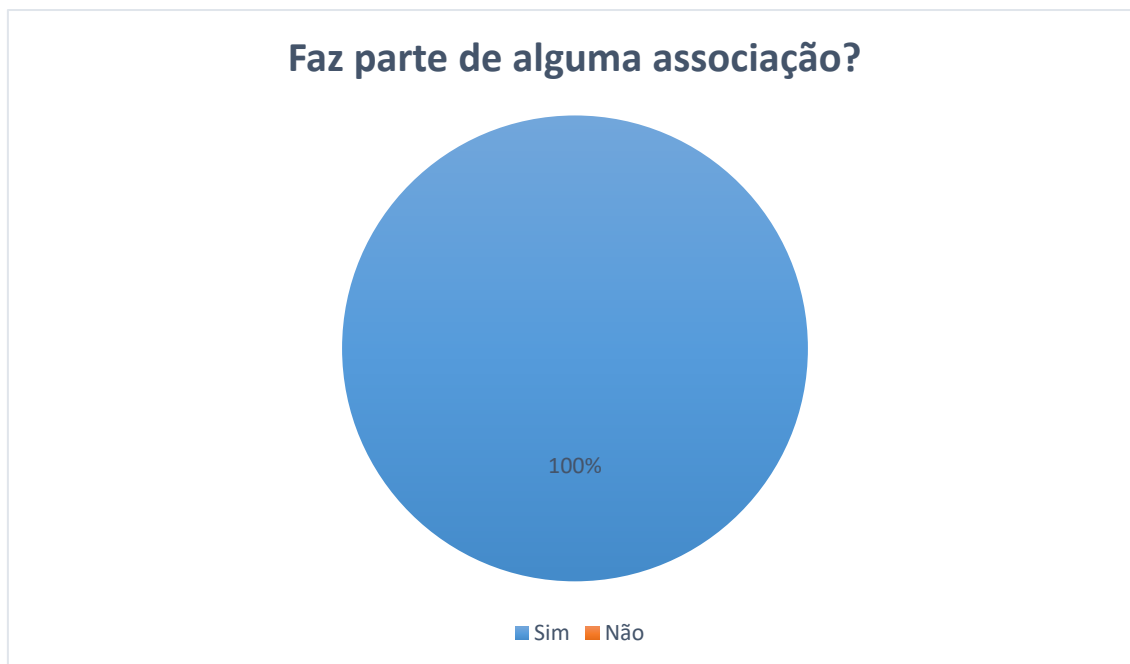


Fig.12 – Gráfico referente à questão “Faz parte de alguma associação?”.

Associada à questão anterior, a seguinte pergunta “Costuma participar em atividades elaboradas por estas instituições?” também foi respondida por todos os inquiridos de forma afirmativa, o que se deduz que todas as pessoas têm interesse em fazer parte das associações, mas também em participar nas atividades organizadas pelas mesmas. O gráfico seguinte mostra a percentagem de respostas afirmativas (100%).



Fig.13 – Gráfico referente à questão “Costuma participar em atividades elaboradas por estas instituições?”.

Depois das questões sobre se os inquiridos fazem parte de uma associação e participam nas atividades elaboradas pela mesma foi essencial perceber quais as atividades em que os mesmos mais participam e quais as mais frequentes de serem organizadas pelas instituições.

No quadro seguinte, estão as atividades enumeradas pelos inquiridos, sendo que são os espetáculos e festivais que mais foram citados por todos.

Concertos e espetáculos
Cursos e formações
Festivais gastronómicos, culturais, teatro (Festival da Cherovia, ContraDANÇA – Festival de Dança e Movimento Contemporâneo, Festival Portas do Sol – Festival de Artes de Rua, FestUBI- Festival de Tunas Académicas da Universidade da Beira Interior)
Oficinas de teatro
Produção de eventos culturais (performativos, musicais, ...) e dinamização de festas
Atividades solidárias (recolha de alimentos, ajuda à população idosa)
Encontros Bandas Filarmónicas
Debates
Excursões

Tabela 2 - "Principais atividades desenvolvidas pela associação da qual faz parte."

Após a recolha do parecer dos inquiridos sobre a sua participação na atividade associativa enquanto pessoas ligadas às associações, é substancial conhecer a opinião que os inquiridos têm sobre se essa mesma associação contribui para que a comunidade participe nas atividades por si realizadas. Ao que a maioria, 84,6% respondeu de forma afirmativa, ninguém selecionou a opção “não”, mas 8 dos inquiridos (15,4%) escolheram a opção “não sei”.

Considera que essa associação contribui para uma maior participação da comunidade local nas atividades que são realizadas na região?

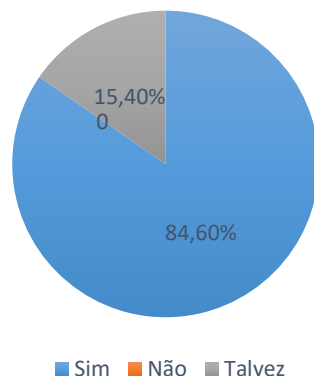


Fig.14 – Gráfico referente à questão “Considera que essa associação contribui para uma maior participação da comunidade local nas atividades que são realizadas na região?”.

No seguimento de procurar averiguar qual o conhecimento dos inquiridos sobre a sua própria opinião e a opinião relativamente à comunidade é igualmente importante a sua opinião quanto à autarquia. Assim surge a questão “Na sua opinião, é importante as associações estabelecerem uma relação com a autarquia?” ao que mais uma vez, a grande maioria, 49 dos inquiridos destaca a importância desta relação e três dos inquiridos selecionaram a opção “talvez”, demonstrando não ter uma opinião fundada sobre o assunto.

Na sua opinião, é importante as associações estabelecerem uma relação com a autarquia?

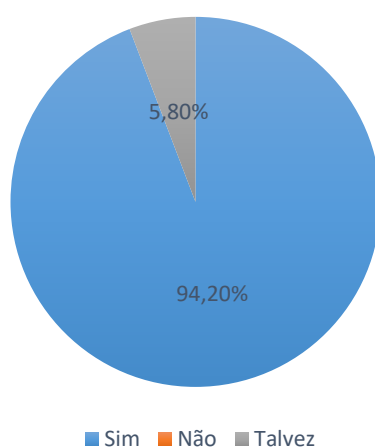


Fig.15 – Gráfico referente à questão “Na sua opinião, é importante as associações estabelecerem uma relação com a autarquia?”.

Um ponto fulcral deste trabalho passa por entender a relação da comunidade com a cultura.

Sendo importante a cultura no desenvolvimento local é importante perceber “Como é que a comunidade olha para o trabalho das associações culturais e recreativas locais?”. É a pergunta que se segue neste inquérito.

Ao longo de todos os inquéritos respondidos demarca-se a perspetiva de positividade, existindo 35 respostas neste sentido, ou seja, mais de metade dos inquiridos afirmam que a comunidade “olha com orgulho para o trabalho das associações, isto porque cada associação cada vez mais tem a intenção de melhorar a qualidade de vida, fazer com que todos os cidadãos sintam que têm um espaço na cidade que ... é um prolongamento da sua habitação”²⁰. Na opinião dos inquiridos a comunidade vê “com bons olhos” o trabalho das associações, pois percebe-se que as pessoas reconhecem que são estas instituições locais que desenvolvem eventos e atividades e que proporcionam uma programação cultural na região. As pessoas, a seu ver, “gostam de ver o trabalho que as associações têm e realizam, dá um sentimento de que existe sempre alguma coisa a acontecer na cidade e é sempre uma surpresa agradável”²¹. São uma mais valia para a sociedade, em que a comunidade precisa da arte e a arte precisa da comunidade para que faça sentido, segundo as afirmações dos inquiridos.

No entanto, são observados pareceres contrários que sustentam a opinião de que as associações e o seu trabalho não são valorizados pela comunidade. Cerca de 12 inquiridos afirmam que este trabalho é pouco valorizado, uma vez que, há pouco envolvimento na dinâmica das mesmas e não reconhecem a sua importância para a dinamização regional. Havendo também a opinião de que há um desconhecimento quanto ao seu trabalho, pois não entendem que é a partir das associações que muitas das vezes surgem “momentos para trocar experiências, culturas ou simplesmente ser um ponto de encontro”²².

Um ponto realçado pelos inquiridos é a falta de divulgação pública, que consequentemente cria uma comunidade pouco informada e atenta aos eventos criados porque a mensagem não chega a todos.

No seguimento de averiguar o objeto de estudo deste trabalho, surge a questão “Considera que as associações culturais e recreativas locais podem levar ao desenvolvimento cultural de uma região, nomeadamente da cidade da Covilhã?”. A grande parte dos inquiridos (96,2%) destaca a importância destas instituições, um dos inquiridos não considera importante a sua existência para o desenvolvimento cultural e

²⁰ Resposta dada por um dos inquiridos.

²¹ Resposta dada por um dos inquiridos.

²² Resposta dada por um dos inquiridos.

1,9%, ou seja, um inquirido escolheu a opção “não sei”, demonstrando talvez falta de conhecimento em relação a esta questão.

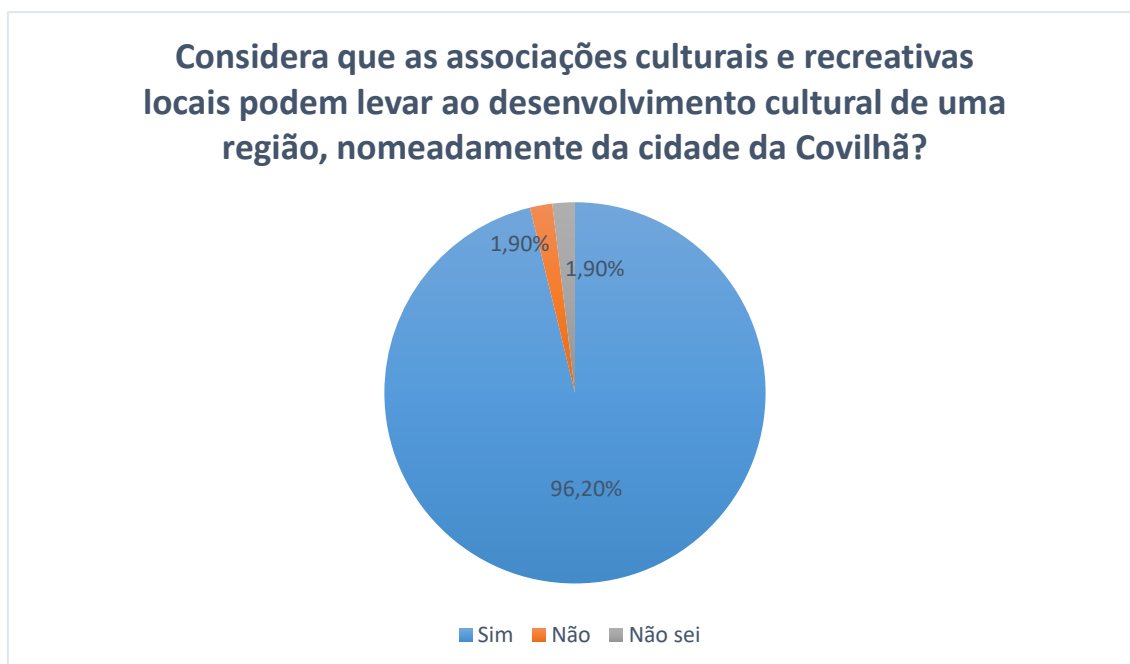


Fig.16 – Gráfico referente à questão “Considera que as associações culturais e recreativas locais podem levar ao desenvolvimento cultural de uma região, nomeadamente da cidade da Covilhã?”.

Na questão seguinte era pedido aos inquiridos que assinalassem de entre vários pontos quais é que eles consideravam que seriam as contribuições das associações para a comunidade.

É o desenvolvimento local, regional e cultural que mais se destacam nas respostas dos inquiridos, tendo sido selecionados por 38 pessoas (76%). Todas as opções tiveram votos, seguindo-se numa escala decrescente o “desenvolvimento social” votado por 25 inquiridos e o “desenvolvimento educativo” contou com 16 votos. 15 do total de inquiridos (30%) escolheram a opção “desenvolvimento económico” e “maior participação da comunidade local nas atividades realizadas pela autarquia”. Por último, a opção “maior participação da comunidade local nas decisões da autarquia” foi a menos considerada pelos inquiridos, com 22%.

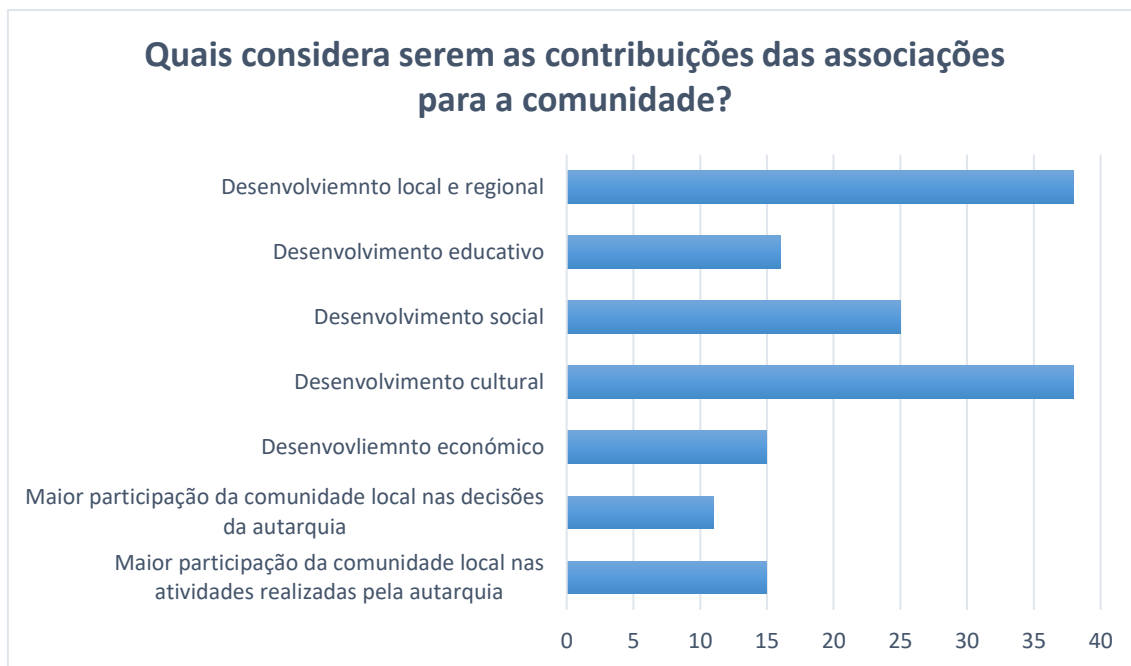


Fig. 17 – Gráfico referente à questão “Quais considera serem as contribuições das associações para a comunidade?”.

A última questão de opção é referente ao poder político. Nesse sentido questionou-se os inquiridos quanto à sua opinião sobre se o associativismo covilhanense seria fomentado pelo poder político da região. Como se pode observar no gráfico seguinte os inquiridos encontram-se divididos pois, 26 pessoas acreditam que o poder político tem apoiado o movimento associativo local e os restantes 26 inquiridos selecionaram a opção “não” acreditando que o associativismo não é sustentado pelo poder político local.

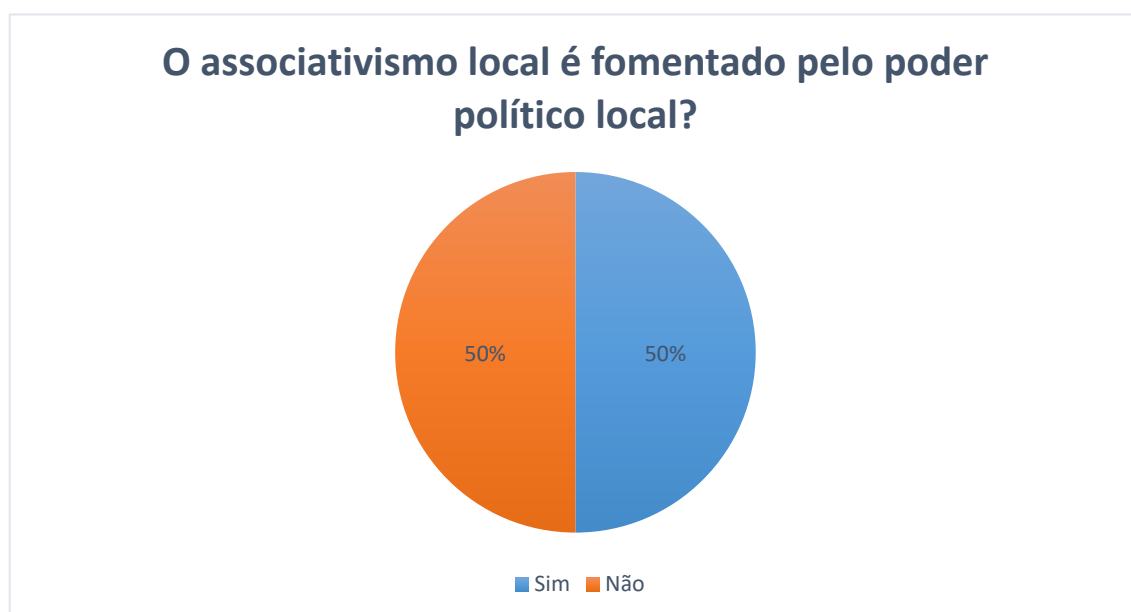


Fig. 18 – Gráfico referente à questão “O associativismo local é fomentado pelo poder político local?”.

As questões que se seguem foram as duas últimas questões de resposta aberta expostas aos inquiridos.

Na tabela abaixo encontra-se uma suma de respostas à questão “Qual a sua opinião sobre o movimento associativo?” que mais vezes foram enumeradas pelos inquiridos:

Importante para o desenvolvimento pessoal, devendo ser fomentado desde cedo
As pessoas envolvidas trabalham para alcançar um objetivo comum
Importante no desenvolvimento sociocultural, sobretudo no contexto local, enquanto elemento impulsionador nas áreas da cultura, desporto, juventude, educação, social e outras.
Tem um contributo meritório a nível da promoção da participação cívica e da integração social, ou seja, do exercício da democracia e da cidadania, substituindo-se frequentemente aos agentes formais com responsabilidades nestes domínios.
Papel relevante na construção das sociedades, na medida em que as associações permitem a integração dos indivíduos na vida local e promovem a cidadania ativa.
Determinante para o desenvolvimento de uma cidade, permite dinamizar ou melhorar um local
Precisa ser modernizado
Sem os jovens acabará por desaparecer
Uma escola de cidadania.
Fundamental para continuar a passar a cultura de geração em geração
Apoios insuficientes e, em algumas situações verifica-se a falta de pessoas interessadas em se comprometerem com o associativismo de forma empenhada
Garante a cultura local, colmatando o que não é feito a nível autárquico

Tabela 3 – “Qual a sua opinião sobre o movimento associativo?”

A última questão deste inquérito encontra-se igualmente exposta na tabela que se segue. Os inquiridos responderam à questão “Qual é o seu ponto de vista quanto às associações culturais e recreativas e ao que conhece do seu trabalho?”. As respostas foram aglomeradas, uma vez que, muitas delas se repetiam e estão sumariadas na tabela:

Muito positiva, sendo fundamental para a comunidade da Covilhã, com um trabalho enriquecedor que pretende desenvolver e promover a região.
Papel relevante na dinamização cultural local e integração social.
Trabalho pouco divulgado, não por falta de meios, mas por falta de apoio, estratégias, visão e rumo.
Espaços que lutam constantemente por visibilidade e integração, de grande consciência social e artística que colocam o coração, trabalho e a vivência em proporcionar reflexão, arte, cultura e integração de pessoas residentes na Covilhã.
As associações fazem um esforço enorme, tendo em conta os apoios que têm por parte do poder local.
A cidade vive muito dos seus estudantes, é imperial que estes passem a incluir no seu ponto de vista mais sobre a história associativa da cidade, para isso as estruturas precisam de abrir mais o seu espectro de atividade cultural.
Todas tentam com os poucos recursos que existem, fazer o melhor trabalho possível.
Fazendo parte de uma associação somos capazes de desenvolver capacidades que muito provavelmente desconhecíamos ser capazes de ter, aumenta o envolvimento com a cidade, autarquia e outras associações, conhecer pessoas diferentes e o orgulho de levar a cidade e dar a conhecer noutros sítios do país e do mundo.
Deveriam ser mais unidas pois têm o mesmo objetivo, dar a conhecer a cultura da Covilhã.
Definir iniciativas na cidade, dar a conhecer o que cada Associação tem para oferecer aos seus cidadãos. No Associativismo uma das coisas que é fundamental é saber trabalhar em grupo, é ter a capacidade de ter a nossa opinião, de lutar até pelas nossas opiniões, mas também de saber ouvir as outras para podermos decidir da melhor maneira.
Promovem laços de amizade, convívio, espírito de ajuda, solidariedade e união. Características únicas que contribuem para um desenvolvimento social de cada participante.
No concelho da Covilhã, na sua grande maioria as associações são todas muito apreciadas e contribuem para o bem-estar de todas as outras.
As associações culturais fazem muitas atividades, estão sempre disponíveis para partilhar o melhor que têm com a população. Cada vez são mais dinâmicas, inovadoras e resistentes às dificuldades que são impostas.
Fundamentais, pois muitas vezes são a única fonte de atividade e envolvimento populacional.

Tabela 4 – “Qual é o seu ponto de vista quanto às associações culturais e recreativas e ao que conhece do seu trabalho?”.

Discussão dos resultados:

Apesar de o número de questionários recolhidos ter estado muito aquém do que seria expectável devido à fraca adesão por parte dos colaboradores e associados e da situação pandémica que se atravessa atualmente é possível retirar as principais ilações a que nos submetemos com este estudo a partir da análise de cada uma das 52 amostras e das entrevistas realizadas.

O presente caso de estudo remete-se a associações culturais e recreativas e a todos aqueles que estão relacionados e trabalham nestas instituições, são pessoas que estão ligadas diretamente com a realidade associativa. Dos resultados obtidos observa-se que existe uma unanimidade nas respostas dadas, em que quase todos os inquiridos partilham da mesma opinião relativamente à importância da cultura para a sociedade e para o seu desenvolvimento.

É notório todas as opções de medidas, entre elas várias atividades e estratégias que devem ser adotadas na região e que cada inquirido mencionou para continuar a levar a cabo o desenvolvimento cultural da região da Covilhã. Entre elas atividades que englobem todas as faixas etárias e que se usufrua do que a cidade tem para oferecer, nomeadamente artistas locais, património cultural local, os costumes e tradições covilhanenses na divulgação da região através da cultura.

De referir ainda que é na questão sobre o associativismo local ser fomentado pelo poder político que se observou que não há uma concordância entre os indivíduos, havendo quem considere que o associativismo é apoiado pela autarquia, mas também há quem seja da opinião que o apoio não é o suficiente e que, por vezes, não chega a todas as associações como seria de esperar.

Como balanço final destaca-se que o associativismo é encarado por todos como benéfico para o indivíduo e para a cidade da Covilhã. Os inquiridos reconhecem essas consequências benéficas que trazem um maior desenvolvimento cultural, mas também educativo, social, económico, local e regional, uma maior participação da comunidade quer nas decisões da autarquia quer nas atividades organizadas pela autarquia.

Reconhecem por um lado que o associativismo deve acompanhar o tempo, devendo mesmo de ser modernizado em alguns aspetos e ir ao encontro do que se vive nos dias de hoje e de ser aquilo que as pessoas procuram. Mas todos consideram como essencial não só ao desenvolvimento do indivíduo, mas também da própria comunidade como um todo e da região em que se insere nos mais variados níveis.

Conclusão

A presente dissertação teve como principal objetivo conhecer as associações culturais e recreativas e de que modo as mesmas podem despertar o desenvolvimento cultural, nomeadamente na região da Covilhã.

Para chegar ao objeto de estudo a que esta investigação se propôs e a todas as questões que surgiram inicialmente, procurou-se numa primeira fase esclarecer um conjunto de conceitos que nos elucidassem e nos situassem quanto ao tema em estudo, surgindo então o enquadramento teórico. Os conceitos tentaram ser fundamentados da forma mais clara possível.

Como proposto, foram esclarecidos os conceitos de “cultura” e de como esta atua para o desenvolvimento local. Foi também definido o conceito de “associativismo”, de modo a que se entenda melhor o propósito principal da investigação. Abordou-se também a definição de associativismo cultural e recreativo no desenvolvimento de uma região. Neste estudo, demos privilégio às associações culturais e recreativas e ao seu trabalho desenvolvido e direcionado para a sociedade. No entanto, as associações apresentam várias nuances: um carácter social, político, económico, cultural e de coesão de uma comunidade, precisamente porque é através destas instituições que se chega a um interesse geral com o intuito de transformar e inovar a sociedade.

Numa segunda etapa deste processo de investigação aparece a metodologia escolhida que tentou dar as respostas pretendidas no início do processo investigativo. Através da recolha de dados, ou seja, entrevistas estruturadas realizadas aos diretores de cada uma das quatro associações selecionadas e dos questionários que foram dirigidos a essas mesmas associações e ao poder autárquico local. Todos estes dados foram cuidadosamente tratados através da análise bibliográfica e documental, sendo também realizada uma análise compreensiva dos resultados obtidos, para se obter as respostas mais reais possíveis sobre este tema.

Ao longo desta dissertação comprovou-se que hoje em dia o movimento associativo é utilizado por muitos na comunidade como um meio através do qual as pessoas se conseguem fazer ouvir, uma vez que, as associações ajudam na promoção integral dos indivíduos na sociedade e estes, em grupo, conseguem resolver os problemas dessa mesma sociedade. É uma conjugação (indivíduo/movimento associativo) que quando bem feita pode trazer benefícios para ambas as partes. Foi ainda caracterizada aquela que é a cidade alvo de estudo: a Covilhã. Foi efetuado um pequeno desenvolvimento sobre a sua história e marcos temporais, a geografia, pontos de interesse e equipamentos culturais que a cidade disponibiliza aos seus munícipes. Foi

ainda feita uma pequena referência ao seu património cultural e questões relacionadas com o movimento associativo que a representa. Toda esta análise e caracterização da vertente cultural e associativa da Covilhã conferiu a este trabalho um conhecimento mais detalhado e pormenorizado sobre estes aspetos tão importantes no desenvolvimento da cidade.

Após o estudo conclui-se que a “cultura” está relacionada com o Homem através de um conjunto de preceitos e normas que são partilhados por uma determinada sociedade.

As práticas culturais apresentam uma relação direta com o desenvolvimento das comunidades. E esta relação tem muita importância porque poderá diminuir a exclusão social, criar parcerias público-privadas, promover o turismo, entre outros aspetos que irão dinamizar os aspetos macro e micro da vertente social. A cultura é um elemento fundamental na coesão social e o acesso às atividades culturais por parte dos indivíduos ajuda não só a promover as suas capacidades intelectuais, como permite que os mesmos adquiram sentimentos de pertença na comunidade. Este sentimento de pertença confere uma importância primordial a qualquer indivíduo, não só com ele próprio, como também com toda a relação que o mesmo tem com o mundo, isto é, com a sociedade na qual está inserido.

Concluimos então que as associações têm variados benefícios: através delas podemos experimentar novas atividades; comunicar com todos os membros pertencentes à comunidade; permitem essencialmente exprimir uma identidade local e uma expressão cultural da própria sociedade; permitem a liberdade de expressão e que o cidadão participe ativamente no espaço público defendendo os seus valores e opiniões, mas também o seu património cultural e que caracteriza a região em que este se insere e acredita. É muitas vezes por meio das associações que vemos determinados assuntos virem ser discutidos por exemplo numa Assembleia Municipal. Quando este tipo de situações acontece, pode afirmar-se que o trabalho associativo e cultural foi extremamente bem sucedido, pois conseguiu levar para os locais de decisão e discussão aspetos que podem ser alterados na sociedade na qual está inserida. A partir desse ponto, a responsabilidade já está do lado dos órgãos deliberativos, mas parece óbvio que a mudança social está mais próxima de acontecer. E isto sucede-se devido ao movimento cultural e associativo.

Em suma, conclui-se que a cultura é um setor fundamental para o desenvolvimento do Homem enquanto ser individual, mas também para a comunidade enquanto coletivo, no qual o ser humano se forma no convívio e interação com os outros e desenvolve a região em que ele mesmo se insere. Uma premissa fundamental neste estudo é a de que o indivíduo não se pode dissociar da sociedade, e a cultura confere um aspeto primordial a isto. E porquê? Porque a cultura é um dos veículos de expressão entre o indivíduo e o

mundo que o rodeia. Se subtrairmos a cultura ao indivíduo, o mesmo fica desprovido de um carácter essencial para toda a sua existência. Teremos, fundamentalmente, de salientar que o meio cultural e associativo acrescentam e muito à forma como o ser humano olha para o mundo. A sociedade deve então ser vista como um todo, onde a cultura e o associativismo devem ser tidos como essenciais para uma melhor transformação da mesma.

Referências Bibliográficas

_AJT. (2020). Associação Jovem do Tortosendo. Retirado de <https://pt-pt.facebook.com/AJT-Associa%C3%A7%C3%A3o-Jovem-do-Tortosendo-672828252873857/about/>

_Alem, Nichollas. (2017). As relações entre cultura e desenvolvimento. Retirado de <http://institutodea.com/artigo/as-relacoes-entre-cultura-e-desenvolvimento/>.

_Almeida, M. (2011). *Poder público, cultura associativa e entidades mutuais no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo.

_Anjos, C. (2016). Municípios, Associações Locais e Cidadania. *Análise Associativa*, 3, 179-190. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_Bandas Filarmónicas. (2012). Associação Recreativa Musical Covilhanense. Retirado de https://www.bandasfilarmonicas.com/bandas-site/cpt_bandas/associacao-recreativa-musical-covilhanense-banda-da-covilha/.

_Cardoso, C. (2014). 40 anos de democracia na história de uma associação popular: CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela). *Análise Associativa*, 1, 53-69. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_Carranca, Maria Adelaide. (2004). *Uma cultura para a Sociedade do Conhecimento: contributos da cultura para a promoção das cidades como habitats de inovação*.

_CGLU. (2008) *Agenda 21 da cultura*, Barcelona, Ajuntament de Barcelona, Institut de Cultura.

_Covilhã Município (2020). Retirado de <http://www.cm-covilha.pt/>.

_ *Cultura* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consultado 2019-03-27]. Retirado de https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cultura_

- _ Desertuna. (2020). *A Desertuna*. Retirado de <https://www.desertuna.com/>
- _ Domingos, V. (2012). A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em transformação. Retirado de <http://journals.openedition.org/sociologico/299>.
- _ Eagleton, T. (2000). *A Ideia de Cultura*. Lisboa: Actividades Editoriais, L.da.
- _ Empresite. (2020). Associações Culturais E Recreativas em UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO (Castelo Branco). Retirado de <https://empresite.jornaldenegocios.pt/Sector/S94991/freguesia/UNIAO-FREGUESIAS-COVILHA-CANHOSO/>.
- _ Ferreira, P. (2008). *ASSOCIAÇÕES E DEMOCRACIA – Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*
- _ Flor, A. (2014). Revista Análise Associativa, uma necessidade histórica. *Análise Associativa*, 1, 5-7. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.
- _ Fonseca, G. (2014). Democracia, associativismo e constituição (o ensinamento português). *Análise Associativa*, 1, 73-79. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.
- _ Franco, R. (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal* [online]. Retirado de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22496/1/Diagn%c3%b3stico%20das%20ONG%20em%20Portugal.pdf>.
- _ Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- _ Gonçalves, A. (2010). *Sobre o Conceito de Cultura na Antropologia*. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, vol.25, nº1, pp. 61-74.
- _ Gonçalves, A. P. Z. (2016). Educação Artística na Programação Cultural das Instituições Municipais. *Análise Associativa*, 3, 161-176. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>

_ INE. (2014). *Censos – Resultados definitivos. Região Centro - 2011*. Retirado de https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156644135&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.

_ INE. (2019). *Estatísticas da Cultura - 2018* [online]. Retirado de [file:///C:/Users/User/Downloads/EC_2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/EC_2018%20(1).pdf)

_ INE. (2019). *Anuário Estatístico de Portugal - 2018* [online]. Retirado de file:///C:/Users/User/Downloads/AEP2018_a.pdf

_ Laraia, R. (2001). *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_ INE. (2020). *Destaque Estatísticas da Cultura – 2019* [online]. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEStipo=ea&PUBLICACOEScolecao=107703&selTab=tab0&xlang=pt

_ Lemos, A. (2013). *Cultura e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso da d’Orfeu – Associação Cultural*.

_ Lopes, F. (2018). *O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social: Realizações e dificuldades* (Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Retirado de https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9531/1/6045_12786.pdf.

_ Martins, E. (1996). Sínteses de Investigação Qualitativa [online]. Retirado de <https://scholar.google.com/citations?user=VBWHYyoAAAAJ&hl=es>

_ Martins, A. (2016). Artur Martins – Associativismo como fator de desenvolvimento. *Análise Associativa*, 3, 80-113. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Martins, A. (2017). Jogos Tradicionais e Identidade Cultural. *Análise Associativa*, 4, 37-49. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Monteiro, A. (2004) *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto Editora.

_ Moreira, M. (2014). O Poder Local e o Movimento Associativo. *Análise Associativa*, 1, 95-101. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>

_ Navarro, M. (2014). O Associativismo Popular na Resistência e na Democracia. *Análise Associativa*, 1, 19-27. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Observador. (2017). *Covilhã. 6 razões para ir à serra mesmo sem neve*. Retirado de <https://observador.pt/2017/09/17/covilha-6-razoes-para-ir-a-serra-mesmo-sem-neve/>.

_ Paulo, J. (2008). *Covilhã na Antiguidade*. Retirado de <https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/2711.html>.

_ Pereira, A. S. (2008). *Portugal Descoberto Vol.1, Cultura Medieval e Moderna*. Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.

_ Pereira, A. S. (2008). *Portugal Descoberto Vol.2, Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*. Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.

_ Pinho, P. (2007). *O Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias*. Retirado de <http://adcbbrasil.blogspot.com/2009/09/associativismo-conceitosprincipios.html>.

_ Porto, C. (2011). *Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica*. Salvador: EDUFBA, pp. 93-122. Retirado de SciELO Books.

_ Pratas, S. (2015). Políticas Sociais Contemporâneas e Associativismo Popular. *Análise Associativa*, 2, 44-52. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Príncipe, A. (2018). Associativismo cultural, criatividade e sustentabilidade – Inovação, coesão social e mudança sustentável. Estudos de caso sobre a Casa Bô, no Porto. *Análise Associativa*, 5, 87-104. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Rodrigues, J. (2013). *Associativismo Cultural e Música Independente – Estruturas Alternativas e Impacto Local* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36087>.

_ Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2007) *Políticas Culturais em Portugal*, Comunicação Apresentada no V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural, Almada.

_ Santos, M. (2017). O associativismo popular na Região Autónoma da Madeira. *Análise Associativa*, 4, 94-101. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Serra, M. C., Serra, N. (2017). Os Jogos Tradicionais em Portugal – Situação atual e perspectivas de sobrevivência e desenvolvimento. *Análise Associativa*, 4, 71-83. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ Sidoncha, U., & Moura, C. (2017). *Metamorfoses da Cultura*. Nova Veja, LDA, 1ª edição.

_ Sousa, D. (2009). *Animação Artística e Dinamização Cultural* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Bragança). Retirado de https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1245/9/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Teo%CC%81rica.pdf.

_ Sousa, D. (2009). *A Animação Artística pelo Desenvolvimento Cultural da Comunidade Juvenil Aveirense* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Bragança). Retirado de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/1245>.

_ Sousa, P. (2016). O Movimento Associativo Filarmónico em Portugal. *Análise Associativa*, 3, 66-77. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

_ TeatrUBI (2020). TeatrUBI Grupo de Teatro. Retirado de <https://pt-pt.facebook.com/TeatrUBI.grupo.de.teatro/about/>

_ Turismo Centro Portugal. (2020). Covilhã, uma cidade serrana muito especial. Retirado de <https://turismodocentro.pt/artigo/covilha-uma-cidade-serrana-muito-especial/>.

_ Varanda, M. (2014). *Associativismo: A ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco* (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa).

_ Vasconcelos, J. (2016). Portugal tem o índice de associativismo mais baixo da Europa. Retirado de <https://www.jornaltornado.pt/portugal-baixo-indice-associativismo-da-europa/>.

_ Viegas, J. M. Leite (1986) *Associativismo e dinâmica cultural, Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 102-121.

_ Viegas, J. (2004) *Implicações Democráticas das Associações Voluntárias – O caso Português numa perspectiva comparativa europeia*. *Sociologia, Problemas e Práticas* (46), 33-50.

_ Viegas, J. M. L. (2014). Associativismo, sociedade civil e democracia. *Análise Associativa*, 1, 37-51. Retirado de <https://www.cpccrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.

Anexos

Anexo 1 – Questionário

“As Associações na dinamização cultural da Cidade da Covilhã.”

O inquérito que se segue abaixo realiza-se no âmbito de um estudo académico, integrado no Mestrado em Estudos de Cultura da Universidade da Beira Interior. Tem como objetivo compreender qual o papel que as associações culturais e recreativas desempenham no desenvolvimento local, nomeadamente na dinamização cultural do Concelho da Covilhã.

Este questionário é anónimo e os dados obtidos permanecerão confidenciais, sendo usados exclusivamente para este estudo.

1. Género: (Marcar apenas uma opção)

Feminino

Masculino

2. Idade _____

3. Considera que a cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma região? (Marcar apenas uma opção)

Sim

Não

4. Se sim, quais as medidas que considera importantes para o desenvolvimento cultural da região da Covilhã?

5. O associativismo é importante no desenvolvimento e sentido de cooperação quer para o individuo, quer para o lugar que este habita. Considera que existem associações culturais e recreativas que atuem neste sentido na cidade da Covilhã? (Marcar apenas uma opção)

Sim

- Não
- Não sei

6. Faz parte de alguma associação? (Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não

7. Costuma participar em atividades elaboradas por estas instituições?
(Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não

8. Indique 3 principais atividades desenvolvidas pela associação da qual faz parte:

9. Considera que essa associação contribui para uma maior participação da comunidade local nas atividades que são realizadas na região?

(Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não

10. Na sua opinião, é importante as associações estabelecerem uma relação com a autarquia? (Marcar apenas uma opção)

- Sim
- Não
- Talvez

11. Como acha que a comunidade olha para o trabalho das associações culturais e recreativas locais?

12. Considera que as associações culturais e recreativas locais podem levar ao desenvolvimento cultural de uma região, nomeadamente da cidade da Covilhã? (Marcar uma opção)

- Sim
- Não
- Não sei

13. Quais considera serem as contribuições das associações para a comunidade? (Marcar tudo o que for aplicável)

- Desenvolvimento local e regional
- Desenvolvimento educativo
- Desenvolvimento social
- Desenvolvimento cultural
- Desenvolvimento económico
- Maior participação da comunidade local nas decisões da autarquia
- Maior participação da comunidade local nas atividades realizadas pela autarquia

14. O associativismo local é fomentado pelo poder político local? (Marcar uma opção)

- Sim
- Não

15. Qual a sua opinião sobre o movimento associativo?

16. Qual é o seu ponto de vista quanto às associações culturais e recreativas e ao que conhece do seu trabalho?

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo 2 – Guiões das Entrevistas

Guião A – Entrevista ao presidente/dirigente das associações

1. Fale um pouco de si e do seu percurso profissional.
2. Considera que a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local? Em que aspetos?
3. Quais as motivações que levaram à constituição desta associação?
4. Como se autodefine a Associação Recreativa Musical Covilhanense – Banda da Covilhã relativamente à sua atividade e missão?
5. Como se organiza?
6. Qual o seu objetivo?
7. A que público se dirige?
8. Qual o acolhimento que recebem da comunidade local?
9. Como caracteriza a relação entre o poder autárquico e as instituições culturais?
10. Como vê a relação com outras instituições? Acredita que as parcerias contribuem para uma melhor intervenção? De que modo essa relação pode ser significativa?
11. Considera que a atividade da associação recupera a identidade cultural da região? De que modo? Tem projetos com tradição?
12. Como se caracteriza quanto à sua utilidade em relação ao campo cultural e à comunidade?
13. Como caracteriza a intervenção que tem na sociedade? O que a distingue das outras associações?
14. Considera que as associações culturais e recreativas são importantes para a dinamização cultural do concelho e para o desenvolvimento local?

Guião B – Entrevista à Vereadora da Cultura da Câmara Municipal da Covilhã

1. Fale um pouco de si e do seu percurso profissional.
2. Considera que a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local? Em que aspetos?
3. De que forma o município governa a área da cultura?
4. Como é desenvolvida a política cultural do município?
5. Que atividades culturais tem realizado o município recentemente?

6. Nas atividades culturais realizadas no concelho são privilegiadas as instituições e atores locais?
7. Como caracteriza o movimento associativo na Covilhã?
8. Como caracteriza a relação entre o município e as associações culturais?
9. A Câmara contribui para um melhoramento das ações destas associações? Pode explicar em que sentido?
10. A Covilhã é constituída por mais de duas centenas de associações. Considera que essas associações promovem a identidade da cidade nos seus projetos/atividades?
11. Na sua opinião que efeitos têm estes projetos culturais para a comunidade local?
12. Qual é na sua opinião a intervenção que estas associações têm na região?
13. De que forma o município olha para o trabalho associativo?
14. Considera que o movimento associativo é importante para o desenvolvimento cultural local?

Guião C - Entrevista ao responsável do Gabinete de Apoio ao Associativismo da Câmara Municipal da Covilhã

1. Fale um pouco de si e do seu percurso profissional.
2. Considera que a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local? Em que aspetos?
3. Como caracteriza o movimento associativo na Covilhã?
4. Como caracteriza a relação entre o município e as associações culturais?
5. A Câmara contribui para um melhoramento das ações destas associações? Pode explicar em que sentido?
6. A Covilhã é constituída por mais de duas centenas de associações. Considera que essas associações promovem a identidade da cidade nos seus projetos/atividades?
7. Tendo sido criado um Gabinete de Apoio ao Associativismo por parte da autarquia, que tipo de apoios são prestados às associações? Qual o objetivo deste gabinete?
8. Na sua opinião que efeitos têm estes projetos culturais para a comunidade local?
9. Qual é na sua opinião a intervenção que estas associações têm na região?
10. De que forma olha para o trabalho associativo?
11. Como considera o papel que estas associações culturais e recreativas do concelho desempenham na promoção cultural da região?
12. Considera que o movimento associativo é importante para o desenvolvimento cultural local?

Anexo 3 - Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as associações da Covilhã • Compreender a Covilhã culturalmente • Exploração de novas técnicas e processos de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação errada das entrevistas que serão realizadas • Existência de vários assuntos que possam ser abordados e que façam divergir o tema em estudo
	Oportunidades	Ameaças
Externo	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a realidade cultural no Município da Covilhã • Perceber a realidade associativa covilhanense • Perceber como as pessoas olham para as associações • Tema não muito discutido, o que poderá ser uma mais-valia • Promoção da cultura, do conhecimento, do lazer e da educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação sobre o associativismo a nível global • Haver poucas associações culturais e recreativas que dificultem o trabalho metodológico